



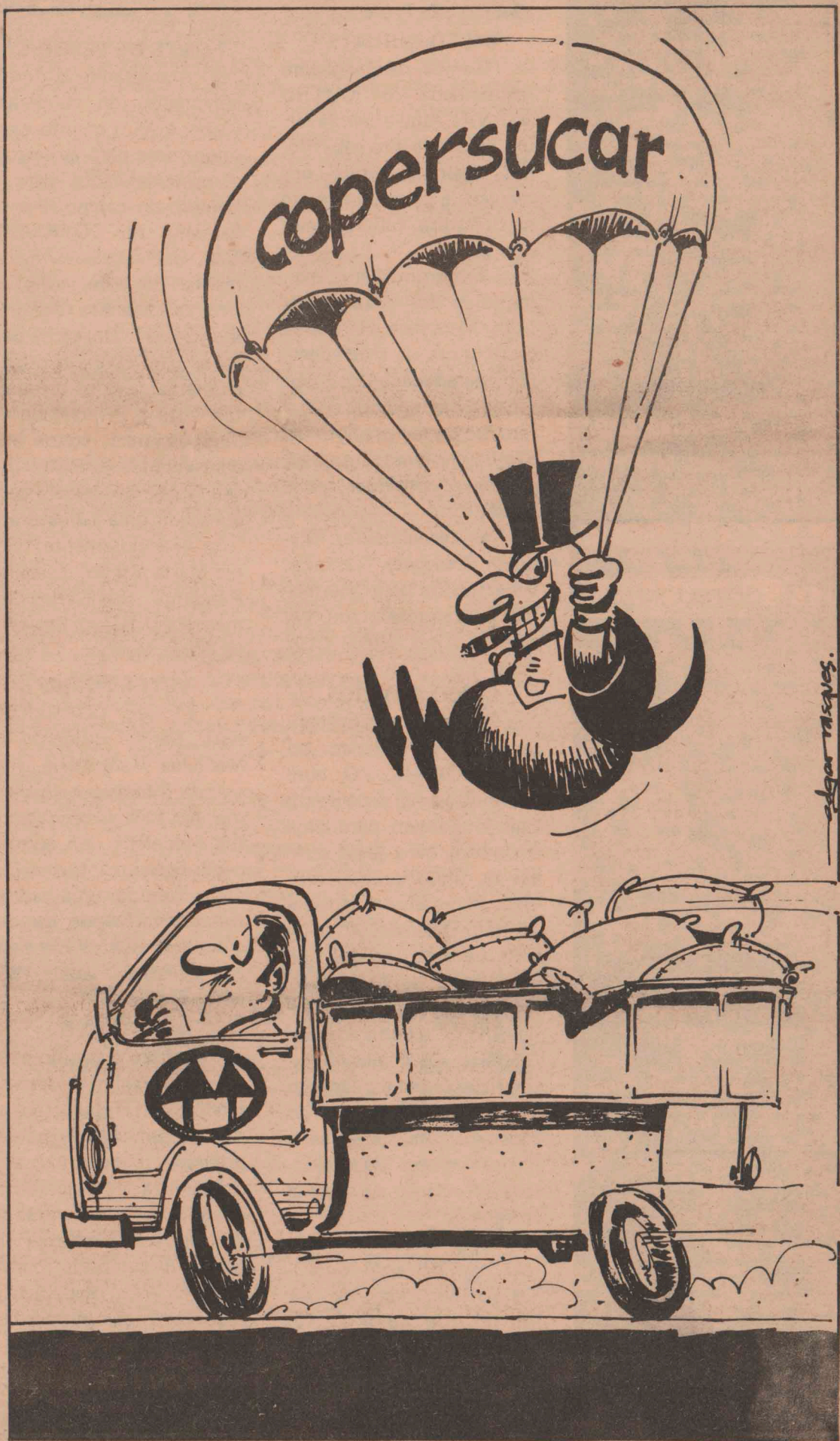
AMEAÇA AO COOPERATIVISMO

Se Maomé não pode ir à montanha, vá a montanha a Maomé. A conhecida frase que dá a dimensão da fé dos maometanos em relação a sua crença, está presente no espírito do Projeto de Lei nº 5727, de origem do Executivo e encaminhado ao Congresso em regime de urgência: Se a COPERSUCAR não se enquadra na Lei 5764, rasgue-se a Lei.

A Lei 5764, sancionada a 16 de dezembro de 1971, não permite a formação de cooperativas de pessoas jurídicas. E no caso dos usineiros de açúcar, são os engenhos — empresas capitalistas — que compõem a COPERSUCAR, a COOPERFLU, a COOPAMINAS. Estas, por sua vez, não encontram amparo legal devido ao caráter jurídico de seus associados.

Que fez então a parte interessada? Resolveu patrocinar a modificação da Lei para abrir a porta do sistema, às empresas mercantis. Estão forçando a porta dos fundos.

Esse assunto, que levanta as lideranças autênticas do cooperativismo em todo o País, foi motivo de um debate realizado em Ijuí no dia 8 do corrente, do qual participaram o presidente da OCERGS e presidentes de duas centrais cooperativas e mais 8 cooperativas de produtores da região, juntamente com editores de jornais de cooperativa. Leia entre as páginas 4 e 9.





Rua das Chácaras, esquina Porto Alegre - Caixa Postal 111
IJUI - RS
GERAL - PABX 332-1549

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N° 248/73
CGC MF - 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO
Diretoria Executiva

Presidente: Ruben Ilgenfritz da Silva - Eng. Agr.

Vice-Presidente: Arnaldo Oscar Drews

Suprintendente: Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues Borges, Nelcy Rospide Nunes, Oswaldo Olmiro Meotti, Werner Ervin Wagner e Eduardo Augusto de Menezes.

Conselheiros (Efetivos):

Alberto Sabo, Alfredo Driemeyer, Hugo Lino Costa Beber, Pedro Bizarello, Flávio Sperotto e Reinhold Luiz Kommers.

Conselheiros (Suplentes):

Antonio Primo, Italvino Sperotto, Herbert Hintz, Carlos Krüger, Amaury Marcks e Renaleto Fontana.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Bruno Eisele, Antôgio Cândido da Silva Netto, Olympio Belline.

Conselho Fiscal (Suplentes):

José Cláudio Koehler, Leonides Dallabrida, Telmo Rovero Ros.

Capacidade em Armazenagem:

IJUI (Sede)	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto	77.000 t
Tenente Portela	60.800 t
Vila Jóia	67.000 t
Esq. Umbú (Sto Aug.)	50.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	48.000 t
Maracajú	84.000 t
Sidrolândia	12.000 t
Rio Brilhante	12.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigido ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior. Nossa tiragem, 17.000 exemplares.

Associado da ABERJE



Associado da

AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

EXPEDIENTE:

Redação e Administração
Rua Tiradentes 449,
Caixa Postal 111
IJUI - RS

TELEFONE: 332-1574

Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do município de Ijuí, sob n. 9. Certificado de marca de propriedade industrial M/C11 n. 022.775 de 13.11.1973 e figurativa M/C11 n. 022.776, de 13.11.1973.

Redator Responsável:

- RAUL QUEVEDO -

Reg. Profissional no MTPS 1176.

Redator:

Valmir Beck da Rosa

Composto no JORNAL DA MANHÃ, Ijuí, e impresso em rotativa off-set no DIÁRIO SERRANO - Cruz Alta.

CARTAS

CONSCIÊNCIA COOPERATIVA

Quero parabenizá-lo pela publicação do editorial "Consciência Cooperativa", no COTRIJORNAL de dezembro. Lamentavelmente a matéria espelha a realidade e, conforme o próprio texto recomenda, "o cooperativismo deve começar a penetrar nas consciências infantis, desde o lar", o que creio, seja uma das metas desse tão bem feito órgão de comunicação.

Um feliz Natal e ótímo 1979. Sérgio Malta Cardoso, rua da Consolação, 57, São Paulo.

ALTO QUIULATE

Temos recebido com regularidade o COTRIJORNAL, que é sem favor, um jornal de alto gabarito; nos assuntos gerais, nos técnicos e opinativos e até na literatura, tudo do mais alto quilate.

Transmito em meu nome e dos obreiros da Loja Maçônica Harmonia Cruzaltense os mais sinceros agradecimentos por sermos distinguidos com a remessa de tão precioso órgão de imprensa, o qual esperamos continuar recebendo.

Fraternalmente, Manuel Rodrigues Teixeira, venerável da Loja "Harmonia Cruzaltense", rua Venâncio Aires 1481, Cruz Alta.

CINCO ARTIGOS

Parabéns pela brilhante linha jornalística do COTRIJORNAL. O contexto do jornal procura dirigir o homem para uma sociedade mais justa através da filosofia cooperativista. Parabéns em especial ao Raul Quevedo, autor da série de cinco artigos que apresentou de forma verdadeira sobre o melhor jornalismo cooperativista. Gostaria que o mesmo autor fizesse uma explanação geral do cooperativismo no sistema capitalista e qual a posição destes dois sistemas em relação ao sistema socialista.

Sou estudante e tomei contato com o COTRIJORNAL através de um tio meu que o recebe. Queria muito saber como faço para também recebê-

lo. Atenciosamente, Alexandre Duarte Dallapicola, rua dos Andradas, 1091, apto. 72, Porto Alegre.

O PRESTÍGIO

Leitor de vosso jornal quando cursava o Tecnólogo em Cooperativismo na Fidene, onde senti o valor desse jornal, desejo recebê-lo aqui na COTAP dois exemplares por edição. Estou iniciando atividades no Setor de Comunicação e Educação desta cooperativa.

Antecipo agradecimentos. Jaime F. Lucas, Cooperativa Tritícola e Agro-Pastoril Giruá Ltda, Giruá, R.S.

FONTE DE PESQUISA

Acompanho o desenvolvimento do cooperativismo e sei o quanto ele é importante para as pessoas e principalmente para o homem do campo. Por isso, vejo no COTRIJORNAL um excelente instrumento de divulgação do sistema. Trata-se de uma indispensável fonte de pesquisa para todos e principalmente para os estudantes, visto a diversidade de seus assuntos, todos eles apresentados em alto nível. O que devo fazer para conseguir uma assinatura?

Atenciosamente, Sonia Maria Muraro Teixeira, estudante. Rua Carlos Gomes, 154, bairro Patronato, Santa Maria.

VETERINÁRIO

Li um COTRIJORNAL. Sendo estudante de Medicina Veterinária, tive grande interesse pelo mesmo, em face de seus assuntos técnicos e cultura geral. Solicito informações para comprar uma assinatura. Antecipando agradecimentos, Renato Nardelli, rua Princesa Isabel, 165, apto. 4, Pelotas.

MUITO ÚTIL

Reitero o pedido para que continuem me remetendo o COTRIJORNAL, que me tem sido de grande utilidade. Meu antigo endereço era 2º R.C. MEC em São Borja, Rio Grande do Sul. Fui transferido para Florianópolis, Santa Catarina. Meu endereço é rua Antonieta de Barros, 534, bairro do Estreito. Atenciosamente, Luiz

Genro de Brum.

NOVO ENDEREÇO

Tendo recebido todos os meses com imensa satisfação esse excelente COTRIJORNAL e esperando continuar a recebê-lo, comunico meu novo endereço mudado de Porto Alegre. Agora é: rua Benkenstein, 96, São Leopoldo. Atenciosamente, Raul Cerqueira.

BANCO DE BOSTON

Tendo em mãos o exemplar nº 57, de novembro de 1978, do COTRIJORNAL, vimos manifestar nosso interesse de recebê-lo sempre. Essa publicação é muito interessante.

Atenciosamente, Josselle Prunes, secretária. Banco de Boston, agência Porto Alegre, rua dos Andradas, 1250.

"COLINA VERDE"

Informamos a V.S. que estamos atendendo ao público no ramo hoteleiro no Hotel Colina Verde. Contamos com 13 apartamentos e duas suítes, tudo com som ambiente, ar condicionado, frigo-bar, televisão e telefone. Dispomos também de um amplo salão para convenções com capacidade para 140 pessoas, equipado com aparelhagem sonora para palestras, gravações, transmissão de rádio. Atenciosamente, Pigatto Motéis Ltda Frederico Westphalen, RS.

DIVERSOS

Anotamos os assuntos de Nildo Jacomini, São Miguel do Oeste, Santa Catarina; diretor-geral do Centro Nacional de Treinamento e Armazenagem (Centreinar), de Viçosa, Minas Gerais; Centro de Documentação e Biblioteca (Banco da Amazônia), Belém, Pará; dr. Paulo Ernani Evangelista, AMRIGS, Porto Alegre e Sigma-BB Artes Gráficas, rua Vicente da Fontoura, 2199, Porto Alegre.

FELICITAÇÕES

Recebemos e agradecemos cartões alusivos ao Natal e Ano Novo das seguintes entidades e pessoas, o que agradecemos:

Aberje - Associação Brasileira dos Editores de

revistas e jornais de empresa., Agapan - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural., Alipio Friederichs, Apesul-Habitacão Habitasul, Banco do Brasil., Banco América do Sul S.A., Assossene., APAE, de Ijuí., Atualidade e Olinto B. da Rosa., Carlos Karlinski, Comércio de Medicamentos Silva Ltda., COTRICAMPO., Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia Ltda., Cooperativa Central dos Produtores de Leite de Minas Gerais., COOPAVEL, Cooperativa de Cafeicultores de Maringá Ltda., Deputado Augusto Trein., Diamantino Baroni., ELANCO., Escritório Cotrijuíf de Porto Alegre., FETAG-Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS., FIDENE, GIMIC Publicidade Propaganda., Luiz Fiorin Menegon-Prefeito de Catuípe, Maestro Alcides Verza., Revista Notícias Pirelli., Roberto Eduardo Xavier., Sindicato Empregados no Comércio de Ijuí., Transportadora Quatro Rodas Ltda. UNIBANCO., Aero Clube de Santa Maria, Associação dos funcionários da COTRIPAL., C.T.G. Farroupilha., Camping clube do Brasil do Rio de Janeiro., "CACIQUE" Jornal interno do grupo Cacique., Centro Gaúcho de Audiovisuais., Cooperativa Agrícola Eldorado Sociedad Cooperativa Limitada - Eldorado Misiones, Argentina., Cooperativa Agrícola Mista Santamariense Ltda., Edgar Marques de Mattos., Gal. Felicissimo de Azevedo Aveline., ITAIPU Binacional., Sr. Roberto de Castro Bastos - Superintendente Regional do INPS., Instituto Chileno de Educación Cooperativa-Santiago, Chile., JUMIL., Maia Farina Assessoria Empresarial Ltda., Nelson Marchezan., Proagro-Pioneer S/A Agricultura, Indústria e Comércio de Santa Cruz do Sul., Revista da Indústria de Panificação de São Paulo., Salles/Inter-Americana de Publicidade S.A., Secretaria da Saúde do Estado do RS em Ijuí., Sind. dos Trabalhadores Rurais de Ijuí., SULFABRIL Malthas.



UM PARTIDO COOPERATIVO?

A máxima de Machiavelli (*) aconselha a influenciar as pessoas em política para que tenham idéias; mas idéias que só possam andar através de canais partidaristas. O objetivo está claro na intenção: dividir as pessoas, pois que divididas, serão mais fracas. E todos sabemos como as pessoas eram civilmente fracas nos tempos de Machiavelli.

No presente momento nacional, quando se fala insistentemente na abertura de novos partidos políticos, há quem defenda a criação de um partido cooperativista brasileiro. E se a idéia não é nova, pode-se dizer que estava adormecida pois resguardou-se em silêncio tumular durante esses vários anos que o país vive o regime bi-partidarista.

Sem pretender questionar a honestidade de propósitos de seus propugnadores, pois até achamos que tais personalidades estejam imbuidas das melhores intenções, pedimos licença para discordar do tal partido. É claro, não é lícito estabelecer barreiras de desconfianças apriorísticas sobre quem pretenda fazer uso do direito — sagrado direito — de reunir pessoas sob uma bandeira ou em face a promoção de uma idéia. O que se pode discutir, no máximo, é da conveniência da própria idéia. E nós pensamos que a idéia de fundar-se um partido cooperativista no Brasil é uma idéia infeliz.

É infeliz porque ao contrário de somar — argumento usado pelos propugnadores da tal agremiação — dividirá; é infeliz porque, levantada numa época que o sistema vê-se a braços com uma série de problemas de ordem econômica e estrutural, inclusive o projeto 5.727 (que quer

lançar o cooperativismo na mesa de banquete das S.A., inclusive as multinacionais), é defendida como saída para o sistema.

Neste momento da vida brasileira, em que a intenção de fundar-se novos partidos políticos está na ordem do dia, esperamos que se criem quantas agremiações for possível; de todas as tendências e ideologias. Menos, porém, um partido cooperativista. O sistema nada ganhará com sua identificação a um conglomerado partidário. E bem ao contrário; tenderá a perder o pouco que até aqui, a duras penas, tem conquistado.

O que o cooperativismo precisa é beber o conteúdo ideológico da filosofia que o gerou nos idos de 1843, quando os 28 abnegados tecelões de Rochdale, abraçados no símbolo sagrado da União, começaram a construção do arcabouço do próprio sistema. Eles, unidos ao ideal solidarista do trabalho comum para obter resultados comuns; mas suficientemente afastados, divididos até, em suas ideologias, em seus credos religiosos e em suas filosofias próprias e hábitos pessoais.

Assim foi erguida a bandeira cooperativista e assim deverá continuar sendo, pelo menos no que se refere ao Brasil. Ninguém que honestamente pretenda somar, deve acionar a alavanca do divisor nessa máquina de grande futuro, mas cujas peças precisam ser melhor ajustadas, que é o cooperativismo brasileiro. Cooperativado, se lhe convidarem, digam não ao partido cooperativista.

(*) Nicolau Machiavelli (1469-1527), escritor e político italiano. Autor de "Il Principe" e outras obras de caráter político.

O SUBSÍDIO PARA O TRIGO

O cidadão entra num restaurante — qualquer restaurante — para fazer uma refeição. Quando o garçom dirige-se a mesa do freguês já leva consigo uma bandeja com pães. Qualquer que venha a ser a refeição, o pão (de trigo, naturalmente) entra obrigatoriamente no cardápio. O fato é comum em qualquer parte do Brasil.

Em quaisquer circunstâncias, somos estimulados a consumir pão. Cartazes coloridos, vitrinas, confeitarias, apelos promocionais aconselham-nos a consumir pão; mais pão. O trigo no Brasil é consumido de variadas e inúmeras maneiras, e cada uma com apelos mais convidativos e atraentes.

Pães de forma, tipo sanduiche, tipos franceses, italianos, suíços; sovado à paulista, à gaúcha, à carioca. Biscoitos, bolachas, massas e farinhas são oferecidos a preços realmente convidativos, capazes de concorrer com vantagem sobre quaisquer produtos tradicionais na dieta nacional. O pão de trigo no Brasil não encontra concorrente. É mais barato do que o feijão-preto, o milho, a mandioca e quaisquer outros produtos de nossa produção primária tradicional. É tal o aviltamento do preço do tradicional cereal no país, se comparado a outros gêneros alimentícios, que já tem sido usado como componente de ração para animais.

A primeira impressão que se fica, em face do exposto, é que trigo no Brasil seja produzido em abundância. Mas dá-se o contrário. Nossa produção tem chegado, no máximo, a 50% das necessidades internas, isso que grande parte da população brasileira não tem acesso ao pão de trigo. Quer dizer, quando produzimos três milhões de toneladas, tem sido o caso de dirigirmos as mãos para o céu.

Ocorre que o trigo, importado na propor-

ção de mais ou menos 50%, é um produto subsidiado. Quem o produz, em abundância? Os Estados Unidos da América do Norte. Então, para aquele país produtor, carregamos anualmente o equivalente a 600 milhões de dólares em divisas.

O Brasil, cujo clima e condições genéticas em geral não se adaptam ao cultivo do cereal, apresenta excelentes condições para a produção do milho, da mandioca, do arroz, da soja e outros produtos, excelentes sucedâneos para o pão, inclusive com teor alimentício até mesmo superior ao próprio trigo. Mas por que não se elimina o subsídio para o trigo e não se redistribui esse subsídio como estímulo à produção dos demais produtos citados, para consumo interno?

Parece ser essa a questão que se impõe: a grande questão.

Por que continuar subsidiando um produto que sabidamente jamais poderemos produzi-lo na extensão das necessidades da nação? E por que não dirigir esse estímulo exatamente para aqueles cultivos aclimatados ao nosso clima e solos? É claro, que os paladares habituados ao consumo do pão de trigo, que continuem a consumi-lo, mas pagando seu preço real a nível de mercado internacional. Mas que os que se adaptassem aos pães mistos, que sem dúvida seriam maioria, pudessem obtê-los a preços compatíveis com suas posses.

Sem dúvida, essa medida, além de se constituir em questão de alcance social amplo, seria identificada também por fator de conotação patriótica: de um lado, aproveitando a possibilidade de fazer grande economia de divisas para o país e de outro bem distribuindo uma riqueza interna que chegaria a milhões a mais de bocas, neste país de famintos.

COOPERATIVISMO EM PERIGO



As cooperativas estão diante de um grave problema; talvez o mais grave e de maior ressonância negativa de toda a sua história no País. Foi encaminhado ao Congresso Nacional, em regime de urgência, projeto de origem governamental (inspirado pelos Ministérios da Agricultura e da Indústria e do Comércio), que se aprovado, rasgará a Lei 5764, que regula o cooperativismo de produção no Brasil.

Trata-se do Projeto de Lei nº 5727, cujo objetivo imediato é beneficiar os senhores de engenho deste País, conforme era tradição nos tempos do Brasil Império. E como se pretende hoje beneficiar os senhores de engenho? Abrindo as portas do cooperativismo para os usineiros de açúcar e grandes empresas canavieiras do Rio, São Paulo e Nordeste do País, como se verá a seguir.

O COTRIJORNAL reuniu em Ijuí o presidente da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS), Seno Dreyer; presidentes da Cooperativa Central Gaúcha de Telecomunicações (CCGTEL), Arnaldo Drews e da Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL), Frederico Gunnar Dürr; mais os presidentes de seis cooperativas de produção da região, para em debate estilo mesa redonda, analisar o problema. Participaram Jandyr Schau de Araújo, presidente da COTRISA, de

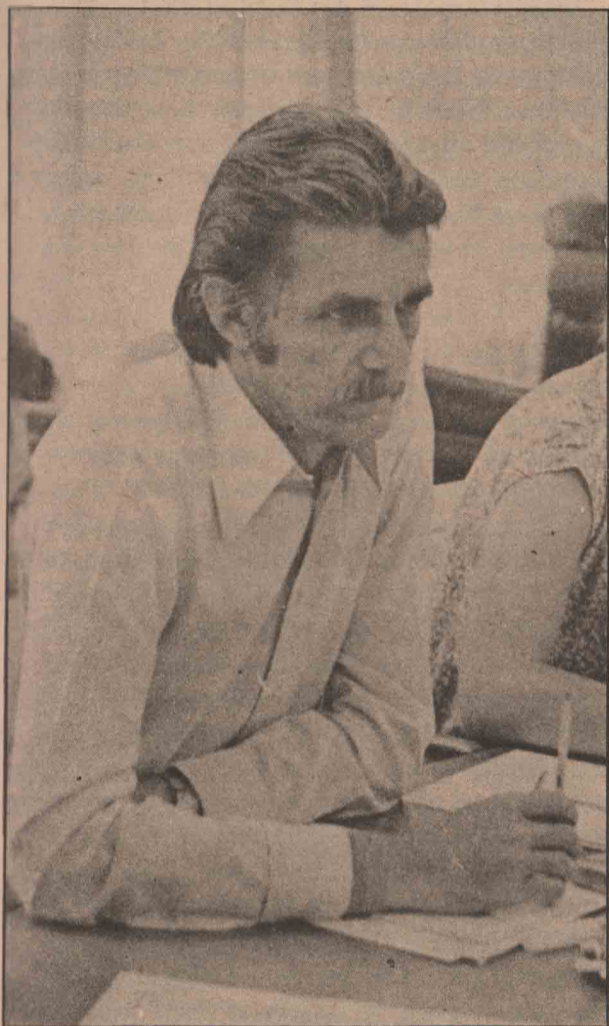
Santo Ângelo; José Vieira da Cunha, presidente da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (COOJORNAL); Hermann Stroebel, presidente da COTRIPAL, Panambi; Alexis Setti, presidente da COOPERA, de Carazinho; Edgar Dessuy, presidente da COTRIROSA, de Santa Rosa e Ruben Ilgenfritz da Silva, COTRIJUI, Ijuí.

Jornais e jornalistas participantes foram, além do COTRIJORNAL, Camilo Simon, "Jornal do Comércio", Porto Alegre; Luiz Alberto Costa, representante da Companhia Jornalística Caldas Júnior em Cruz Alta; Laudir Auozoni, "Cotricruz", de Cruz Alta; Walter Tang, "Cotripal", Panambi; Waldir Antônio Heck, "O Interior", Carazinho e Cristina Brentano de Moraes, do "Eco", de Santa Rosa.

O debate foi precedido de exposição de motivos feita pelo presidente da OCERGS, Seno Dreyer e teve como conclusão a necessidade de uma maior união e participação do sistema a nível governamental.

Será convocada uma assembléia geral para se realizar em Brasília, possivelmente nos primeiros dias de março independente de outras medidas a serem tomadas até mesmo sob pressão, para sustar a aprovação do Decreto-Lei 5727, que é considerado um verdadeiro atentado ao cooperativismo.

DECRETO Nº 5727 É UM ERRO PARA ENCOBRIR ERRO AINDA MAIOR



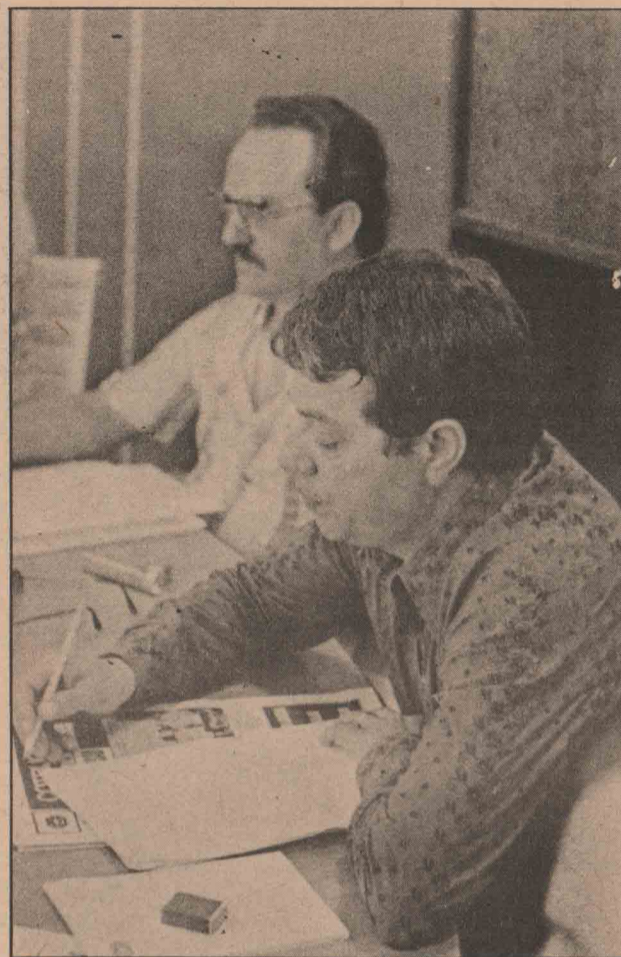
Seno Dreyer

SENO DREYER — Antes de mais nada eu gostaria de cumprimentar a iniciativa dos jornais de nossas cooperativas, em promoverem essa mesa redonda, que eu julgo de grande importância. Primeiro, porque estariam dando cobertura a um trabalho que já está se fazendo na organização política do sistema, mas que só poderá produzir seus efeitos se as manifestações surgirem de todos os recantos. Não vamos aqui enumerar os fatos que já são do conhecimento da imprensa. O Grupo Coopersucar é uma força econômica. Inclusive na reunião a nível nacional que nós tivemos, com a grande maioria de representações dos estados presentes, quando nós abordamos esse problema da necessidade de se efetuar uma campanha visando a não aprovação desse projeto (5.727), porque em palavra vulgar ela viria prostituir o verdadeiro cooperativismo, imediatamente houve uma reação. Acho que chegou a hora de nós colocarmos ao lado disso uma força política social que representa no país um milhão e seiscentos mil associados, o que somando com a população familiar teríamos 8 milhões de pessoas. A Coopersucar e a Cooperflu já estão irregulares, no nosso entender, há muito tempo. Repito aqui. Que a Coopersucar exista, e que seja cada vez mais forte e traga mais benefícios. Mas se quiser ser cooperativa, deverá achar a forma de integrar no seu quadro associativo os próprios plantadores de cana. E é o que eles não querem. No mais, usem qualquer outra fórmula, mas sem trazer problemas para o cooperativismo. A gran-

de defesa que existe, e que é argumentada na justificativa, é que só as cooperativas de álcool seriam abrangidas pelo projeto, e que o controle ficaria sob a responsabilidade do I.A.A. — Instituto do Açúcar e do Alcool. Mas é um precedente. Amanhã é a área do leite, da soja, que arranjam uma lei dessas para fazer a mesma coisa. E nós estaríamos cada vez mais saindo da filosofia própria do cooperativismo, a grande associatividade, deixando o produtor do lado de fora. Por outro lado, argumentam os defensores do projeto de lei nas justificativas, que a sociedade anônima é o melhor e mais adequado tipo de atividades empresariais. Concluimos então que, ou nos defrontamos com esse problema aqui no Rio Grande do Sul em defesa do cooperativismo, ou vamos tê-lo em nossa frente depois. Em dezembro, em encontro que o cooperativismo nacional realizou para se posicionar, foi deliberado encaminhar um ofício ao Presidente da República, pedindo a retirada desse projeto. E um outro ao sr. Ministro da Agricultura, pedindo que interviesse junto ao Presidente da República para que pelo menos retirasse o caráter de urgência com que o projeto foi encaminhado. Também se deliberou na oportunidade enviar cartas esclarecedoras aos jornais, mala direta aos parlamentares, em forma de cartas, contatos diretos com os deputados e ofícios às organizações de cooperativas dos Estados solicitando providências dos parlamentares. Tenho impressão que agora, já expedida essa correspondência, as próprias cooperativas podem se manifestar junto aos deputados federais eleitos, junto ao Ministro da Agricultura, ao Presidente da República e futuros ministros, a que, em primeira instância, seja retirado o regime de urgência desse projeto e em segundo lugar, seja totalmente retirado de pauta. Na realidade, está se cometendo um erro para encobrir outro erro. A Coopersucar tentou, por dezenas de vezes, filiar-se ao sistema OCB e não foi aceita. Admitindo-se que amanhã ou depois, empresas multinacionais criem as suas cooperativas dessa forma e até venham assumir a liderança do cooperativismo, porque vão conseguir eventualmente eleição de cargos nessas áreas, como isso viria repercutir e que isso viria trazer para o Brasil. É importante então que passemos para o debate, a partir das informações que já temos e das opiniões que por certo cada um dos senhores terá a acrescentar sobre o momentoso assunto.

É PRECISO DEFINIR JÁ SE O COOPERATIVISMO SERVE OU NÃO PARA O BRASIL

COTRIJORNAL — As cooperativas estão diante de um grave problema. Tramita no Congresso Nacional, em regime de urgência, um projeto de origem governamental que se aprovado modificará a Lei 5.764, do cooperativismo brasileiro, permitindo a constituição de cooperativas de açúcar e seus subprodutos, desde que formadas por sete ou mais pessoas jurídicas. A partir da colocação do sr. presidente da OCERGS, Seno Dreyer, perguntamos. O que fazer ante essa perspectiva sombria? Como evitar que seja come-



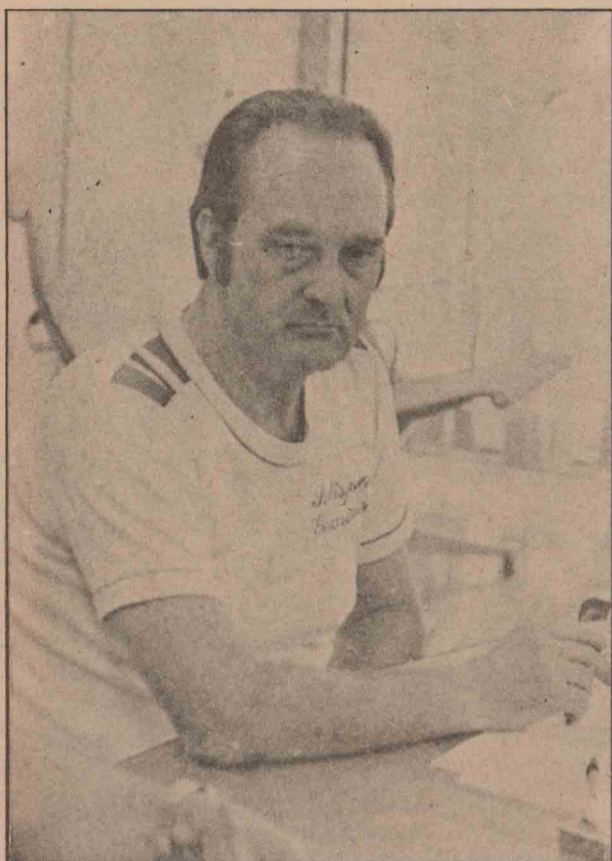
Alexis Setti

tido esse atentado ao cooperativismo brasileiro, justamente na hora em que seus resultados mais concretos começam a aparecer no concerto da economia brasileira, principalmente nos Estados do Sul?

ALEXIS SETTI — Muitos têm comentado que a Coopersucar tenta, desde 1971, ingressar no sistema da OCB — Organização das Cooperativas Brasileiras, e foi rejeitada por diversas ocasiões. A OCB não poderia impetrar um mandado de segurança contra o uso do nome de cooperativa por parte da Coopersucar? Porque ela não se enquadrava na lei do cooperativismo mas usa a sigla que identifica uma cooperativa.

JOSÉ VIEIRA DA CUNHA — Talvez tivesse que ter sido feito isso, mas antes. Agora já foi encaminhado projeto de lei e uma medida nesse sentido seria ineficaz.

ALEXIS SETTI — Entendo até desnecessárias manifestações individuais contra esse absurdo que se quer cometer contra o sistema cooperativo. Acho que devemos apoiar as iniciativas da OCB e da OCERGS, além de outras entidades que estão tentando impedir que se concretize esse absurdo, de que empresas mercantis se transformem em cooperativas. Se estamos dentro do cooperativismo é porque entendemos claramente a Lei 5.764 em um de seus artigos que diz que o objetivo, o sujeito, é o homem. E essas usinas açucareiras estão visando grupos. Essa é a diferença. Se aberto o precedente, vejam o que poderá ocorrer. Dirigentes de cooperativas constituindo cooperativas suas. Ou o cooperativismo serve para o Brasil, ou não serve. Temos exemplos — como o de Luiz Fogliatto — de gente que deu a vida pelo cooperativismo e por suas cooperativas. E nós, vendo o progresso no setor primário graças ao cooperativismo, estamos hoje nos defrontando com um problema dessa ordem. Antes deveriam contestar os benefícios trazidos pelo cooperativismo, para depois então desvirtuar sua lei. Cooperativismo que está dando melhores condições de vida a milhares de pessoas. E



Edgar Dessuy

enquanto isso, surge uma lei para resolver problemas das elites. Particularmente, acho que a agricultura vai continuar onde sempre esteve — marginalizada.

ESSE PROJETO DE LEI É UM BARBARISMO QUE SE QUER PERPETRAR

EDGAR DESSUY — Vendo e ouvindo tudo o que tem acontecido, que poderá acontecer amanhã, acho que há uma solução e é chegado o momento de mostrar a força das cooperativas. Estamos em vésperas de mudança de governo, e é necessário fazer ouvir a voz das cooperativas. Somos uma potência mas ainda não lançamos mão desse expediente. Então vamos mostrar aos políticos que somos. Porque — repetindo o Alexis — realmente a nossa agricultura está, foi e será marginalizada. E considero esse projeto de lei um barbarismo. É chegada a hora de botar a boca no trombone.

ARNALDO DREWS — Existem duas grandes massas, ou seja, o produtor e o consumidor.

E esse projeto de lei, se aprovado, viria em benefício do intermediário, dando condições a que todas as empresas jurídicas formassem, constituíssem cooperativas. Enquanto nossa preocupação é termos um banco próprio, imaginem o que tais cooperativas com sócios jurídicos conseguiriam fazer em pouco tempo. Ora, se empresas jurídicas têm amparo perante o governo para formar cooperativas, para elas será muito fácil formar um banco em seguida. A grande luta então consiste em não permitir a aprovação desse projeto.

SENO DREYER — Quanto a essa argumentação de realmente tomar posição, acho que muitas vezes nós, dirigentes políticos das cooperativas, nos absorvemos demais em razões que mexem conosco a cada dia, quando na realidade deveríamos ser mais políticos — não partidários — dentro do próprio sistema. Então essa força, como falou o Edgar, até hoje não saiu. Gostaria de mencionar aqui uma sugestão do Ruben, feita em reunião da OCERGS e depois encaminhada para a OCB. É que a OCB vem lutando para obter uma audiência com o futuro Presidente da República, muito mais preocupada em conseguir a confirmação de sua presença no próximo Congresso. Teríamos, segundo a sugestão, que agir com mais objetividade. Realizar uma assembleia cooperativista nacional em Brasília, fazendo ver aos políticos que força vai estar ali reunida, estabelecer questões básicas para esclarecimento e debate como o próprio projeto de lei, e só então convidar a classe política para o congresso.

ALEXIS SETTI — No meu entender, essa assembleia deveria ser marcada para hoje. Porque a imprensa já está anunciando a indicação de ministros, de futuros executivos, e onde é que nós estamos? O que é que as lideranças cooperativistas estão fazendo? A fim de colocarmos nesses cargos gente que tem afinidade com a agricultura. Ao que se sabe, tem já dois ou três ministros escolhidos, indicados. E um, por sinal, da agricultura, que nos judiou bastante. Já na esfera estadual, tenho a certeza que o Governador está elaborando listas de nomes para compor o futuro Governo. Quem do cooperativismo gaúcho está participando, mantendo contatos. Depois nós vamos reclamar. Acho que a hora de mostrar nossa força é agora: E poder dizer quem interessa para uma chefia de Banco do Brasil, para diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco Central. Quem será o diretor da CACEX? Poderíamos analisar nomes e — a título de sugestão — encaminhar ao futuro governador.

PARA ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO SÔ CONTAMOS COM IMPRENSA GAÚCHA

CAMILO SIMON — Só um detalhe. Há alguns dias reunimos a imprensa de Porto Alegre e jornalistas de sucursais de jornais do Rio de Janeiro, na OCERGS, ocasião em que o Seno Dreyer falou sobre o projeto que modifica a lei do cooperativismo. O que percebemos foi que a imprensa de Porto Alegre noticiou amplamente o encontro, enquanto que no Rio de Janeiro, nos dias que se seguiram a entrevista, nada foi divulgado. Em contrapartida, o que se viu foi a publicação de matérias pagas pela COOPERSUCAR em jornais do Rio e São Paulo, em que aquela empresa se intitula modelo cooperativista. Talvez no Jornal do Brasil saia alguma coisa, pois uma repórter nos solicitou maiores detalhes. Mas se nós no Rio Grande do Sul não veicularmos as posições contra esse projeto de lei, pouco se poderá esperar dos demais estados.

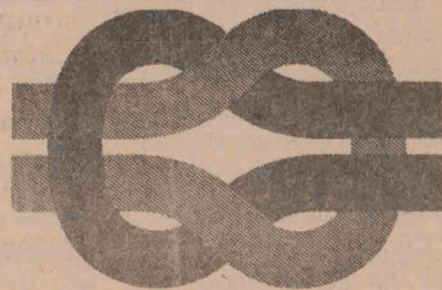
EDGAR DESSUY — O que deveria ser dito ao futuro Governador é que escolha para exercer cargos de execução no setor agropecuário, pessoas sensíveis ao cooperativismo. Agora, o que temos notado é que há muita preocupação regionalmente, a que cargos importantes nos escalões do Governo estadual sejam ocupados, visando interesses dessa ou daquela região, e nunca visando o cooperativismo como um todo.

HERMANN STROEBEL — Voltando ao que o Edgar falou, de que temos de sensibilizar os políticos, temos de aproveitar para mostrar que hoje somos sociedades de pessoas e não de capital. E que se a lei for transformada, praticamente existirão aglomerados de sociedades anônimas, e não mais cooperativas.

A MALANDRAGEM DESSE Malfadado PROJETO É MAIS QUE EVIDENTE

FREDERICO GUNNAR DURR — Eu acho que a gravidade do assunto é tão grande, que nem cabe mais debater. Porque inclusive a malandragem da época em que foi apresentado es-

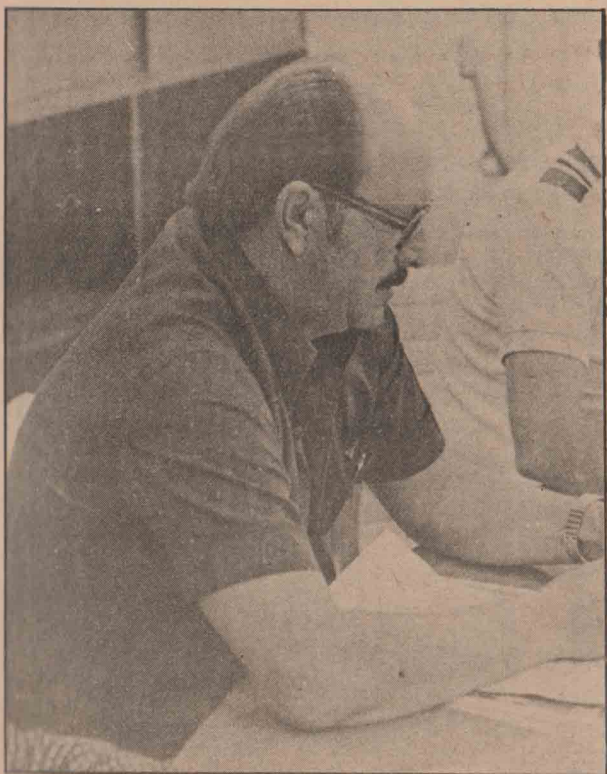
Mais que um grupo,
um ideal.



COTRIJUI
— A FORÇA DA UNIÃO.

se projeto de lei já mostra que é aguardada uma reação. Porque deu entrada no Congresso no final de um período legislativo, com regime de urgência para ser discutido em início de outro período, que fatalmente será tumultuado pela posse dos novos deputados e senadores. Se a Coopersucar há mais de cinco anos está lutando dentro do INCRA para conseguir a sua inscrição como cooperativa e até hoje não conseguiu por não haver forma de enquadramento, a época em que tal projeto de lei é apresentado mostra alguma coisa. Mostra que se quer aproveitar uma oportunidade em que não se possa mobilizar ninguém para atuar contra. Esse é um dos aspectos. E porque a Coopersucar quer ser cooperativa? Se ela mesma sabe que não é. Há uma exigência do I.A.A. — Instituto do Açúcar e do Alcool, que só distribui cotas de exportação para cooperativas. Então a Coopersucar, em vez de mudar as regras do I.A.A., quer se transformar em cooperativa. Eu acho muito mais fácil e mais racional que o Instituto do Açúcar e do Alcool de uma abertura para o tipo de organização que é a Coopersucar, para que ela também possa exportar mesmo sem ser uma cooperativa, do que colocar todo o sistema cooperativista em choque. Não somos contrários à que a Coopersucar seja exportadora de açúcar ou patrocine automóveis de corrida. O que não podemos permitir é colocar em jogo o sistema para beneficiar uma organização que não se enquadra na lei. Ou constitui a cooperativa dos produtores de açúcar, ou o instituto abra as portas para essas usinas a fim de terem direito a suas cotas de exportação. Sabemos também que atrás disso estão os demais inimigos do sistema que querem embarcar nessa canoa. Existem outros fatores, como o já citado Imposto de Renda, etc. Mas o problema que os interessados apontam é a necessidade de enquadramento para poder exportar.

O PROJETO COPERSUCAR TRANSGRIDE TODOS OS PRINCÍPIOS DO SISTEMA

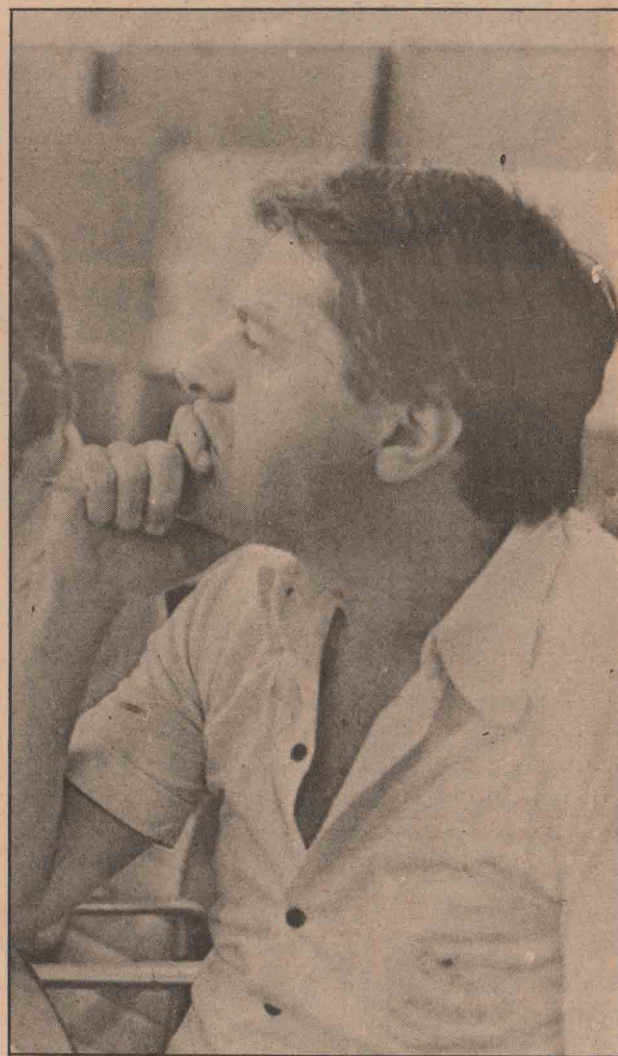


Jandyr Schau de Araujo

RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA — Companheiros, esse problema mostra que o cooperativismo não está sendo bem entendido, isso para não partirmos para outras premissas. Inclusive estamos aqui quebrando a cabeça para encontrar justificativas para a apresentação de um projeto de lei, coisa que ocorreu na penumbra, não as claras. O que demonstra, mais uma vez, que o cooperativismo mais do que uma doutrina, esteja sendo entendido como uma mera solução circunstancial de problemas de ordem econômica, e não como uma sociedade pretendida pelo cooperativismo, mais solidária e comunitária. Conforme se viu, essa mesa redonda se propunha debater ainda outros assuntos. Que serão prejudicados na medida em que se entende desde agora que a aprovação de um projeto de lei desse teor transgride todos os princípios do sistema. Certamente isso constituiria uma aberração por tudo o que se conhece da doutrina não somente no sul do país, mas no resto do Brasil e a nível internacional. Nós brasileiros, aberto o precedente, passaríamos que ter de dar respostas para as quais não teríamos justificativas. O que eu quero frisar, é que isso demonstra mais do que tudo que o cooperativismo ainda se ressentente bastante da participação das massas. Acho que o mais importante é levar esse tema para que toda a base possa tomar uma posição. Talvez seja essa a tarefa número um desse ano de 1979. Fazer com que os cooperados entendam o que significa um projeto desses. Quase que deveríamos abandonar as demais atividades no sentido político, e fazer um grande esforço para a conscientização do produtor, bem como proporcionar debates públicos em torno desse tema. É necessário de uma vez por todas que a família brasileira saiba o que é cooperativismo. E estou certo também que será essa a forma de impedir que haja certas fugas de doutrina, buscando justificativas para medidas como esta que está sendo tomada. E acho que a grande resposta que o Governo poderá nos dar é em termos da posição que vai adotar em relação a esse projeto. Isso aí define o que se quer, o que se pretende do cooperativismo. Talvez pressionados por uma situação muito própria de grandes instituições, canalizando recursos maciços a nível de ganhar posicionamento junto aos órgãos de comunicação, e o próprio relacionamento na área governamental, se admita que o que ocorreu se constitua num cochilo. De que não houve consciência do que estavam fazendo ao encaminhar o projeto. Caso contrário, poderíamos dizer que estamos sendo usados como instrumento em determinados momentos, para resolvermos problemas circunstanciais e colaborarmos na formação de uma infraestrutura como é o caso do Rio Grande do Sul. É o caso por exemplo do processo de diversificação, cujo ônus recai sobre o cooperativismo. Entendo então que devemos levar isso a um amplo debate nacional.

VAMOS DEBATER NOSSOS PROBLEMAS A NÍVEL DE ASSEMBLÉIA NACIONAL

Uma assembléia geral do sistema cooperati-

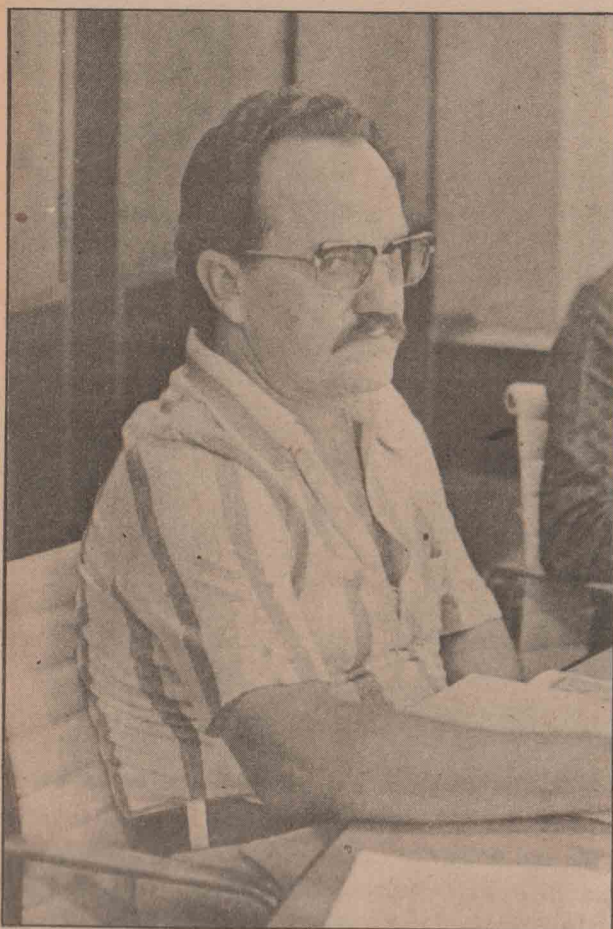


José A. Vieira da Cunha

vista em Brasília, e com uma reunião preparatória em Porto Alegre, onde seria convidada a bancada gaúcha dando oportunidade de os legisladores se conscientizarem do problema em si, para que realmente possam exercer o mandato com consciência. E que se busque definir nas áreas do legislativo e do executivo, o que se pretende do cooperativismo em si. A força do cooperativismo não está no poderio econômico das organizações mas sim na participação das pessoas que convivem dentro do sistema. E certamente a criação de uma cooperativa central com figura jurídica, ela não tem qualquer vinculação com relação ao produtor. Então perguntaríamos: por que não criar cooperativas a partir do produtor de cana de açúcar. Inclusive é a negação de tudo aquilo que se prega em relação a uma agro-indústria. De que vale uma agro-indústria se ela não tiver a participação efetiva daquele que mais dela precisa.

O caso do Imposto de Renda não chega a ser um benefício, porque o próprio órgão cooperativista define essa posição. Não nos cabe então buscar justificar o porquê de determinadas organizações quererem se manter com figuras jurídicas em forma de cooperativas. Temos que analisar a aberração do quadro em si, e da monstruosidade do crime que se comete. Porque além disso, se abre aí uma perspectiva a longo prazo para acabar com o sistema. Em suma, acho que devemos ir às bases, levar o debate às praças públicas e procurar ocupar as primeiras páginas dos jornais, embora se entenda que o cooperativismo não pode viver de anúncios de jornais, mas passa a ser notícia pelo que realiza, faz, e pelo que representa no sentido social. E o projeto é uma negação. Nós aqui vemos a oportunidade de ter uma resposta a nível de Governo: o que se pretende do sistema? E não vejo porque tenhamos timidez na hora de colocar nossas posições.

É VALIDO CRIAR ALGUM PROBLEMA PARA MINORIA SE BENÉFICO À MAIORIA



Hermann Stroebel

Nenhum de nós que aqui está defende interesses de ordem pessoal. Está se defendendo interesses de grupos, mas de grupos que são representativos das comunidades nas quais vivemos e onde certamente sempre são a maioria. E a medida que se resolve um problema para a maioria, é válido criar problema para as minorias. Acho então que a primeira grande medida, paralela à movimentação do sistema, é o Governo retirar tal projeto de lei e fazer uma análise profunda das razões que levaram a esse tipo de medida. Inclusive é preciso que se saiba quem está a favor e quem está contra o cooperativismo. Que as coisas sejam mais claras, que as decisões não fiquem só a nível de gabinetes.

SENO DREYER — Para nós do cooperativismo, não interessa que um poder executivo venha a um Congresso e diga que é a favor das cooperativas, se depois nós temos que continuar na mesma luta, e tudo continua da mesma forma. Isso aí talvez seja uma boa oportunidade para acordar o cooperativismo e proporcionar ao governo dizer o que quer ou o que não quer do sistema cooperativista. E gostaria de chamar a atenção para mais um detalhe. O Conselho Nacional de Cooperativismo, pela atual legislação, é o que define e comanda a política nacional do cooperativismo. O sistema em si é minoritário, tem assento mas é minoria. Os representantes dos órgãos governamentais é que são maioria. Até hoje tem funcionado bem. Mas eu não sei se, eventualmente, isso aí não seria também uma batalha para que o próprio sistema assumisse o controle dentro do próprio conselho em maioria. Esse projeto de lei conseguiu a que houvessem parece-

res jurídicos, onde não precisaria ser ouvido o Conselho Nacional de Cooperativismo. Porque a Lei 5.764 fala que a alteração do sistema cooperativista só pode começar a tramitar no Congresso, uma vez que o Conselho Nacional de Cooperativismo opinou. Outro aspecto que me preocupa nesse projeto de lei, é o artigo oitavo, que diz o seguinte "As cooperativas de que trata essa lei serão extintas, caso o poder público deixe de exercer efetivo controle da produção e de preços de açúcar e seus subprodutos". Vejam só se a moda pega e outros setores do cooperativismo se enquadrem nos termos desse projeto.

JANDYR SCHAU DE ARAÚJO — Acredito que tudo que aqui foi dito está muito bem posicionado diante desse ataque frontal ao sistema, ataque esse que visa atingir não só o cooperativismo brasileiro. O cooperativismo mundial está sendo frontalmente atacado, inclusive nas suas origens. De modo que a legalização desse projeto de lei é totalmente incompatível e também conflitante com o sistema cooperativista que está dentro da sua filosofia.

NO PASSADO, DELFIM NETO FOI ENTRAVE AO SISTEMA. AGORA VAI SER MINISTRO?

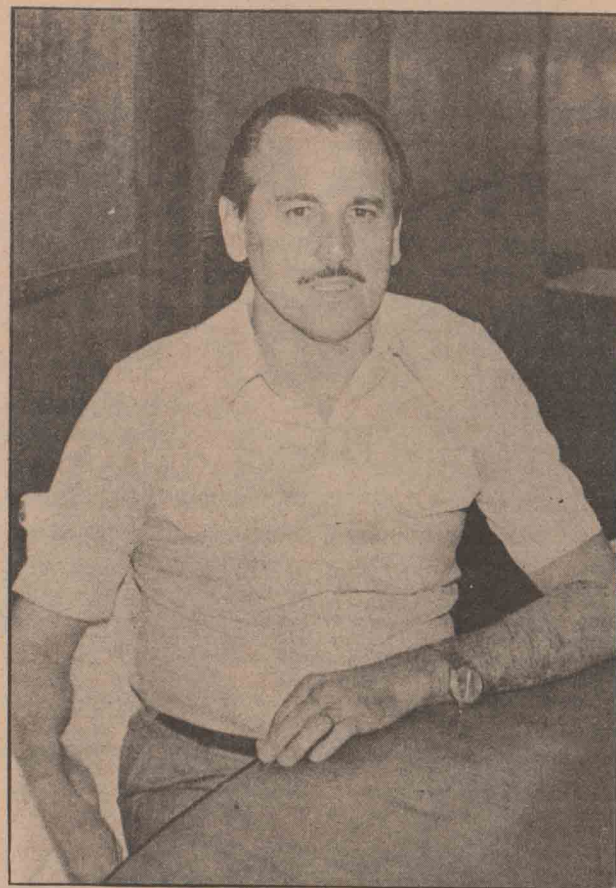
JOSÉ VIEIRA DA CUNHA — Essa questão da mobilização, citada pelo Ruben e pelo Seno é muito importante porque o grande problema do cooperativismo no Brasil sempre tem sido a questão da representação. E o cooperativismo nunca teve força política — quem nem sempre deve vir do poderio econômico que um ou outro setor possa ter, mas é uma questão importante. E o cooperativismo não foi apenas tolerado, consentido como já se disse aqui, mas foi conveniente até um determinado ponto ao sistema, no sentido de abrir fronteiras na área da agricultura e pecuária. E hoje o cooperativismo cresceu e se expandiu para outras áreas, o que talvez tenha começado a preocupar mais determinados setores. E o que se viu é que o cooperativismo teve até agora um certo ranco oficialístico, pela muita vinculação ao sistema, em termos de INCRA, a própria OCB que é definida por lei como órgão acessório do Governo Federal. Só agora está havendo um certo despertar, para que o cooperativismo assuma a importância que tem no cenário nacional, em termos econômicos e sociais. Para onde vai a nossa agricultura, ou o cooperativismo? É difícil de detectar devido o momento político que vivemos até agora. Para onde vai a agricultura, é uma questão procedente. Vai ficar mais marginalizada? Não? Mas a coisa indica que fortes grupos econômicos poderão vir a ser beneficiados no novo Governo, na medida em que o cidadão, senhor Delfim Neto, está sendo apontado como o novo Ministro da Agricultura. Ele que durante cinco anos de Governo foi, decididamente, um dos grandes entraves ao cooperativismo no Brasil, na medida em que, como um super Ministro da Fazenda, ele sustou uma série de interesses que seriam do cooperativismo. Por isso essa mobilização aqui no Rio Grande do Sul está surgindo em tempo hábil.

RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA — O

cooperativismo hoje, em termos do econômico, é pujante. Agora, o que se deve destacar é que essa pujança econômica nunca foi usada pelo cooperativismo para ganhar favores, para ter tratamentos especiais. Sempre o cooperativismo discutiu seus assuntos a portas abertas. Quando hoje o Governo, pela consciência do próprio povo, procura a busca de um processo de democratização não só da nossa vida econômica mas da vida política de uma forma especial, há que se destacar que nunca o cooperativismo foi fruto de conchavos. Nunca comprou vantagens, mas conquistou tudo mercê do que ele representa em termos do interesse coletivo. Também cumpre destacar que cooperativa nenhuma sobrevive se não estiver correspondendo aos interesses do quadro associativo. Então, dentro do que se pretende para formação de uma nova sociedade, certamente que o cooperativismo é uma das etapas fundamentais, porque representa liberdade de participação. Esse é um ponto que, se sob certo aspecto atemoriza, só pode atemorizar aquelas organizações que têm objetivos que não podem ser confessados publicamente.

A NÓS, CABE ALERTAR OS RESPONSÁVEIS PELO CRIME QUE PRETENDEM COMETER

Ao contrário, todas as organizações cujos objetivos são públicos, notórios, podem sentir no cooperativismo uma forma de apoio. Depois de um ano — 1978 — em que muito se discutiu o cooperativismo, inclusive no Seminário organizado pela OCERGS, é chegado o momento de, pela premência do tempo, fazer um grande debate com os legisladores, que são os que ficaram com a responsabilidade de tomar essa decisão. Não deveríamos também querer que uma medida executiva acabe com o problema. Acho



Arnaldo Oscar Drews

que devemos é propor a discussão do problema em si mesmo. Cabe a nós alertarmos os responsáveis pelo crime que irão — ou não — cometer. E se tiverem que cometer, que o façam com consciência. E é certo que, aconteça o que acontecer, essa luta está começando. Isso é uma etapa do processo. Não deveremos encerrar o episódio da conscientização, seja a nível das massas, do Legislativo ou do próprio Executivo. Temos que debater inclusive a própria legislação cooperativista, que sempre foi feita de cima para baixo. Chegou a hora então de não deixarmos que as coisas venham prontas, participarmos. Legislação cooperativista tem de começar a ser discutida por quem interessa realmente, nas bases. Se para nós, dirigentes de cooperativas, administrar as organizações está diretamente relacionado ao fato de correspondermos aos interesses dos nossos associados, por que tal não é válido também para a feitura de uma legislação a nível nacional? Por que uma legislação é elaborada numa ante-sala, passa pelas comissões e é aprovada? Se inclusive o movimento cooperativista só vai tomar conhecimento dela, praticamente depois de tudo pronto. E se os próprios órgãos de cúpula não correspondem, cabe a nós a partir de uma tomada de posição de massa, fazer que essas coisas se modifiquem.

JANDYR SCHAU DE ARAÚJO — Temos muita coisa que soma em favor do cooperativismo, além do que as cooperativas sempre atenderam ao chamamento do governo, dando sua maior colaboração. Melhoraram o sistema de comercialização, carregaram divisas. Então nos cabe o direito de tomar uma iniciativa.

ARNALDO OSCAR DREWS — Nos Estados Unidos existem pessoas especializadas dentro dos quadros das cooperativas, somente para estudar a legislação e fazer as leis. Lá então se dá o contrário. Quando as cooperativas desejam alguma coisa em favor de seus associados, a legislação é elaborada conjuntamente pelas cooperativas e depois encaminhada ao poder Legislativo que aprovará, ou não. Aqui nós nem discutimos, e as vezes nem ficamos sabendo.

JOSÉ VIEIRA DA CUNHA — Essa lei, da forma como surge, permite traçar um paralelo com certos tipos de cooperativas que nós temos, que deixam de ser eficientes por que a doutrina é muitas vezes deturpada. É o caso de cooperativas habitacionais que têm uma forma de ser encaradas, porque são vinculadas ao BNH e têm prazo para surgir e para fechar. E elas acabaram hoje sendo apenas instrumentos de empresários da construção civil. A mesma coisa ocorreu com as cooperativas de crédito, que saíram do âmbito do cooperativismo, para serem enquadradas dentro da área do Banco Central do Brasil, e a partir daí foram tremendamente asfixiadas.

ESTÁ NA HORA DE AMPLIAR DISCUSSÃO. DEBATE VAI NOS MOSTRAR O CAMINHO

RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA — Eu acho que até agora nós pagamos o ônus de se ter vivido muito introspectivamente. Está na hora de ampliar a discussão. Hoje, em nosso Estado,

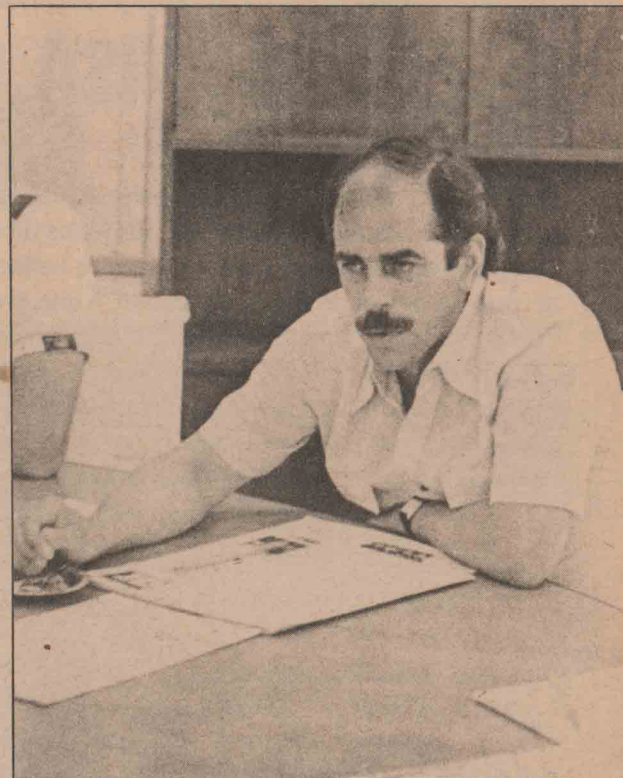
são as mais diversas áreas onde o cooperativismo atua. E ele tem alcançado resultados a partir do momento em que brota, e não quando é imposto. Todas as imposições têm prazo para início e para término. A contestação que se faz ao cooperativismo é absurda. Nós temos casos de eletrificação rural aqui no Estado, onde existe competição entre um órgão estatal e a cooperativa, que é do produtor, que vai levar o poste, puxar o fio de luz. É mais uma coisa a ser definida. Vamos chegar ao momento de ter, no Brasil, tanto a nível de Executivo como Legislativo, uma definição a respeito do cooperativismo para que nossos contatos fiquem claros e sejam feitos com aqueles que tenham disposição de defender os nossos interesses. E que não sirvamos de instrumentos para dar determinados tipos de informação para inimigos nossos. E o problema não tem facção político-partidária. Ele extrapola profundamente essa área. A cooperativa tem que ter a característica própria de adesão livre, participação livre. E certamente vai chegar o momento em que vai se dizer que no leite, a responsável pela crise no setor em algumas áreas será uma cooperativa central de leite. Essas coisas não têm mais cabimento. Está na hora não de nós indicarmos nomes, mas cobrar um comprometimento com o sistema cooperativista.

MERCADO FINANCEIRO É TÃO DETURPADO QUE INDÚSTRIAS OPERAM FINANCEIRAMENTE

ALEXIS SETTI — O que está acontecendo lá em cima é que indústrias de esmagamento conseguem verbas a oito por cento ao ano, e aplicam esses valores a mais de 40 por cento, enquanto as cooperativas não conseguem. Quem é que manda no país? São os banqueiros? Ainda admito que banco tenha lucro porque trabalha com dinheiro. O que não entendo é que uma indústria de esmagamento de soja tenha lucro no mercado financeiro superior às suas atividades. Vamos analisar os balanços da Olvebra e Samrig do ano passado.

EDGAR DESSUY — Para complementar. Tem uma indústria cujo resultado foi de 33 milhões, sendo que 27 milhões resultante de operações financeiras.

FREDERICO GUNNAR DÜRR — Vou ler uns trechos de correspondência que a OCERGS recebeu da UNIMED a propósito do projeto de lei que ora se discute. "Posicionamo-nos entre aqueles que acreditam e lutam para que o cooperativismo consiga tornar-se uma força importante capaz de competir com o mercantilismo e o capitalismo que certamente são geradores de imensos conflitos sociais. Seu posicionamento junta-se ao nosso temor de que poderosos grupos usem o cooperativismo como locupletar-se do trabalho alheio sem assumir os compromissos legais da legislação em vigor. A aprovação do projeto de lei 5727, certamente abrirá o caminho para o aniquilamento a curto prazo do cooperativismo nacional que, inexoravelmente, será transformado em mais uma arma de exploração daqueles que trabalham e produzem, neste país. Aproveitamos para externar-lhes tam-



Ruben Ilgenfritz da Silva

bém a nossa preocupação pelas tendências hipertólicas que aparentemente existem no seio de nosso movimento, em termos regionais que podem levar a um distanciamento irreversível entre os interesses dos associados e os interesses dos dirigentes com tendência a tornarem-se grandes empresários. As cooperativas, as federações e outros órgãos do sistema devem estar sempre voltados para seus associados, e os lucros desse sistema deverão ser sempre aqueles que produzem. Cooperados fortes é que tornam uma cooperativa forte, e não o contrário. Assumimos a sua conclamação e comprometemo-nos com a sua luta, pois somente a união efetiva daqueles que professam a ideologia cooperativista nos levará a vitória e nos livrará da derrota". Esse o teor da correspondência que a OCERGS recebeu da UNIMED/Porto Alegre.

RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA — Nos parece que a força da OCERGS é a soma de todas as nossas forças. Talvez devamos estabelecer metas que estão mais ao nosso alcance, sem prejuízo da mobilização a nível nacional. Poderíamos então reunir a bancada gaúcha antes do início do novo período parlamentar para uma mesa-redonda, e convidar juntamente os governadores, atual e futuro. Para mais tarde levarmos o debate numa grande assembléia do cooperativismo em Brasília.



Frederico Gunnar Dürr

A LEI 5.764 VISA O HOMEM - O PROJETO 5.727 OS CARTÊIS

Depois de tudo o que se disse a respeito dessa tentativa de ludibriar a doutrina cooperativista, hoje responsável por feitos incontáveis num país onde o cooperativismo é ainda novo, levamos ao conhecimento do leitor a íntegra do projeto de Lei do Poder Executivo, e que teve parecer favorável assinado pelos Ministros Alysson Paulinelli e Ângelo Calmon de Sá, da Agricultura e da Indústria e Comércio, respectivamente. Ainda que não sejamos obrigados a conhecer de cor a lei do cooperativismo, sabemos que ela defende os direitos de um associativismo de porta aberta, onde um homem é igual a outro homem. No atual projeto de Lei, as cooperativas seriam formadas por pessoas jurídicas num mínimo de sete.

Esse o texto do projeto de Lei 5.727.

**PROJETO DE LEI
Nº 5.727 DE 1978
(Do Poder Executivo)
MENSAGEM Nº 428/78**

Dispõe sobre a constituição de Cooperativas de Produtores de Açúcar e seus Subprodutos, e dá outras providências.

(As Comissões de Constituição e Justiça de Agricultura e Política Rural e de Economia, Indústria e Comércio).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º — Fica autorizada a constituição de cooperativas de produtores de açúcar e seus subprodutos, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º — As cooperativas serão constituídas de pessoas jurídicas, em número mínimo de 7 (sete), e seu funcionamento dependerá de prévio registro no Instituto do Açú-

car e do Alcool — IAA.

§ 2º — As cooperativas de que trata este artigo ficam diretamente subordinadas ao IAA, ao qual compete, através de seu Presidente, conceder autorização para funcionamento e cancelá-la, quando for o caso, cabendo também à autarquia o respectivo controle e fiscalização.

Art. 2º — As cooperativas a que se refere o artigo anterior apresentarão ao IAA, dentro de 30 (trinta) dias de sua constituição, requerimento de registro acompanhado de 4 (quatro) vias do ato constitutivo, do estatuto social e lista nominativa de seus integrantes, além de outros documentos que forem julgados necessários.

§ 1º — Recebido o pedido, o IAA sobre ele se manifestará no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrada no protocolo, após verificada a existência de

condições de funcionamento da cooperativa, a regularidade da documentação apresentada e sua conformidade com as normas legais e regulamentares relativas à agroindústria açucareira.

§ 2º — Deferido o pedido, o IAA devolverá à cooperativa, devidamente autenticadas, 2 (duas) vias do ato constitutivo, acompanhadas de documento dirigido à Junta Comercial do Estado onde a entidade estiver sediada, comunicando sua aprovação para o competente, arquivamento.

§ 3º — No caso de indeferimento, sem prejuízo de pedido de reconsideração, caberá recurso para o Ministro da Indústria e do Comércio, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 4º — A autorização para funcionar e o registro da cooperativa no IAA serão cancelados se a cooperativa, dentro do prazo de 1 (um) ano, não entrar em funcionamento.

Art. 3º — No caso de cancelamento de autorização, o IAA comunicará a decisão à Junta Comercial adequada, para os devidos fins.

Art. 4º — Compete ao IAA mediante resolução do seu Conselho Deliberativo, baixar normas regulamentares e interpretativas disciplinadoras da constituição, fun-

cionamento, controle e fiscalização das cooperativas de que trata esta Lei.

Art. 5º — Quando o número de associados se reduzir abaixo do mínimo estabelecido nesta Lei, a cooperativa se dissolverá, facultado o restabelecimento deste limite no prazo de 1 (um) ano, contado da data em que se verificar aquela redução.

Parágrafo único — A cooperativa será considerada dissolvida e entrará em liquidação quando o número de suas associadas reduzir-se a menos de 4 (quatro).

Art. 6º — Nos casos omissos aplica-se, no que couber, o disposto na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Art. 7º — As cooperativas de produtores de açúcar e seus subprodutos atualmente em funcionamento terão um prazo de 90 (noventa) dias para se adaptarem a esta Lei, a contar de sua vigência, sob pena de liquidação.

Art. 8º — As cooperativas de que trata esta Lei serão extintas caso o poder público deixe de exercer efetivo controle da produção e de preços de açúcar e seus subprodutos.

Art. 9º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

APÊLO AS LIDERANÇAS POLÍTICAS

Muito antes de os jornais de cooperativas gaúchas realizarem o debate que apresentamos nas páginas anteriores, já a OCERGS se antecipou em cobrar de quem de direito, uma tomada de posição diante do fato estarrecedor, qual seja, a entrada no Congresso Nacional de um projeto de Lei dispondo sobre modificações na Lei 5.764, a legislação cooperativista vigente desde o ano de 1971. A carta que publicamos a seguir, na sua íntegra, foi endereçada pela Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, ao deputado federal Nelson Marchesan, líder do governo no período legislativo a ser iniciado em março próximo. Eis a íntegra do documento.

“Senhor Deputado.

O Presidente Ernesto Geisel, em 14 de novembro último, pela Mensagem 428/78, enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei dispondo sobre a constituição de Cooperativas de Produtores de Açúcar e seus Subprodutos. O projeto de lei foi acompanhado da Exposição de Motivos assinada pelos Ministros da Agricultura e da Indústria e Comércio, na

qual é enfatizada a sua urgência, devendo o mesmo ser apreciado na forma do disposto no artigo 51, § 2º, da Constituição Federal, ou seja, em sessão conjunta do Congresso Nacional dentro do prazo de 40 dias. Não havendo deliberação no prazo mencionado, o projeto será considerado aprovado.

Por força do recesso parlamentar de 5 de dezembro a 28 de fevereiro, parte do prazo ainda fluirá em março do próximo ano.

Visando a retirada do projeto de lei, a fim de que o assunto seja examinado, detidamente, pelo próximo Governo e não a toque de caixa, em regime de urgência, sem que as lideranças cooperativistas possam atuar com eficiência, procurando demonstrar aos novos responsáveis pelo destino do país as inconveniências, distorções e possíveis embustes de uma lei cooperativista voltada exclusivamente para a proteção de grupos abrigados em poderosas sociedades anônimas. Imaginada, sonhada e finalmente estruturada para a prestação de serviços ao homem, pessoa física, o novo tipo de “cooperativa” somente acolherá sociedade anônimas, nela sendo proibido o in-

gresso do homem, pessoa física.

Assim sendo, recorreremos ao ilustre Deputado, apelando que empregue seus bons ofícios, junto a quem de direito, no sentido de lutar para que não se concretize a aprovação do projeto em questão.

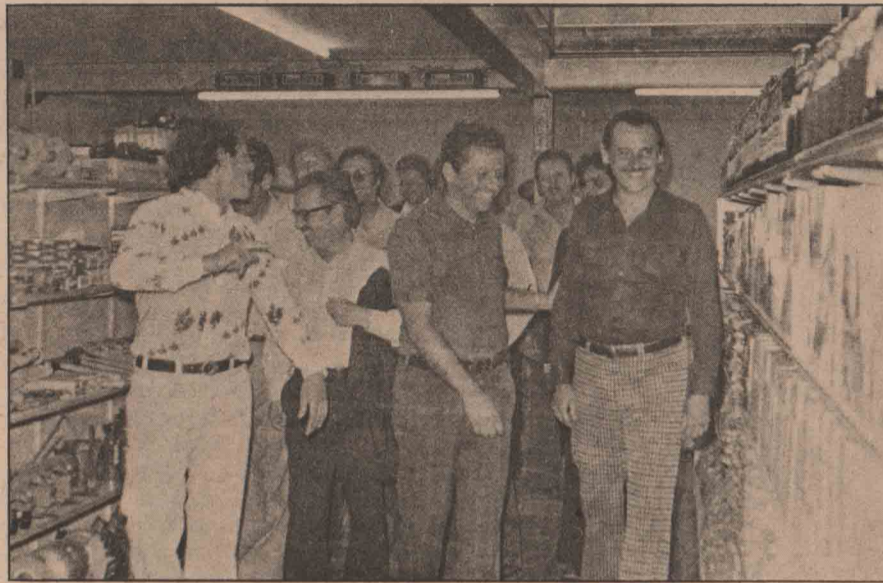
É flagrante que a aprovação deste projeto será o início da desmoralização do sistema cooperativista brasileiro. Nada têm os cooperativistas contra os usineiros. O setor açucareiro e alcooleiro é de importância capital para o nosso país. Ele pode obter sem que haja protestos de nossa parte, favores fiscais de qualquer espécie e amplitude. Apenas não podem usar o cooperativismo, que não é suporte de sociedades anônimas. Nossa luta é de preservação de nosso sistema. Se for desmoralizado por sucessivas distorções, não continuará contando com a opinião favorável de todos quantos lutam pela valorização do homem, preocupação única e última do cooperativismo.

Na expectativa de vossa acolhida favorável quanto ao exposto, renovamos nossos protestos de grande respeito e acentuada consideração.

COOPERATIVISMO - O BEM COMUM



O cooperativismo se traduz na união mais pura. . .



. . . as autoridades testemunham seu crescimento.



Suas bases o criaram para garantir o futuro dos filhos.



Com fé,
orgulho
e coragem,
haveremos
de prosseguir
a luta na
defesa do
ideal maior:
o bem
comum.



Se interesses escusos turvarem as águas, a fonte secará.
E o futuro de nossos filhos estará ameaçado. Cooperado,
diga não ao intermediário.

NOSSA MENSAGEM À CRIANÇA



Este é o Ano Internacional da Criança. A impressão que se tem é que a criança em todo o mundo gozará neste ano de 1979, de alguns privilégios e vantagens especiais; que os marginalizados, os abandonados, os perseguidos receberão alguma proteção e os famintos, um melhor quinhão para saciarem a fome.

Na verdade, e infelizmente, tudo continuará como está. A despeito da boa vontade dos órgãos de comunicação que patrocinaram campanha clamando por um maior bem-estar aos pequeninos através da solidariedade e proteção dos maiores, nada mudará em benefício dos infelizes em todo o mundo que já nasceram marginais. E nada mudará porque o homem, lobo do próprio homem, é in-

saciável na busca e ampliação dos próprios privilégios.

De todos os azares que se abatem sobre o homem em qualquer parte da Terra, o único que não tem justificativas reais é a fome. O homem sabe que um dia vai morrer. E por maior que seja sua segurança e proteção, acaba perecendo. Os cataclismos, as tragédias, os furacões e as enchentes são muitas vezes incontroláveis, pois são a própria manifestação explosiva da natureza.

Mas a fome não. A fome existe porque o homem quer; o homem a fabrica e orienta-a de forma a que ela resulte em benéficos resultados aos seus próprios interesses. É claro que falamos aqui de interesses de um reduzido número de pes-

soas. Cada vez um número maior de pessoas em todo o mundo torna-se caudatária da gula e do apetite pantagruélico de um número cada vez menor de seres altamente privilegiados. Eles formam cada vez um volume mais reduzido de seres. Verdadeiro clube de ricos, habitando torres de marfim, eles manuseiam os cordéis das finanças a nível mundial. Suas vontades é a lei e a lei é o próprio poder econômico.

Não há outra explicação para justificar a fome no mundo. Basta atentar para alguns fatores e argumentos usados por quem tenta justificá-la.

QUANTO O MUNDO GASTA COM ARMAS

Uma estatística de 1976 diz que as despesas militares mundiais naquele ano atingiram um total de 334 bilhões de dólares. E nesse contexto todo de malversação fantástica de dinheiros públicos, não raro acontecem fatos que levariam ao riso não fosse o dramático da situação. O Irã, por exemplo, país da área dos "petrodólares", onde vegetam perto de 30 milhões de famintos e doentes, gastou em cinco anos perto de 16 bilhões de dólares em armas tão modernas e sofisticadas que seus oficiais nem ao menos sabem usá-las. Para que as forças armadas iranianas pudessem ao menos manusear tais armas, o país teve que gastar mais de 200 milhões de dólares em treinamentos especiais.

Relatório do Instituto Internacional de Investigações para a Paz (SIPRI), de Estocolmo, encaminhado em agosto de 1977 à Organização das Nações Unidas, enumerava os países e seus gastos espetaculares com armamentos. O Brasil e a Argentina figuravam entre 12 do Terceiro Mundo que gastaram de um a dois bilhões de dólares no período, para fins militares.

O documento, intitulado "Armamentos do mundo, ameaça nuclear", assinalou que o total de 334 bilhões de dólares implicou num aumento de três mil por cento em relação às despesas militares mundiais do ano de 1900, ou o equivalente a 40 por cento ao ano neste século, a preços constantes.

A LOUCURA DO ARMAMENTISMO

Como verdadeiros prosélitos da morte e da destruição, os homens que governam o

mundo vivem uma verdadeira orgia bélica na loucura do armamentismo. No que toca às despesas militares soviéticas o SIPRI observou que se elas forem corretas conforme os cálculos da CIA, os russos dispenderam o total de 60 bilhões de dólares em 1976. O mesmo relatório destaca que a despesa militar mais elevada do mundo é a dos Estados Unidos, que absorveu no ano de 1975, 425 bilhões de dólares "per capita".

Naturalmente, é nas áreas do chamado Terceiro Mundo que essa loucura armamentista atinge os índices mais dramáticos, posto que implica na condenação a fome direta de milhões de pessoas, crianças, na maioria.

Para mostrar o impacto da "corrida armamentista" sobre as economias dos países do Terceiro Mundo, o relatório cita o exemplo de Israel, cujo Produto Nacional Bruto "per capita" atingiu em 1975 3.600 dólares, dos quais quase uma terça parte, ou seja, 1050 dólares, foram destinados para fins militares. No Egito, de 302 dólares "per capita", 140 foram investidos em defesa.

As outras 10 nações do Terceiro Mundo que, além da Argentina e Brasil, superaram em 1975 o teto de um bilhão de dólares são o Irã (cujos soldados não sabiam usar os equipamentos); Egito, Arábia Saudita, Israel, Índia, Indonésia, Iraque, Líbia, Nigéria e África do Sul. A metade desses países pertence a Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP.

DIREÇÃO DO CÁOS

O que fazer ante tão dramático panorama no campo do armamentismo e cujas tendências é o aumento crescente e simultâneo em todos os quadrantes mundiais? Nesta altura dos acontecimentos terá o homem ainda um rasgo de visão para conter-se, enquanto ainda há tempo? Ou será que o mundo já atingiu o limite do próprio auto-controle, devendo seguir em sua linha constante de precipitação em direção ao caos?

São questões que devem preocupar a todos aqueles que ainda se mantêm a margem da cegueira bestial das armas. Pois as armas invocam armas e os armados passam a falar a linguagem da guerra.

É preciso que haja um

momento para a reflexão. E nada melhor do que este ano de 1979 que se convencionou simbolize a criança. Os cientistas vem fazendo apelos crescentes à necessidade de reajustes no campo social, pois a tendência visível é de aumento da pobreza, inclusive no campo, onde persistem estatutos agrários anti-sociais e desumanos.

Em alguns países da América Latina é como se ainda estivessemos vivendo no tempo das Capitânicas hereditárias. Poucos possuem a terra que em sentido social, deveria produzir o equivalente à necessidade de muitos. Então estes poucos, transformados em verdadeiros potentados rurais, ditam as normas. São o patrão, o líder, o chefe, o todo poderoso. De suas vontades depende em sentido amplo a vida e a própria morte das maiorias que habitam nas adjacências.

Na edição anterior, em matéria que condensamos da FAO, Seção de Economia, páginas 16 e 17, foi visto como esses potentados usam as grandes extensões de terras férteis nas planícies em seus respectivos países. Como consequência, viu-se que os marginalizados da terra precisam "cavar" seus parques alimentos cultivando na própria montanha, praticando naturalmente uma agricultura predatória, visto que tremendamente erosiva, enquanto os latifundiários cultivam produtos que se destinam à exportação, sem nenhuma preocupação com as necessidades do mercado interno.

Naturalmente, as populações desses países são condenadas a fome crônica ou congênita. Um estudo do Banco Mundial feito em 1969, evidenciou a precariedade das condições de vida do homem do campo na América Latina, ao indicar que 38% da população rural, o equivalente a 50 milhões de pessoas, na época, sobreviviam em situação de pobreza absoluta.

Esse quadro aterrador, que sem dúvida ampliou-se de lá para cá, precisa ser contido, modificado. Não é possível que poucos continuem tendo o superfluo para malbaratar enquanto milhões de seres humanos não tenham nem o mínimo indispensável para viver. É esta a nossa mensagem de saudação ao Ano Internacional da Criança, neste primeiro mês de 1979. RQ.

A INDÚSTRIA, A AGRICULTURA, OS SUBSÍDIOS E NOSSOS TECNOCRATAS

Raul QUEVEDO

Num dos programas matutinos da Rádio Guaíba de Porto Alegre, no final de dezembro, a emissora entrevistou o secretário da Fazenda estadual, economista Jorge Babot Miranda. O objetivo da Rádio era uma análise do desempenho da economia gaúcha em 1978 com projeções para o ano de 1979. Programa de excelente nível, aliás o que não caracteriza qualquer novidade pois a Rádio Guaíba está entre as melhores emissoras em língua portuguesa que conhecemos.

Com relação ao entrevistado, no entanto, achamos que o mesmo não correspondeu a expectativa da excelente rádio-emissora, que pauta seu tempo no ar com o objetivo exclusivo de bem informar o seu público ouvinte. É que ao responder pergunta do entrevistador sobre o desempenho da economia primária, na parte exclusivamente da agricultura, disse textualmente o sr. Jorge Babot Miranda:

— "O problema é a produtividade agrícola. Nós nunca conseguiremos preços competitivos no mercado internacional, enquanto não aumentarmos a nossa produtividade. A agricultura — disse o sr. Babot Miranda — vive caudatária dos demais setores da economia, tanto o secundário como o terciário".

Especificamente sobre a soja, disse que nós só conseguimos aparecer nos mercados internacionais porque há subsídio por parte do Governo. Foi pena que o entrevistador não pediu maiores detalhes sobre o propalado subsídio. Naturalmente, por se tratar de pronunciamento feito por quem detém a autoridade de ser Secretário da Fazenda, foi aceito como verdade pelo repórter.

Naturalmente, ficou o dito como se não dito fora. O sr. Babot Miranda, por sua vez, não explicou de que tipo seria o tal sub-

sídio e nem poderia fazê-lo porque ele simplesmente não existe. Mas vamos analisar, por partes, o que disse o senhor Secretário. Em primeiro lugar sobre a produtividade e depois sobre os incentivos.

DA PRODUTIVIDADE

O argumento chave de nossos tecnocratas sobre a agricultura é que a mesma tem pouco rendimento. E dentro desse conceito eles englobam a totalidade do raciocínio que fazem do importante setor. Mas nós perguntamos: baseados em que esses tecnocratas falam de produtividade? Quais são os padrões de comparação usados para aferir esta ou aquela eficiência? Será que desejam comparar nossos índices de produção com os equivalentes obtidos nos países europeus ou dos Estados Unidos?

Bem, para início de conversa, não se pode comparar agricultura em um país tropical como o nosso com aquela dos países de clima frio ou temperado. Enquanto nos trópicos é muito difícil prever o comportamento climático a cada ano, cada um diferente de outro, sem estações definidas; com secas e geadas se entremeando com enxurradas violentas, naqueles outros países que tem estações regulares e tudo praticamente se repetindo todos os anos dentro de períodos certos, é evidente que o desempenho da agricultura se torna muito mais fácil e produtivo.

O primeiro passo para se aumentar a produtividade é fazer um bom planejamento de plantio e colheita dentro de premissas climáticas preestabelecidas. Mas como fazer isso num país de clima tropical?

Pode-se argumentar que hoje já se pode controlar estas deficiências com pastagens cultivadas, irrigação e outras técnicas modernas e inclusive o zoneamento agrícola. Está certo, mas isso custa dinheiro

que quase sempre está fora do alcance da maioria de nossos agricultores.

Mas a verdade é que apesar de todas essas dificuldades e tropeços, nossa agricultura não é tão ineficiente assim como dizem alguns tecnocratas e conforme veio também afirmar o sr. Secretário da Fazenda gaúcho, no citado programa levado ao ar pela Rádio Guaíba.

DA EXPORTAÇÃO

Se cotejarmos os desempenhos da agricultura e indústria a nível de exportação, aquela conta a seu favor um maior número de vitórias. Sem dúvida, neste particular, a agricultura é bem mais eficiente do que nossa indústria de manufaturados. Esta última só consegue exportar com elevados subsídios e isenções, pois seus preços estão bem acima dos do mercado internacional. E além do mais, a indústria de manufaturados é protegida por alíquotas alfandegárias tão elevadas que, praticamente, impedem a entrada do competidor estrangeiro. Mas, em contrapartida, toda a vez que há escassez interna de certos produtos agrícolas, como temos variados exemplos, logo o Governo trata de importá-los e muitas vezes subsidia-los para forçar a baixa dos produtos gerados dentro do país.

Esse tratamento altamente discriminatório contra a agricultura tende a desestimular a atividade, desencorajando qualquer investimento que vise o aumento da produtividade. E é preciso ter sempre em mente que a agricultura em país de clima tropical tem anos bons e anos maus. Por essa razão, é óbvio e necessário que o agricultor ganhe um pouco mais em determinado ano para compensar os anos de má safra.

DA TRIBUTAÇÃO

Não devemos ignorar que o sr. Babot Miranda disse também que a agricultura recebia favores fis-

2 — SUPLEMENTO AGRÍCOLA — 1228

Alimentos inutilizados
Deputado quer
derramar leite
como protesto

Brasil importou quase 10 mil t de leite desnatado

Novas compras de carne

ABASTECIMENTO

Paulinelli admite
falta de planejamento

Conhecer para planejar

Um rio que
virou
fantasma

Vai faltar
água em
Bagé

Nas Missões
o milho
torrou

Manchetes como essas do clichê são comuns em nossa imprensa diária. Elas mostram, de um lado, a incapacidade administrativa de nossos tecnocratas e o rigorismo de nosso clima de trópico.

cais. Sobre esse assunto preferimos passar a palavra para o ministro da agricultura, sr. Alysson Paulinelli, que em palestra que fez em setembro último na cidade de Curitiba, defendeu a criação de novo mecanismo de tributação do setor agrícola para substituir o ICM, que é "a maior injustiça para a agricultura". Por que? É o próprio Ministro que responde: "Enquanto a indústria paga o ICM sobre o valor agregado, a agricultura paga sobre o todo". Quer dizer a indústria paga ICM apenas sobre aquilo que deu lucro, mas o agricultor paga ICM sobre tudo, o que deu lucro e o que deu prejuízo.

DAS INJUSTIÇAS

Quem se detiver com maior atenção na leitura dos jornais, principalmente as seções de economia, constatará o verdadeiro quadro de injustiças que se comete neste país contra o agro e seus afins. Chega a ser impressionante como se joga alimentos fora e depois se importa, para suprir necessidades imediatas.

Em princípio de dezembro o secretário da

Agricultura do Estado do Rio, José Resende Peres, responsabilizou a CACEX e as empresas multinacionais, como a Nestlé e a Glória, pela crise do leite. Disse o sr. Resende Peres que essas empresas importaram leite da Europa quando a produção brasileira do produto começava a crescer. Como resultado imediato dessa política danosa, temos agora o grito desesperado dos produtores de leite de Minas Gerais, que não sabem o que fazer com o leite que produzem. Haja visto o convite feito por um deputado da ARENA mineira, o sr. Bento Gonçalves, que chegou a expedir convite a 10 mil produtores da região de Governador Valadares, para "saudar" o Ano Internacional da Criança despejando, a 1º de janeiro, 200 mil litros de leite em plena rua.

Gostaríamos de saber o que diria sobre essas coisas o sr. Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, bem como outros tecnocratas que não perdem oportunidade de desancar em cima da agropecuária, sempre que são forçados a explicar seus fracassos na condução dos interesses econômicos da nação.

Nos Estados Unidos:

FUMAR É ATO DESELEGANTE E CAFAJESTE

Segundo divulgou o "Jornal do Brasil" em uma de suas edições recentes, fumar nos Estados Unidos passou a ser encarado como ato tremendamente deselegante e até cafajeste.

O jornal carioca noticiou o fato baseado em observação de uma brasileira chegada há pouco de Nova Iorque, onde passou longa temporada. Segundo a dama em referência, que o jornal deixou de citar o nome, o mesmo hábito antigamente glamourizado pelo cinema como sinal de sofisticação e elegância, hoje é pura manifestação de mau gosto, de subdesenvolvimento, de pobreza; hábito doentio e exalador de mau hálito.

A partir de um determinado nível cultural, é raríssimo encontrar fumantes hoje nos Estados Unidos. No entanto, ressalta a notícia, as camadas mais pobres e principalmente aquelas que se pode enquadrar na categoria de marginalizadas, continuam fumando na mesma proporção de antes.

A tal ponto chegou a marginalização do cigarro nos "States", que "quando se cruza na rua em Nova Iorque com alguém de cigarro na mão, pode-se apostar que se trata de um porto-riquenho ou um chicano". E nove em dez casos ele o é realmente.

Fumar nos Estados Unidos é ato execrável. O fumante é considerado quase como um leproso. Ele só pode sentar nos últimos bancos do ônibus, do trem ou avião. Os políticos não fumam em público. Nos restaurantes são obrigados a sentar nos piores lugares. E em escolas, cinemas, teatros, estádios fechados é tudo na base do "NO SMOKING!" (não fume).

NA ITÁLIA É PROIBIDO FUMAR

Desde 1º de janeiro do corrente ano está terminantemente proibido em toda a Itália a propaganda de fumo e bebidas na televisão do país. E não somente a propaganda direta. A proibição se estende a todo o ato de fumar em público, na televisão e no cinema, mesmo as chamadas cenas artísticas. Todas as cenas em que aparecem pessoas fumando estão sendo eliminadas.

É tal a conscientização italiana contra o fumo e o cigarro, que a proibição vai tão longe que se prevê cortes destas seqüências em debates, discursos políticos, telefilmes e programas ao vivo e transmissão em geral.

Argumentam os italianos que fumar é um ato doentio e de baixo calão moral. Por isso não deve ser exposto ao público. Como ato feio e amoral, quem quiser praticá-lo deve fazê-lo escondido como um ato criminoso ou indecente. As bebidas alcoólicas, apesar de não serem tão letais à saúde como o cigarro, também tem suas propagandas proibidas em toda a Itália.

No Rio Grande do Sul:

JÁ É CRIME FUMAR NO INTERIOR DOS ÔNIBUS

Desde 1º de janeiro corrente, passou a ser crime fumar no interior dos ônibus intermunicipais em todo o Estado do Rio Grande do Sul. A medida foi adotada pelo DAER (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem), através da Resolução nº 2647. Trata-se, ao que parece, de medida pioneira em todo o país.

Sem dúvida, a medida adotada pelo Conselho de Tráfego do DAER deve ser aplaudida, visto que se o cigarro é um mal em recintos abertos, o que dizer então dos recintos fechados, onde todos, fumantes ou não fumantes, passam a ser vítimas dos mesmos tóxicos devido a inalação coletiva.

Claro, que cada um faça o que quiser de sua própria vida. O que não é direito é que o viciado, que é um doente, se sinta com o direito de poluir o ambiente de seu vizinho.

NÃO FUME NO DIA 14 DE ABRIL

É claro, se puder deixar antes, melhor para você. Mas caso não possa parar, o dia 14 de abril é a data limite. Você tem que deixar de fumar. Em toda a América do Sul, as pessoas deixarão de fumar naquele dia.

Trata-se de campanha

a ser lançada nos próximos dias pela Igreja Adventista, que tem em vista conscientizar as pessoas para o ato de abandonarem o hábito do cigarro.

Segundo o pastor adventista norte-americano Francis Sopper, que esteve em Porto Alegre em de-

zembro, as pesquisas provam que pelo menos uma em cada 10 pessoas que deixam de fumar por um dia, abandonam o vício completamente. Daí, disse o pastor Sopper, o objetivo dessa campanha, que será popularizada através dos meios de comunicação.

CUIDADO! OS ANIMAIS DOMÉSTICOS PODEM TRANSMITIR DOENÇAS

Há animais domésticos, os quais não podemos dispensar a sua companhia. Principalmente os cães e os gatos, cuja presença nos lares humanos datam da mais remota antiguidade, estes tendem a ser os eternos companheiros do homem. Principalmente nas residências do interior, o cão é o atalaia constante, o guardião de todas as horas, que vela pelo sono de seus donos. E o gato é o animalzinho elegante com o qual se brinca mas que também nos presta um grande serviço como inimigo natural de outras espécies daninhas, como por exemplo, os ratos, que se não controlados, podem infernizar as nossas vidas.

Mas devemos ter sempre em mente

que até mesmo esses animais amigos e úteis ao homem, podem se tornar perigosos à nossa saúde e à nossa vida. É que o cão e o gato podem atuar como reservatórios de protozoários (vermes) e transmitir diretamente a doença para seus donos.

Além da raiva, que pode afetar qualquer desses animais se não forem vacinados anualmente, eles ainda podem se transformar em hospedeiros da toxoplasmose, o vírus do mal de Chagas, tão disseminado em várias regiões do interior brasileiro. Portanto, além de vacinar os animais de nossa estimação, devemos tratá-los bem mas mantendo-os a distância, para evitar contágios.

VACINA TRÍPLICE

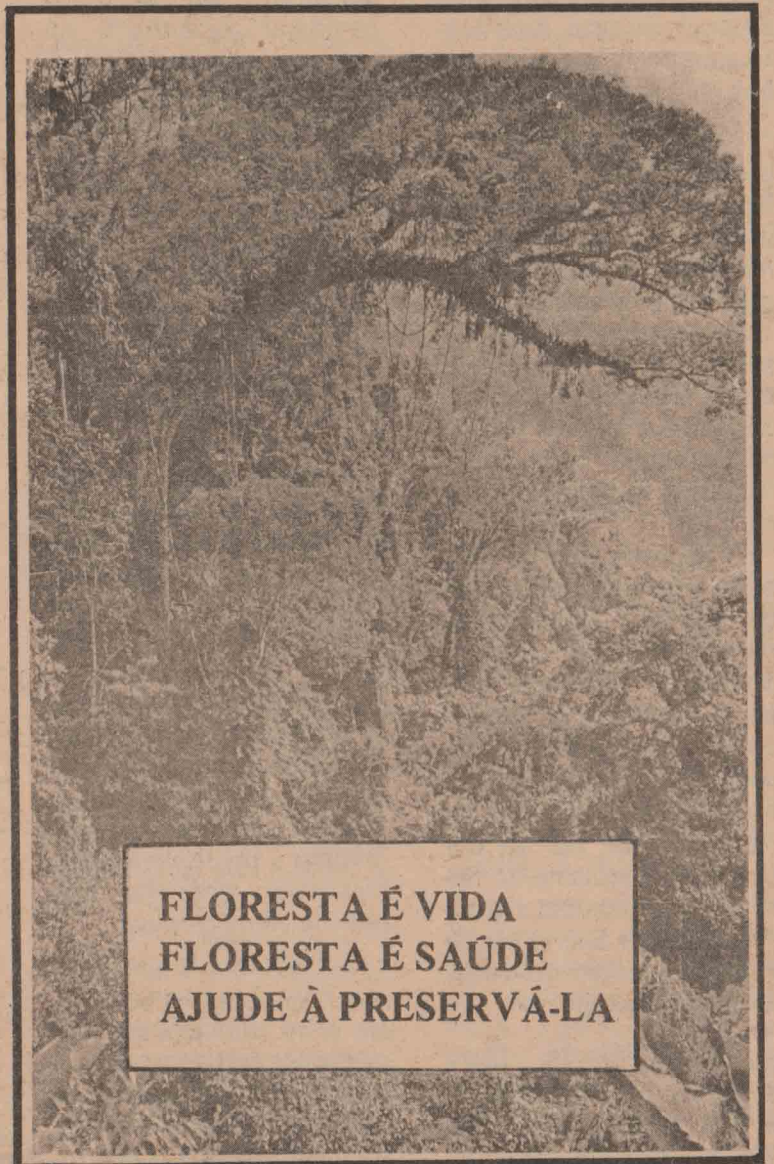
O Centro de Saúde de Ijuí recomenda aos pais para que revisem com cuidado as carteiras de vacinação de seus filhos, procurando verificar se todas as vacinas estão sendo corretamente efetuadas.

A criança não só pode ser vacinada apenas no 1º ano de vida, mas também ser revacinada (Reforços) nos períodos determinados.

A vacina Tríplice (contra Tétano, Coqueluche e Difteria) deve ser feita nos 2º, 4º e 6º mês de vida, sendo seu reforço após 18 meses e entre os 3 e 6 anos incompletos.

CONTRA O CIGARRO

Uma jovem porto-alegrense, Maria Cristina Lanner, está impetrando mandado de segurança contra a Fundação Carlos Chagas e em defesa de sua saúde. A jovem participou do Vestibular CVU-79 e foi prejudicada no seu rendimento devido a fumaça e os venenos tóxicos existentes na sala. Sofrendo enjões e dores de cabeça ela não pôde concluir o Vestibular. Agora, quer, juridicamente, ser ressarcida. Ai está um belo exemplo que deve pegar e ser seguido por outras pessoas sensatas.



FLORESTA É VIDA
FLORESTA É SAÚDE
AJUDE À PRESERVÁ-LA

NUTRI-HUMUS PARA SALVAR O SOLO

Contra-pondo-se a tese dos defensores dos adubos químicos, há no Brasil uma corrente de técnicos que desenvolvem experiências práticas visando a volta ao uso de produtos de origem orgânica.

Um dos líderes desse movimento, o agrônomo Waldecir de França, formado pela Universidade de Brasília, desenvolve em São Paulo um processo de fertilização de solos à base de minhocas. O sistema é chamado Nutri-Humus e pode ser abastecido através de laboratório, pois toneladas de ovos de minhocas podem ser reproduzidas artificialmente, visando repovoar áreas agrícolas.

O grupo de técnicos ao qual pertence o dr. França, considera que a agricultura desenvolvida a base de produtos químicos é incompatível com as necessidades sociais porque não contribui para melhorar o nível de vida do homem do campo, além de ser perigosa para o futuro da própria terra. Motiva o empobrecimento do agricultor, causa do êxodo rural e do consequente crescimento dos cinturões de miséria em torno das cidades pelo nas regiões. Outro fator negativo dos produtos químicos, segundo ressaltam os técnicos, é que o mesmo é tremendamente incompatível com a preservação do meio ambiente natural. E se os produtos químicos forem analisados do ponto-de-vista da saúde pública, então pode alcançar o tamanho de verdadeiras tragédias.

A acumulação no organismo dos consumidores de produtos tratados com defensivos e estimulantes químicos, das substâncias agrotóxicas propiciam o aparecimento de doenças diversas, afetando e modificando o metabolismo dos organismos vivos, tanto humano como animais.

O PROCESSO EM ESTUDOS

O processo chamado Nutri-Humus conjuga minhocas com fermentos bacterianos que são produzidos e multiplicados por um laboratório paulista, já em uso por pequenos agricultores em diversas regiões do Estado.

Em reportagem publicada na revista Visão, Waldecir França citou um experimento em que foram colocadas plantas diversas em dois tipos de canteiros. Um contendo minhocas e outro totalmente livre deste organismo. Observou-se então que no canteiro com minhocas as plantas completaram seu ciclo vegetativo duas semanas antes das plantas do outro canteiro.

Destacou França ainda, que as plantas do canteiro sem minhocas apresentaram doenças e pragas que não apareceram no outro. Explica o agrônomo que as minhocas misturam a fase mineral do solo com a fase orgânica; formam galerias nos solos e propiciam com o seu excremento o meio ideal para a fauna microbiana; aceleram a oxidação e a nitrificação do solo; aumentam a solubilidade do ácido fosfórico, o teor de carbonato de cálcio e o húmus, além de permitir maior retenção de água e maior oxigenação.

Colocando-se no prato de uma balança as vantagens desta prática ecológica e, no outro, os problemas químicos-tecnológicos, tem-se, segundo Waldecir de França, a medida da importância da agricultura orgânica com um processo ocupador de mão-de-obra e adaptado à pequena propriedade, "o que aumenta as possibilidades para uma profunda reforma agrária". Na opinião do engenheiro agrônomo, está provado que as pequenas propriedades são muito mais produtivas. Mas o mais importante, no seu entender, é que, "com uma tecnologia independente da indústria de fertilizante e insumos agrícolas, haveria condições para o agricultor livrar-se do paternalismo oficial via subsídios e créditos.

MINHOCAS: DEFESA NATURAL DA TERRA

Ody SILVA

Antigamente, todos nós pensávamos que as minhocas eram pequenos "vermes" que os pescadores se deliciavam como matéria-prima de suas pescarias. Notáveis estudiosos da ciência como Darwin, Barret Valeger, Rath e muitos outros, reconheceram o grande valor que representa este anelídio para a fertilidade do solo agrícola. A grande dificuldade consiste, em obtê-las em grande escala industrial para fins agrícolas, único meio viável e econômico.

A sua proliferação se processa por meios de cruzamentos.

Sem contudo, termos acesso ao processo, no comércio, vem sendo comercializado um produto com "ovos e minhocas vivas" em escala industrial. Trata-se de um processo inédito desenvolvido pelo pesquisador Mário Nogueira de Oliveira.

Consiste o processo em decompor a matéria orgânica bruta através de um fermento. Segue-se a isto, a humificação deste material decomposto, através de aplicação de novos fermentos com azotobactérias para a fixação do nitrogênio atmosférico. A primeira etapa do processo dura 60 a 90 dias enquanto o segundo não ultrapassa a 20 dias para a proliferação microbiana do solo, mas também das próprias minhocas, que são a elas levadas, em forma microscópicas e ovos vivos, ficando assim, pronto para o seu uso na agricultura, em forma de incorporação, como se fora um adubo orgânico qualquer. A fonte de matéria-prima principal utilizada pelo aludido pesquisador, é o pé de cerragem. Quais então as vantagens das minhocas para a agricultura? Muitas são elas. Destaquemos as principais apenas.

AREJAMENTO DO SOLO

Esta função diz respeito direto à estrutura do solo. De fato, os bilhões de minhocas alimentando-se de terras humificadas, através de seus tubos digestivos "trituras" torrões de terra, transformando-os em torrões menores, isto é, melhor estruturados.

A consequência direta desta função, é a facilidade com que depois realizamos o preparo da terra. A aração e gradeação tornam-se mais fáceis.

EQUILÍBRIO BIOLÓGICO E TÉRMICO

É sem dúvida uma função tão importante quanto complexa. Estudos desenvolvidos na Alemanha, Rússia e Estados Unidos, indicam que as minhocas exercem influência direta na interação fertilidade-temperatura e biológica do solo, evidentes consequências práticas na agricultura em

geral. Neste setor prosseguem os pedólogos os estudos visando descobrir outros correlatos de interesse agrícola das minhocas, até a pouco esquecidas e pouco estudadas pelos cientistas de todo mundo.

ESTERILIZAÇÃO FITOSSANITÁRIA

Existe no solo agrícola, um número infinito de espécies de enfermidades, que nele "habitam" e geram sérios problemas às culturas. Estudo desenvolvido em diversos países por renomados pedólogos e agroquímicos como S. V. Zonn, A. V. Petuburguiski e outros demonstraram que, em solos de maior "população" de minhocas, apesar do "habitat" ser ideal para a proliferação de diversas doenças, principalmente as fúngicas, demonstram o contrário. Presume-se as terras humificadas e contaminadas por esporos de diversas doenças patogênicas às plantas, auto esterilizam por ocasião de suas passagens pelo tubo digestivo das mesmas, minimizando assim, o índice de doenças nas culturas, lá onde a população das minhocas é maior. Esta função tem grande importância agrícola face a economia nos gastos de defensivos agrícolas que dela pode advir.

AUMENTO DA FERTILIDADE DO SOLO

Os solos do Brasil Centro-Sul, aos poucos a intensificação agrícola das terras destas áreas, vão perdendo sua fertilidade e com isso, tornando-se grandes áreas em futuros problemas. A situação vem sendo contornada, através de maciças dosagens de adubação mineral (radicular e foliar).

Como é sabido a minhoca, como todo ser vivo nasce, desenvolve e morre. Após este ato, ela se decomporá como todo ser perecível no solo. Ai então ela representará matéria orgânica no solo, que por sua vez, sofrerá o processo de mineração, isto é, transformação do material orgânico de origem, em material mineral cujo processo final será o fracionamento em micropartículas, cujo percentual considerável será composto de nutrientes minerais. O seu acúmulo em quantidades consideráveis, representará um equivalente aumento de fertilidade neste determinado solo agrícola. Esta função é também de fundamental importância agrônoma, onde, como não poderia deixar de ser, vem merecendo atenção dos agroquímicos e pedólogos estudiosos do solo agrícola.

A importância agrícola das minhocas, é pois, um fator que há muito aguarda por maior atenção dos colegas e daqueles que lidam no setor agropecuário de nosso querido Brasil.

CONSELHOS APÍCOLAS

Pedro KOLLAS

Relembrando a minha crônica no COTRIJORNAL n° 58, nesse verão novamente o fracasso e a maior crise para nossas abelhas no que se refere a alimentação, é o mel. Ainda há uma vantagem por serem meses de calor que não exigem muito consumo de alimento pelas abelhas. Muito pior seria uma época de frio, que exige grande quantidade de reservas de alimento para equilibrar e conservar o calor na família, e por consequência muito mais difícil de recuperar uma colméia fraca e faminta. Muitas sucumbirão.

Chamamos novamente

atenção para vigiar todas as famílias fracas, para que não sejam presas das traças, que se instalam nos favos da ninhada desocupados, desovam ali, cujas larvas acabam por destruir tudo. Estas famílias fracas devem ser instaladas em caixas núcleos, onde o número de favos é reduzido e as abelhas podem vigiar melhor.

Com o fracasso da colheita de mel este ano, esta é a melhor época para melhorar e substituir os favos defeituosos na ninhada, por lâminas novas e inteiras. Não aconselhamos usar tiras de cera nos caixilhos,

pois facilitarão o desenvolvimento de caldas de zangões, e o nascimento destes glutões deve ser controlado. E só nas famílias boas, isso se consegue mediante o uso de lâminas alveoladas inteiras que facilitarão o nascimento de mais operárias que contribuirão no aumento da colheita de mel.

Quem melhorar uma ninhada nesta época do ano por meio de lâminas novas, deve observar rigorosamente o seguinte: nunca intercalar uma lâmina em meio da cria; ajunta-se todos os favos que contém cria, mel e polén, e a seguir nas ca-

beceiras se colocam as lâminas.

O ninho de cria deve permanecer unido para formar o "bolo" da ninhada. É o princípio biológico de um enxame. Separando a cria mediante lâminas nesta temporada de pouco mel, significa um fracasso na economia das abelhas e também no enxamamento ficará todo atrapalhado e dividido, e se atrasa em muitos dias.

Marca-se as colméias com rainhas velhas, e quem tiver a oportunidade de adquirir rainhas novas, ou criadas em núcleos, fará bem em substituí-las desde já; assim entrarão para esta temporada irregular com auxílio de alguma florada no outono próximo, além de facilitar de encontrar a rainha velha por haverem menos abelhas. Uma rainha acima de três anos, já é velha, e uma rainha velha

não tem mais uma postura abundante. A família sempre está com poucas abelhas operárias. Uma colméia fraca com insuficiência de abelhas não tem mel. Recolha e limpe todo o material desocupado no apiário. Prepare-se logo para a florada. Em questão de abelhas tudo deve ser prontado antecipadamente, para não perder a colheita de mel por falta de material que as abelhas exigem até de um momento ao outro quando houver boa florada.

REUNIÃO: A A.A.I. realiza sua reunião habitual de cada mês, sempre na última sexta-feira, na residência do sr. Affonso Haas, presidente da A.A.I., rua Mato Grosso, n° 214, Ijuí-RS.

Maiores informações, tratar na secretaria da A.A.I., rua Niterói, n° 375, Ijuí.

ENSINO DA GENÉTICA NO BRASIL

Um país de economia eminentemente agrícola como o foi no passado e onde essa mesma economia persiste ainda, sendo responsável por 60% do PNB (Produto Nacional Bruto), devia ter maiores e melhores conhecimentos de Genética. No entanto, no que se refere a essa ciência, pode-se dizer que o Brasil andou as cegas por mais de dois séculos. Foi só em 1918 que os primeiros rudimentos da ciência foram ensinados através do professor Carlos Teixeira Mendes, na cadeira de Agricultura e Octávio Domingues na cadeira de Zootecnia, ambos na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", em Piracicaba, São Paulo.

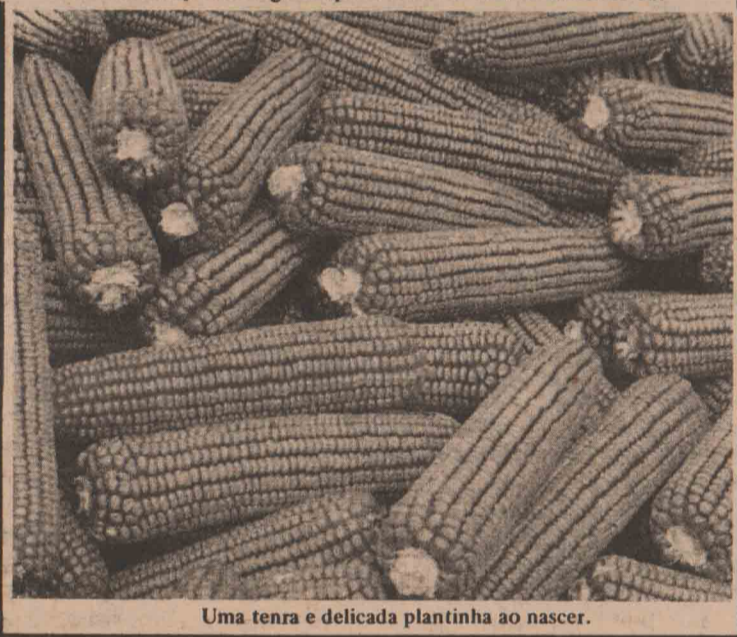
Em 1919, André Dreyfus organizou um curso particular de Embriologia e Histologia no Rio de Janeiro, dando início ao ensino da Genética. Em 1933 foi a vez de Campinas, através de um curso rápido de Genética Básica, ministrado pelo professor Carlos Arnaldo Krug, no Instituto Agrônomo Campineiro. Ao que consta da história, era o que tínhamos no que se refere a disseminação dessa importante ciência base de toda a evolução agropecuária que juntamente com a Agronomia formam a espinha dorsal do nosso desenvolvimento, até o final da terceira década do século atual. Sem dúvida, era muito pouco em relação a importância da ciência. Porém, um fato novo ocorrido na Europa teve o mérito de posicionar melhor o Brasil para a era da Genética.

As perseguições nazistas na Alemanha logo após a ascensão de Hitler ao poder, motivaram a fuga de grande número de cientistas que encontraram asilo em diversos outros países da Europa e América. Um desses perseguidos foi o professor Friedrich Gustav Brieger, ex-membro da equipe do professor Correns, o redescobridor das leis da Genética.

Em 1933, Brieger abrigou-se na Inglaterra e passou a trabalhar no "John Innes Institute", organismo vinculado a Universidade de Londres. Três anos depois, ou seja, em 1936, a pedido do professor José de Mello Moraes,



Foi no campo dos vegetais que a Genética mais se desenvolveu.



Uma tenra e delicada plantinha ao nascer.

diretor da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, ali o foi encontrar o embaixador brasileiro na Inglaterra.

Essa importantíssima aquisição veio impulsionar o ensino da Genética no Brasil. A Cadeira nº 19 da Faculdade de Agronomia da referida escola piracicabana foi preenchida com o ensino de Citologia e Genética, tendo como titular um professor da mais elevada competência. Evidentemente, a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" passou a dar um dos cursos mais completos em Genética, com a duração de um ano, e que ensinava, também, Citogenética e Estatística, sendo que esta última, estritamente em suas partes aplicadas à Biologia.

Com a excepcional capacidade de trabalho do professor F. G. Brieger, foi criado o primeiro grupo que fazia pesquisa em Genética; organizaram-se cursos avançados, cursos de

pós-graduação, cursos específicos em Genética de certos organismos e promoveram-se simpósios, reuniões, semanas, que fizeram com que a Genética se tornasse conhecida por um grande número de estudantes, técnicos, profissionais e passasse, inclusive, a despertar curiosidade no público estudantil que afluíam aos cursos de Agronomia.

Como é natural, a pesquisa e o conseqüente conhecimento sobre a importância da Genética foi aumentando. O primeiro histórico da Genética no Brasil é de autoria de Carlos Arnaldo Krug. Trata-se de um índice geral constituído de 13 artigos, datado de 1961. Nessa época existiam 12 laboratórios específicos. Segundo esse histórico de Krug, existiam em 1960, 13 instituições que ensinavam a Genética. Em 1975, 14 anos após, esse número havia aumentado para mais de 80.

Afirmam os historiadores que a Genética é uma das poucas ciências que nasceu fora do seu tempo e por isso precisou ser redescoberta. O famoso geneticista Gunther Tent confessou há alguns anos que se ele tivesse compreendido o significado da descoberta de Avey e seu grupo, teria desenvolvido estudo em outra direção. Foi o caso de Johann Gregor Mendel, que descobriu a segregação genética. Ele publicou seu trabalho e divulgou-o nos principais centros de estudos biológicos do mundo. Porém, apenas em 1900, quando Correns e outros pesquisadores apresentaram seus trabalhos em milho e feijão, é que a Genética passou a ter significado maior para a comunidade científica. E esse significado cresceria sensivelmente em 1919, quando, pela primeira vez, a ciência provou através do mais sólido argumento que estimula o velho capitalismo, o lucro, a eficácia de seus resultados.

Foi com a descoberta do milho híbrido que a ciência genética consoli-

dou-se: ninguém mais a discutiu ou procurou ignorá-la. Sabe-se hoje que só o lucro obtido com o milho híbrido seria suficiente para pagar todas as pesquisas genéticas feitas no mundo, nestes últimos 78 anos.

No Brasil, a primeira linha de pesquisa Genética a ser criada foi a agrícola, isto é, a Genética de plantas domesticadas, com Edgard Taschidjian, Carlos Arnaldo Krug, Friedrich Gustav Brieger, no Estado de São Paulo e Iwar Beckmann, no Rio Grande do Sul.

No que se refere a Genética animal, citemos dois exemplos nesta síntese histórica. O gado Canchim, no Estado de São Paulo e o gado Iba-jé, no Rio Grande do Sul.

As pesquisas no campo da Genética a nível mundial hoje, estão assombrosamente o mundo. O caso do chamado "bebê de proveta" é o feito mais sensacional na Genética humana. E tudo indica que é ilimitado o ramo da ciência identificado pelo nome de Genética. Queira Deus que o homem saiba usar os resultados das pesquisas que desenvolver sob esse título, tendo em vista o bem da humanidade como um todo.

A Genética no Brasil está voltada mais para a agropecuária. São desenvolvidas pesquisas básicas especialmente relacionadas à Citogenética, Genética Fisiológica, Genética Quantitativa, Genética de Microorganismos, Radiogenética e Evolução, como no campo aplicado, onde é dada grande ênfase ao melhoramento do milho e de hortaliças e de aves.



Nos últimos anos a Genética animal tem-se desenvolvido acentuadamente.

PRETEXTO PARA FALAR DE MULHER

Deonísio da SILVA

A mulher brasileira aparece primeiramente como personagem em nossa literatura e só muito mais tarde como escritora. A entrada tardia para o ofício deve-se certamente à sociedade patriarcal, que encarcerou a mulher num lugar subalterno, segregando-a sempre, até mesmo no interior da própria classe dominante. Assim, a alfabetização não era vedada somente às das classes dominadas, mas também às mulheres dos senhores patriarcais. Estes pensavam que a proibição de leitura fosse um excelente meio de moralizar a sociedade e a família, já de si tão desacreditada como instituição pelo concubinato teúdo e manteúdo dos senhores chefes de família de então.

Assim procedendo, os senhores pais pensavam também livrar suas filhas do incômodo de ter que namorar através de bilhetes, de escolher um homem para casar, de apaixonar-se, tarefas que julgavam sumamente indigestas para seus rebentos (ou mais rebentas?).

Para aliviá-las do pesado encargo, eles mesmos selecionavam os noivos. E as moças experimentavam a estranha sensação de conhecer o feliz consorte somente à porta da Igreja, que, como se sabe, estava de namoro indecoroso com os senhores em questão e por isso abençoava todos esses casamentos, reconhecendo, por esse modo, como lícitos aqueles enlaces perpetrados em seu terreno. O ventre venenoso da sociedade patriarcal, de modo ardiloso ou não, sempre soube aproveitar a peçonha destilada nos alambiques eclesiásticos, utilizando na mistura genuínos remédios da Igreja, distorcendo no mais das vezes os ensinamentos evangélicos sobre os quais impunha — não sem a preciosa ajuda da teologia então dominante — uma exegese tão original quanto desavergonhada, que conseguia justificar as maiores iniquidades endossando a ordem então vigente, que, resumida, podia ser vista assim: para os proprietários, tudo; para os outros, o evangelho.

Entre esses outros, estavam as outras, ainda mais depredadas, de modo que, por estas paragens, muito antes do grito lúcido de famosos músicos ingleses, a mulher já era o negro do universo. Não podia escolher o seu marido, assim como não podia escolher a sua leitura e muita coisa mais.

Mas a mulher resistia. E aqui no Rio Grande do Sul não foram poucas as que pularam à garupa de um cavalo, agarradas à cintura de seus homens (é na cintura que se agarra quem foge na garupa?) para fugir de casamentos impostos pelo amor paternal. As fugas dessas moças tornaram-se clássicas e em toda a tradição brasileira encontramos variados exemplos deste original modo de proceder das filhas quando os pais exageravam nos cuidados de proteção.

E as mães, como se comportavam em tal situação? Não tinham também um coração feminino, não percebiam a crueldade dos maridos? Ora, às mães cabia, por norma, o silêncio. Conhecido historiador brasileiro resumiu de modo doloroso e irônico a estrutura da família patriarcal: "pai tirano, mãe submissa, filhos aprovados".

Esta proteção mafiosa às pobres filhas era decorrente dos dois maiores sustentáculos morais da sociedade patriarcal, que eram o

autoritarismo do pai e a virgindade da filha. Perdida a virgindade, a moça era expulsa de sua casa, pois o amor paternal arrefecia muito com tal desobediência. Afinal estava inscrito no código moral da família patriarcal que quem mandava no corpo da filha era seu pai. (Além de a virgindade funcionar como moeda; arrumando-se um casamento adequado, alargava-se a propriedade). A castidade da esposa tinha que vir de lambuja num pacote que incluía o concubinato do marido, como já se disse. Vide o espanto da população quando o Coronel Jesúno é condenado por ter assassinado a mulher por causa de seus (dela; que os coronéis não eram disso!) amores com aquele dentista, em *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado. Todo mundo achava normal e justo o marido matar a mulher num caso desses, pois não estava fazendo mais do que lavar a honra com sangue.

Os escritores brasileiros não ficaram imunes a toda esta tralha ideológica e endossaram na literatura vários dos preconceitos reinantes, apesar de haverem rompido com outros. As mulheres de Zé de Alencar, por exemplo, são brancas e obedientes, virgens e, quando não, castas. Depois o fundador do nosso romance se redime e nos dá *Lucíola*. Macedo e Martins Penna são os primeiros a imprimir o tóque amorenado aos seus padrões de beleza. E a redenção estética da mulher negra só virá com o naturalismo. Não podemos, nem por isso, esquecer as mulheres de Machado de Assis, quase todas personagens de grande poder de fascinação, que nos textos de nosso maior escritor falquejar o machismo da sociedade imperial. Contudo o homem demora um pouco a ver as coisas, pois antes de fazer estrear as personagens de que falo, nos dá *Helena*, *Luís Garcia*, *Ressurreição* e *A Mão e a Luva*, livros que trazem em suas páginas as folhas de impostos ideológicos pagos por Machado ao tesouro da moral dolorosa e hipócrita que ajudava a sustentar o biombo social da época.

Porém, quando a própria mulher começa a escrever, vão aparecendo outros nuances das personagens femininas, perspectivas até então desconhecidas, sequer imaginadas até então. De Teresa Margarida da Silva (um sobrenome raro entre nós, como se sabe!) e Orta, Nísia Floresta e Carmens Dolores — as primeiras escritoras brasileiras — passando por Júlia Lopes de Almeida e Lúcia Miguel Pereira, até chegar a Nélida Piñon, Adélia Prado, Marly de Oliveira, Clarice Lispector, Tânia Faillace, Edla Van Steen, Márcia Denner e outras, vemos cada vez mais mulheres escrevendo, exercendo o poder de sua palavra, marcando sua presença na vida do país, como em outros tempos procedeu Rachel de Queiroz, hoje uma apagada figura (Que Deus a tenha na Academia Brasileira de Letras!).

Hoje outras mulheres escrevem e tentam publicar fora dos grandes centros, o que talvez venha a ser um dos dados significativos da produção literária dos anos 70. Estes livros estão a revelar as primeiras tentativas bem sucedidas da mulher que quer escrever, sem fazer o percurso daquelas que a precederam, (isto é, do campo para a cidade; da cidade pequena para a cidade grande) desmanchando, com isso, quem sabe, uma outra ilusão: a de que a cidade grande seria o habitat natural do escritor.

GALPÃO DE ESTÂNCIA

Outro bom lançamento de fim de ano da Sulina, em segunda edição notadamente para os amantes do gênero regionalista, é "Galpão de Estância", de Jayme Caetano Braun.

Sem dúvida, o culto das tradições gaúchas representa no Rio Grande do Sul um impulso espontâneo e mesmo irresistível da alma da raça. E a poesia re-

gional tem sido uma das formas de expressão desse culto do povo.

Conforme lembrou em carta ao autor o falecido deputado Ruy Ramos, ele mesmo um cultor de nosso nativismo, antigamente o verso popular e a trova crioula eram marginais da nossa literatura. Embora apreciados, não tinham ingresso nos salões da elite. Foi sob

o comando do pelotense Simões Lopes Neto e outros tauras do pensamento, que se criou a liderança regionalista".

Pois Jayme Caetano Braun, na atualidade, é um desses tauras que tanto tem elevado as nossas tradições, usos e costumes, e do qual o seu Galpão de Estância é prova.

ARTUR ARÃO

Ludovico meneghello
SULINA

O personagem (real) descoberto por Ludovico Meneghello voltou às livrarias. Depois do sucesso de "Eu sou Artur Arão", Meneghello retorna com "Artur Arão, o vingador".

Quem leu o primeiro volume naturalmente está familiarizado com o personagem e igualmente com o estilo do autor. Aos que ainda não leram resta dizer que trata-se da vida um tanto romanceada de um perseguido da polícia e depois

da própria justiça. Os fatos narrados passam-se em nossas regiões Missioneira e do Vale do Uruguai. Portanto, saudosismo para os mais velhos, que criaram-se ouvindo contar causos de Artur Arão e descoberta para os mais jovens, que tomarão contato com fatos, coisas e gente de nossa região.

Artur Arão, o vingador, é um autêntico romance regional histórico. Tanto quanto o primeiro volume da série "Arão", é editado pela Sulina.

O FUNDADOR DE URUGUAIANA

"A biografia de Domingos José de Almeida não deveria ser desconhecida de ninguém, entre nós. Se tivéssemos dignos mentores, essa por certo fora a matéria do primeiro livro de leitura de nossos colegas; existiria em mão de todos os adolescentes, para fortalecer na consideração dos atos do grande repúblico o seu próprio espírito cívico". Quem assim se referiu ao mentor espiritual e lutador ferrenho da Revolução Farroupilha foi Alfredo Varela, nosso digno historiador e autor do mais alentado estudo histórico sobre o decênio heróico.

Pois Urbano Lago Villela, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Uruguaiana, vem de lançar "O fundador de

Uruguaiana", esboço biográfico de Domingos José de Almeida, mineiro de Sumidouro, hoje Diamantina, mas que viveu a maior parte de sua laboriosa vida em Pelotas, a qual lhe deve parte de seu progresso.

Sem dúvida, vale a pena ler esse livro de Urbano Lago Villela. São 106 páginas de uma leitura amena, onde o leitor toma contato com os idos do século XIX e convive com o período heróico marcado pela revolução farrapa. Ao que nos consta, esse livro não está sendo vendido nas livrarias. Deve ser pedido ao Instituto Histórico e Geográfico de Uruguaiana, ao próprio autor, ou ao Conselho Municipal de Turismo daquela cidade.

NA TERRA DOS KIBBOUTZIM

"Apesar da posição que possamos ter no plano pessoal sobre palestinos e judeus, não se pode deixar de considerar a existência de um elemento carregado de futuro e de vida. É a prodigiosa capacidade realizadora do cooperativismo em Israel, particularmente no domínio de sua agricultura. Sem dúvida, uma obra de cooperação rica, singular; um vivo laboratório de ajuda mútua entre os homens". Trata-se de um trecho do artigo que publicamos de autoria de Carlos Lana, brasileiro, ora cursando o "College Cooperatif", de Paris. No COTRIJORNAL de novembro publicamos do mesmo correspondente, matéria versando sobre cooperativismo na África. Nesta edição o enfoque é sobre Israel, o país dos Kibboutzim. Acreditamos que a matéria é relevante para quem tenha interesse de pesquisar o cooperativismo no mundo.

"O Oriente Médio é demasiado explosivo para ser facilmente evocado, dado o seu estado de guerra latente, mais ainda pelo fato de que nele se encontra o território palestino. Falar do peso histórico desta região é redundante. Cada palmo deste território é demasiado carregado de simbologia: Qual de nós, mesmo distantes, não se sensibiliza de um modo ou de outro, quando algo se passa nessa região e em particular no seu ponto nevrálgico; Jerusalém? Centro judaico, cristão, muçulmano e de convergência de cruzadas, peregrinos etc, na história destes dois últimos milênios! É evidente que os homens não vão à guerra por causa de símbolos, mas as disputas mundanas acompanham-se de símbolos e estes transformam-se em objetos sagrados; e pelas coisas sagradas os homens se batem com a fúria dos sentimentos e bem pouco com a ajuda da razão.

Neste momento, judeus e palestinos estão face a face, fazem a guerra, negam-se o reconhecimento mútuo. Os valores, as místicas, e mesmo as razões que possuem cada um destes povos impede-lhes criar um "modus vivendi" local. Dai decorre toda a problemática da região na hora atual. A gravidade do conflito assumiu dimensão planetária a partir do momento em que as duas grandes potências entraram no cenário. Melhor ainda, dimensão de Humanidade pois é bem disto que se trata quando um conflito põe em jogo o destino de cada um de nós...

Apesar da posição que possamos ter no plano pessoal sobre as questões que possam estar opondo palestinos e judeus, não se pode desconsiderar a existência de um elemento carregado de vida. Trata-se da prodigiosa realização cooperativista no Israel, particularmente no domínio da agricultura.

Uma obra de cooperação, rica, singular, um vivo laboratório de ajuda mútua entre os homens. Para o estudioso disposto a destrinchar peça por peça, detalhe por detalhe o emaranhado de formas e de conteúdo dessa verdadeira "república cooperativa" não lhe faltarão momentos de surpresas, e porque não, de admiração diante das realizações observadas no terreno. Um detalhe significativo, e que merece ser citado: trata-se de uma experiência aberta, onde não há nada de escondido ou inacessível ao observador, venha ele de onde vier.

A estrutura cooperativista em Israel é um vasto complexo presente de maneira dominante em todos os domínios da atividade econômica, desde a produção industrial, passando pela agricultura, transportes, comercialização, abastecimentos, serviços, etc.

Todavia, no setor agrícola, existem dois tipos de organização que chamam a atenção por sua particularidade e peso, pois elas enquadram cerca de 90% da população rural e cobre os 80% do solo israelita. Trata-se do Kibboutz e do Mochav.

São dois tipos de instituição que tiveram o mesmo ponto de partida: o mutualismo, o trabalho em cooperação por um grupo de pessoas. O que os distingue é a concepção que cada grupo faz uso da cooperação. Como com o decorrer dos anos cada instituição acabou crescendo e assumindo características próprias, hoje em dia, pode ter-se a impressão que há uma enorme diferença a separá-las.

Porém, se é possível detectar o ponto onde se encontram e se afastam por caminhos diferentes, não se estará longe da verdade ao dizer que o Kibboutz é a cooperação posta em prática até as suas "últimas consequências", de uma forma extremamente coletiva; enquanto o Mochav é uma opção mais "timida" da cooperação, mais individualista. Para a análise cooperativa o que conta é o fato de que ambos estão no campo da ajuda mútua, da solidariedade, da participação em comum, enfim, tudo o que pode ser abrangido pelo termo cooperação. Vejamos mais de perto estas duas instituições.

OS KIBBOUTZIM (*)

Nos dias de hoje os kibboutzim são uma realidade solidamente constituída e prósperos. São 240 unidades espalhadas em todo o Israel, com uma população que se aproxima dos 100 mil cooperados.

(*) o sufixo im em hebraico designa o plural).

Uma experiência que atinge a maturidade tendo atualmen-

te a sua frente a terceira geração, permitindo assim dar continuidade à obra iniciada pelos seus fundadores no início deste século. A sua história é a aventura de um punhado de homens decididos a construir um mundo novo, ou ao menos, um local de trabalho e de vida onde não houvesse o menor traço de exploração do homem pelo homem.

Em 1908 dá-se o seu ponto de partida. Na época, a Palestina, então sob ocupação turca, já abrigava uma importante concentração judaica, constituída em sua maioria por recém-chegados de diversas partes do mundo, animados pelo movimento sionista de retorno à terra de origem do seu povo. Entre os novos desembarcados a maior parte provinha da Europa de leste, onde o anti-semitismo implacável, cometia todo tipo de abusos e desmandos. A sorte reservada a estes infelizes imigrantes ao chegarem à nova terra de sonhos e esperanças, era a realidade dura e crua do desemprego, da falta de acolhimento e da fome.

A terra e a agricultura eram o único recurso de acesso capaz de propiciar condições de trabalho e de acolhimento às vagas de imigrantes que se sucediam.

O clássico processo de canalizar os imigrantes para o trabalho agrícola, teve, neste caso, uma particularidade a distinguí-lo dos demais: uma forte dose de ideologia. Estes pioneiros eram impulsionados pela idéia de construir, ocupar, dominar em nome de uma missão histórica; uns participando por puro sentimento religioso, outros em nome do sionismo, e uma boa maioria pelas idéias socialistas da época. Esta gama de valores se mesclava, influenciando a linha de conduta desses homens na construção da nova sociedade.

Dentre os imigrantes destaca-se um grupo disposto a praticar um novo tipo de agricultura: em grupo, baseada no apoio mútuo e não no trabalho individual. Formam-se os primeiros grupos de agricultura comunitária, e outros tantos se seguem repetindo a experiência. Nessa aventura não tardam a aparecer os fracassos, as dissoluções, o desânimo, porém, outros se lançam, dando continuidade à experiência, levando adiante com teimosia a nova via aberta. A sua viabilidade se evidencia, pois, no período da guerra de 14/18, a agricultura de grupo consegue ficar de pé, e assumir a forma de Kibboutz.

Os primeiros anos de gestação dos Kibboutzim foram marcados por um duplo esforço de aprendizagem: o dos pioneiros que não tinham um passado na agricultura; e do trabalho em comum, para assumir as responsabilidades em grupo. A experiência mostrou a absoluta necessidade de passar por uma fase de acumulação de conhecimentos de como se trabalhar coletivamente. Da passagem de uma "visão individual" do trabalho, e de sua organização, do uso do seu fruto, para uma "visão coletiva". A simples boa vontade, ou o desejo efetivo não eram suficientes para o "ajustamento" à nova condição.

Do fim da 1ª. guerra mundial até o ano de 1948, a Palestina esteve sob controle britânico. Desde 1936 os árabes haviam declarado guerra aos ingleses e entrado em hostilidade aberta com os judeus. A região, em situação de guerra e de instabilidade obrigou os Kibboutzim a darem um verdadeiro salto adiante: de 47 estabelecimentos existentes em 1936 passou-se a 115 no momento da fundação do Estado de Israel, em 1948. Todos esses anos foram de grandes tensões, pois além da 2ª. guerra mundial, de 45 a 47 os judeus entram por sua vez em conflito com os ingleses.

Neste ano de guerra os Kibboutzim constituem um fator fundamental para a defesa da população judaica, sobretudo como peça militar estratégica: são os centros logísticos das tropas guerrilheiras. Se a agricultura era a sua missão civil, ela camuflava toda uma atividade militar interna, propiciando abrigo seguro aos combatentes, sendo mesmo um verdadeiro quartel para as tropas irregulares.

A situação de insegurança e de instabilidade colaborou para o reforço do espírito comunitário, ao apêgo à solidariedade mútua, para a disponibilidade total diante de qualquer tipo de sacrifício, junto a um grande desapego aos bens materiais.

Uma radiografia desta instituição nos indica antes de mais nada tratar-se de uma sociedade constituída livremente por seus membros, onde a propriedade, o trabalho, o consumo, os serviços, são absolutamente coletivos. A propriedade privada está abolida por completo, bem como os salários. As refeições são tomadas coletivamente, num mesmo refeitório que serve a toda comunidade. O consumo de bens de uso pessoal é feito mediante critério "a cada um segundo suas necessidades e as possibilidades do Kibboutz. A solução coletiva a todos os problemas enfrentados pelos seus membros se estende até mesmo à esfera educativa, pois as crianças são assumidas integralmente pela comunidade, vivendo desde a idade de berçário até adultos em instituições de tipo internato, existentes nos próprios Kibboutzim. O que enfraquece muito a instituição familiar.

O dinheiro, como meio de comprar, não tem nenhum sig-

Carlos Lana, de Paris (especial para o COTRIJORNAL)

nificado para o homem do Kibboutz. Ele existe apenas como pequena "mesada" para cobrir gastos tais como viagens, férias, etc.

O que explica a existência de uma instituição com estas características é o fato de que ela é fruto de adesões voluntárias e a qual os participantes manifestam uma profunda vinculação. Qualquer membro é livre de deixar o Kibboutz quando o bem desejar, da mesma maneira que ele está aberto a quem quiser entrar, com a condição de aceitar suas normas e princípios.

A vida interna dos Kibboutzim é regida por uma prática democrática, mediante suas formas típicas: discussão, votação, decisão de maioria. E os meios que permitem a constante democracia interna são: funcionamento regular das assembleias gerais, sempre com grande participação, os debates; o exercício das responsabilidades a partir da vontade da base; o rodízio nos cargos e funções, a ausência de uma elite com privilégios, etc.

O Kibboutz, como qualquer complexo empresarial, vê-se na obrigação de organizar e planificar o seu trabalho. Contrastando com a maioria das empresas de tipo capitalista, ele tenta adaptar o trabalho aos trabalhadores, tendo em conta seus desejos e capacidades pessoais.

Este fato implica um esforço permanente em criar condições para que cada indivíduo possa se realizar plenamente através de seu trabalho, o que leva também a um esforço decorrente na educação e na formação profissional de seus membros. Por outro lado, o sistema de rodízio obrigatório em cargos e funções permite uma mobilidade constante, e possibilita estender a todos uma oportunidade nos mais variados tipos de trabalhos. Por essa prática de rodízio, mesmo os indivíduos com maior formação intelectual participam dos trabalhos ditos manuais quando lhes toca a vez.

Nenhum trabalho é imposto de maneira coercitiva, mas existe uma persuasão coletiva sobre a comunidade, tornando seus membros disponíveis a qualquer tipo de trabalho, inclusive os mais duros, para que a obra coletiva tenha continuidade.

Os Kibboutzim, enquanto empresas de produção estão sujeitas às influências econômicas de seu meio (capitalista). Mesmo assim, apresentam características próprias que os distinguem das demais empresas, sobretudo sobre as de cunho exclusivamente capitalista. Assim o lucro máximo e a acumulação de capital não são concebidos como os motores de dinamização de suas atividades. O que há é a busca de uma situação financeira equilibrada que salvaguarda a sua autonomia, e que impeça uma situação de dependência e qualquer outro organismo com princípios divergentes aos dos Kibboutzim.

Os Kibboutzim são grandes propriedades agrícolas, e suas dimensões variam de 200 à 2000 hectares. Neles pratica-se a policultura intensiva e de alta tecnologia. Os seus índices de produtividade, rentabilidade, eficiência, racionalidade só são comparáveis às fazendas norte-americanas de vanguarda.

Uma crescente atividade industrial vem se acrescentando nestes últimos anos à agricultura. O que antes eram simples oficinas artesanais, hoje tornaram-se verdadeiros complexos industriais. Entre pequenas e médias indústrias existem atualmente mais de 200 estabelecimentos responsáveis por mais da metade da renda global dos Kibboutzim.

Além de se ocuparem da gestão, ou melhor, da outo-gestão, do seu próprio complexo administrativo, os Kibboutzim assumem também o caráter de municipalidade com sua consequente função administrativa.



CONFIE-NOS À ADMINISTRAÇÃO DO SEGURO

- *de seu automóvel: obrigatório ou facultativo;
- *de sua residência: incêndio, vendaval;
- *de vida em grupo e acidentes pessoais.

COTRIEXPORT - CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

Em Ijuí, junto à sede administrativa da COTRIJUI
Fone: 332-1350 - ramal 364
Em Porto Alegre, Rua Cel. Vicente, 561
Fone: 25-83.88 - ramal 257



CUIDADO! A DESIDRATAÇÃO É UM PERIGO MORTAL



Na página feminina do COTRIJORNAL, em edição de janeiro de 1977, se alertou para os cuidados que devemos ter, caso a criança esteja desidratada. Nessa edição, queremos chamar a atenção de como agir para prevenir contra a incidência da desidratação.

Sabemos que a desidratação (perda de água pelo organismo), pode ser causada por diarreia, vômitos, excesso de transpiração e muitos outros fatores. As crianças, principalmente, se desidratam com maior frequência no verão, ocasião mais propícia para as infecções gastro-intestinais.

Com o calor intenso que costuma haver nessa época, é necessário aumentar os cuidados higiênicos para prevenir a desidratação. Não podemos esperar que ela ocorra, para somente então começarmos a fazer alguma coisa.

A melhor maneira de prevenir a desidratação, é a prática de uma higiene infantil, principalmente no que se refere a alimentação. É válido lembrar que a higiene alimentar não é só para crianças, mas sim para qualquer pessoa.

Entre os cuidados que devemos

ter, recomenda-se:

— lavar bem as mamadeiras com uma escovinha, e fervê-las;

— não dar alimento requeitado para os bebês;

— dar água em abundância, fervida e fria, ou chá, no intervalo das mamadas;

— dar bastante frutas, descascadas, ou então bem lavadas.

Ingerir bastante líquido, não significa que tenhamos que tomar água pura. Esse consumo pode se dar em forma de sucos, frutas e outros alimentos. A eliminação do excedente de líquido, se processa através dos rins, intestinos, pele e pulmões.

Nos dias de calor intenso, também é importante que as crianças não fiquem expostas ao sol por muito tempo, devendo usar roupas folgadas e leves.

Como se vê, não é tão difícil prevenir contra a desidratação, um mal que pode causar transtornos na família e perigo principalmente para os menores. Qualquer pessoa pode praticar tais cuidados, desde que observe os conselhos alinhados e se mantenha atenta ao estado de seus familiares, principalmente no verão.

SAÚDE E BOM GOSTO NOS SUCOS DE FRUTAS

Os refrescos preparados com suco de frutas, ao natural, são realmente úteis, contribuindo para melhorar a saúde. Experimente fazer frente ao calor usando uva em sucos e refrescos.

SUCO DE UVA

O suco de uva é bebida de grande importância, por se constituir no produto básico que se apresenta como substituto de bebidas alcoólicas. E, convenhamos, um suco de uva permite prolongar indefinidamente a estação das uvas. Veja como preparar.

Escolha uvas frescas, despenque-as, lave e ponha a ferver na panela com água por vinte minutos, tirando com uma espumadeira toda a impureza que suba a superfície. Ponha o suco em garrafas esterilizadas, mantidas em pé na água quente. Tampe com rolhas esterilizadas, amarradas ou lacradas ao gargalo da garrafa. Deixe ferver em banho maria de cinco a dez minutos.

REFRESCO DE UVA

Tempo de preparo: 5 minutos — receita para duas pessoas.

Ingredientes: uma xícara de suco de uva; uma colher de suco de limão, 1/2 xícara de gelo picado, açúcar a gosto. Misture tudo, deixe gelar e sirva.

APERITIVO DE MELÃO

Corte o melão em quadrinhos. Arrume em taças ou copos para sobremesa; regue com uma calda fria feita de vinho com açúcar ou xarope de vinho.

CONSELHOS PRÁTICOS PARA USO CASEIRO

— Use cenouras para evitar que a gordura queime. Para evitar isso, durante as frituras coloque na frigideira uma cenoura pequena. Ela vai tirar qualquer cheiro de queimado.

— Seus chapéus de palha estão sujos? Pois eles podem ser limpos com facilidade, usando-se uma escovinha umedecida com água quente e um pouco de amoníaco.

COTRIJUI NO MATO GROSSO DO SUL

Onde quer que a COTRIJUI esteja, está presente sua ampla estrutura de prestação de serviços. Seu primeiro supermercado e loja instalados no Mato Grosso do Sul, está na cidade de Maracaju.

Em atendimento às solicitações generalizadas do quadro social, encaminhadas à administração da cooperativa, no dia 20 de dezembro deu-se o início de atividades na área de compras e abastecimento da COTRIJUI em Maracajú no novo estado de Mato Grosso do Sul. Perseguindo os propósitos do cooperativismo, a nova unidade abastecedora além de prestar serviços ao quadro social, cumpre com uma das importantes etapas do sistema, ou seja, a eliminação do intermediarismo. Junto ao supermercado e loja vistos na foto, foi montada uma seção de peças e produtos veterinários que funciona em prédio anexo. A gerência do mercado está sob a responsabilidade do funcionário Erci dos Santos, enquanto pela parte de peças, responde Vilmar Verri, ambos com experiência adquirida pelos serviços prestados em idênticas funções na região pioneira da cooperativa no Rio Grande do Sul. Quando da abertura do mercado e setor de peças ao quadro associativo, estavam presentes o diretor técnico da COTRIJUI, Nedy Borges, o coordenador regional Nirton Froeder, o gerente da unidade operacional de Maracaju, Luiz Mariotti e funcionários.

AÇOUGUES EM PORTELA E SANTO AUGUSTO

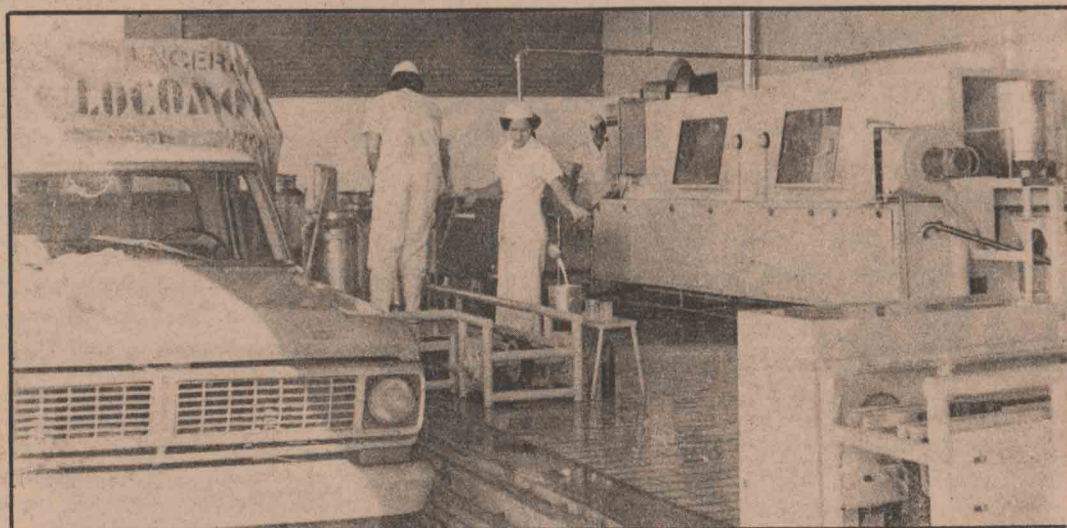
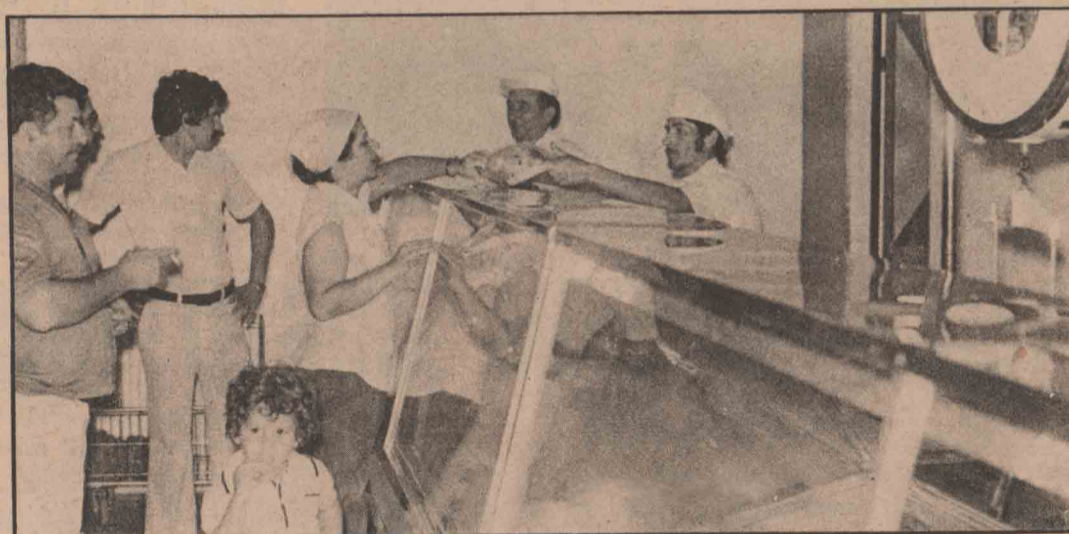
Foi também em dezembro, dia 15, que iniciaram funcionamento os açougues montados pela cooperativa junto aos supermercados das unidades de Santo Augusto e Tenente Portela. Já quando da

construção dos prédios, estava prevista a instalação do setor de carnes. Dentro das exigências da higiene pública, os açougues são dotados de balcões frigoríficos e câmaras frias com capacidade para estocar além de 3 mil quilos de carne cada um. Além de carne bovina, são oferecidos pratos prontos, frangos e carne de ovelha.

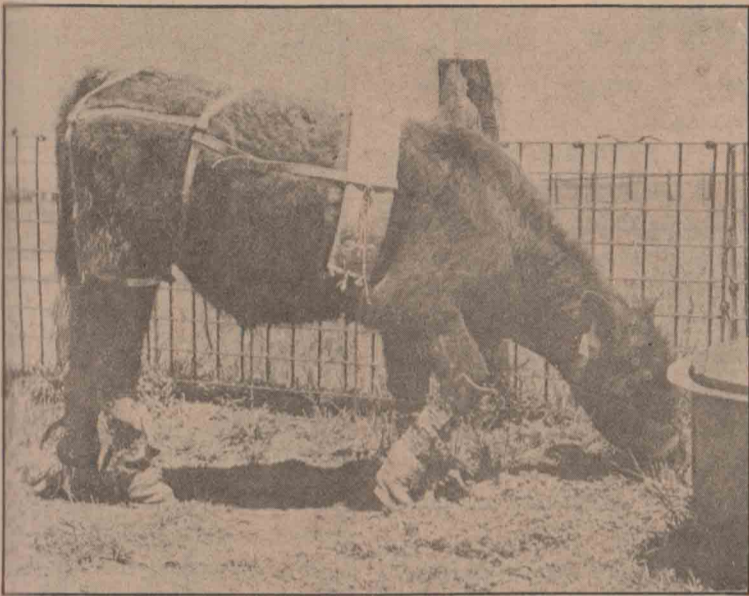
POSTO DE RESFRIAMENTO FAZ AUMENTAR PRODUÇÃO

A conclusão da obra, aliada ao trabalho de orientação dos técnicos veterinários da cooperativa em Santo Augusto, mostrou já nos primeiros dias de funcionamento do posto de resfriamento de leite, excelentes resultados. Com capacidade para 20 mil litros após 25 dias de operação o posto triplicou o recebimento, enquanto que no mesmo período o índice de acidez, que inicialmente fora de 16,5 por cento, se reduziu a 2,38 por cento. O responsável pelo setor de leite da COTRIJUI em Santo Augusto, Elói Camargo Padilha, atribuiu esse êxito à qualidade do rebanho e do trabalho desenvolvido pelos associados produtores de leite. Além das seis linhas de coleta já organizadas, outras estão sendo planejadas para melhor cobertura da área. O Posto de Resfriamento de leite de Santo Augusto opera em combinação com a usina da Cooperativa Central Gaúcha de Leite Ltda. com sede em Ijuí.

As legendas das fotos ao lado são as seguintes, pela ordem: vista frontal do supermercado de Maracaju; vista parcial interna do açougue em Santo Augusto, uma vista também de açougue do supermercado de Tenente Portela a descarga de leite no Posto de Resfriamento da CCGL em Santo Augusto.



AS VACAS DE BOTAS DE OKLAHOMA

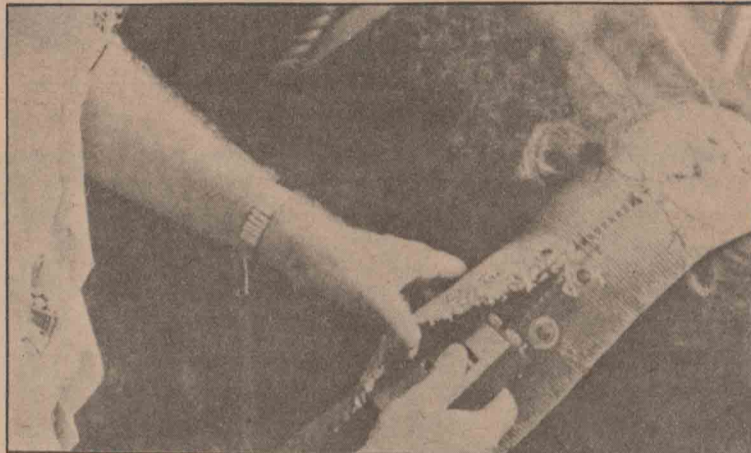


A engraçada fábula está sendo revivida no estado nosso Jeca Tatu, da lavoura de Monteiro Lobato, do norte-americano de Oklahoma. Nosso Jeca, salvo

do amarelão pelo "milagroso" biotônico, resolveu calçar com botinas os porcos e galináceos da sua propriedade para evitar que os animais contraissem a doença.

Só que nos Estados Unidos não se trata de fábula nem de literatura. Cientistas da Administração de Ciências e Educação do Departamento de Agricultura, os professores Floyd P. Horn e Gary Miller, usam botas no gado para pesquisar a mudança de peso através de controle constante.

Conforme se pode ver pelas fotos que ilustram es-



O dr. Floyd Horn regula o transmissor no cinturão que circunda o lombo do animal. Fotos, "Agricultura de las Americas".

te texto, baseado em reportagem publicada na revista "Agricultura de las Americas", edição de outubro último, as vacas usam botas de couro com elegantes fivelas de cobre. A cinta no dorso do animal tem no seu interior um aparelho de rádio transmissor em FM, que funciona como computador sobre as mudanças de peso. Os pesquisadores de-

nominaram o sistema de "Peso telemétrico para animais". E segundo eles, trata-se de um método barato para controlar o ganho de peso do gado.

Barato? Pode ser que seja. Mas a nós, parece mais um excesso de tecnologia. E a tecnologia em excesso ou quando mal aplicada, redundando sempre em encarecimento dos produtos gerados.

Dirigindo seu trator:

SIGA ESTAS REGRAS DE SEGURANÇA

Viradas ou capotamentos com tratores são comuns durante os trabalhos agrícolas e trazem aborrecimentos e prejuízos ao fazendeiro. É trator quebrado, são implementos e máquinas agrícolas danificadas ou ainda, o que é mais grave, ferimentos em pessoas. Os trabalhos de rotina como o preparo do solo, semeadura, colheita, ficam prejudicados ou paralisados.

Nos Estados Unidos, onde o número de tratores em atividade se eleva a nada menos de 5.500.000 unidades, é comum a ocorrência de acidentes dessa natureza e para evitá-lo o Instituto de Equipamento Agrícola (Farm Implement Institute) estabeleceu uma série de regras de segurança, que a Valmet do Brasil está distribuindo em língua Portuguesa, acrescentadas de outras regras.

1. Tenha certeza de que a alavanca está em ponto-morto antes de dar partida no trator.
2. Ligue sempre a embreagem com cuidado, especialmente quando subindo uma ladeira ou saindo de uma vala.
3. Quando dirigindo numa estrada ou no campo, tenha certeza de que ambas as rodas estão freando simultaneamente, ao fazer uma parada de emergência.
4. Ande sempre no trator, sentado no local próprio ou em pé junto a direção.
5. Quando o trator estiver ligado a uma carga pesada, ligue sempre a corrente ao engate do trator e nunca estique a mesma corrente bruscamente.
6. Quando estiver trabalhando numa encosta tenha o extremo cuidado para que uma das rodas não entre em buracos ou valas, ocasionando o tombamento do trator.
7. Conserve o trator em marcha ou embreado quando descer ladeira ou rampas fortes.
8. Dirija sempre o trator em baixa velocidade, a fim de manter segurança, especialmente sobre terrenos acidentados ou perto de valas.
9. Reduza a velocidade antes de fazer uma

curva ou aplicar os freios; o perigo de capotagem aumenta quatro vezes quando dobramos a velocidade.

10. Nunca salte do trator quando ele estiver em movimento; espere até que ele pare.
11. Antes de descer do trator desligue sempre a polia.
12. Não permita que outras pessoas, a não ser o tratorista, ande no trator quando em trabalho.
13. Quando estiver colocando a barra de implemento nunca fique entre o trator; use um gancho de ferro para colocá-lo no lugar.
14. Não puxe nem remova a correia enquanto a polia estiver em movimento.
15. Se o motor aquecer demais, tome muito cuidado ao encher o radiador com água.
16. Quando o trator estiver ligado a acessórios de força própria, verifique se todas as ligações estão isoladas.
17. Somente pessoas habilitadas e conhecedoras deverão dirigir o trator.
18. O tanque de combustível do trator Valmet Sincromático, situado no meio conjunto, aumenta sobremaneira a estabilidade da máquina, mesmo assim, não dirija próximo a barrancos ou valetas, tomando cuidado ao operar em terrenos íngremes.
19. Use as baixas velocidades de engrenamento ao descer rampas e nunca use embreagem nesse caso. O trator livre aumentará a sua velocidade, como também ao ser retirado o pé da embreagem, a caixa de câmbio e a transmissão final sofrerão tremendo esforço.
20. Pare o motor antes de sair do trator.
21. Use o freio de estacionamento ao sair do trator.
22. Mantenha os freios sempre em bom estado de funcionamento.
23. Retire a chave quando estacionar o trator.

Conheça Dimilin. Um novo conceito no controle da lagarta da soja.



Proteja o meio ambiente. A natureza agradece.

dimilin Inseticida-lagartocida, ideal para o controle integrado de pragas, com poderosa ação seletiva na lagarta da soja. Dimilin age fisiologicamente, por ingestão, provocando uma formação deficiente da endocutícula das lagartas que se rompe quando a larva muda de instar (muda de pele), causando a sua morte. A ação de Dimilin faz-se notar no 3.º ou 4.º dia após a aplicação. Sua ação residual continua matando lagartas pelo prolongado período de 25 a 30 dias e sua toxidez é nula para predadores e insetos benéficos.

Devido a sua baixíssima toxicidade, Dimilin é extremamente seguro para o homem, animais, aves e peixes. Dimilin decompõe-se facilmente no solo, não deixando resíduos tóxicos e não afetando a microflora e a microfauna existentes. Dimilin é mais um lançamento pioneiro da ICI e está à sua disposição na cooperativa e no revendedor de sua região.

* Marca Registrada PHILIPS - DUPHAR B.V.

ICI

RÁDIO, A COMUNICAÇÃO INSTANTÂNEA



Rodando na cidade ou na estrada. . .

— Alô! Alô! Ponche Verde.

Atenção capataz da Fazenda Vista Alegre.

Oscar avisa que o caminhão da cooperativa seguirá amanhã cedo. Pede-lhe que deixe os novilhos preparados no embarcadouro. Solicita tam-

bém que transfira os carneiros e os rufiões para o potreiro sete, abraços.

Indiscutivelmente, o rádio continua prestando serviços não apenas nos aspectos de lazer e informações, mas também no setor de utilidade pública, facilitando principalmente o

trabalho de produtores que moram na cidade e que necessitam manter um elo de ligação com seus estabelecimentos.

Na região Campanha do nosso Estado, é comum as emissoras de radiodifusão dedicarem seus horários nobres para esse tipo de serviço, cobrando uma taxa irrisória, se, comparada com a despesa de combustível decorrente de viagens ao destino dos avisos.

E os avisos variam, de acordo com as necessidades: "Fulano avisa que passou no vestibular"; "Sicrano avisa que já extraiu os dentes"; "O banco já liberou o contrato de financiamento"; "Suspenda a água na lavoura de arroz" e outros.

Em média, são divulgados cinquenta avisos em cada horário, normalmente pela manhã, ao meio dia e a noite, com uma sintonia obrigatória, notadamente para quem mantém

parentes, amigos ou negócios na cidade.

REVOLUÇÃO

É evidente que o sistema de comunicação social proporcionado pelas estações de rádio, não proporciona o chamado "Feed Back" ou retorno, utilizando-se a linguagem técnica da comunicação. Entretanto, existem os rádios-amadores, de eficiência já comprovada ao longo de excelentes serviços prestados.

Ultimamente, o Ministério das Comunicações, através do Dentel, liberou a chamada "faixa do cidadão" propiciando o surgimento de aparelhos portáteis, que, com o advento do transistor ganharam ótimas condições de mobilidade. Esses aparelhos, do tipo transceptor (transmite e recebe) também já estão auxiliando aos produtores, instalados inclusive em veículos.



A comunicação com a estância

É, sem dúvida alguma, o modernismo chegando e, além do conforto, ajudando a produção, numa perfeita simbiose em busca da produtividade maior.

DIRETORIA REGIONAL EM DOM PEDRITO

A dinâmica cooperativista exige à cada passo mudanças, reformulando rumos. Na COTRIJUI tem sido assim. Com o passar do tempo, e para um acompanhamento o mais global possível do trabalho que a cooperativa vem desenvolvendo junto aos produtores da região de Dom Pedrito, houve necessidade da criação de uma diretoria regional. O acerto esteve não só na decisão, o que evidencia a importância daquela área na vida da cooperativa, como também na escolha do elemento para exercer a função. Trata-se do dr. Eduardo Augusto de Menezes, engenhei-

ro agrônomo com larga experiência na área econômico financeira, muito embora novo. Natural da cidade de Pelotas, Eduardo Augusto de Menezes já exerceu funções no Banco Lar Brasileiro, The First National e desde agosto de 1977 presta serviços à COTRIJUI.

Até recentemente, era responsável pela coordenação de comercialização junto a sede da cooperativa, de onde se transferiu para assumir a Diretoria Regional de Dom Pedrito. É casado com dona Noemia Peixoto de Menezes e tem quatro filhos.



Eduardo Augusto Menezes

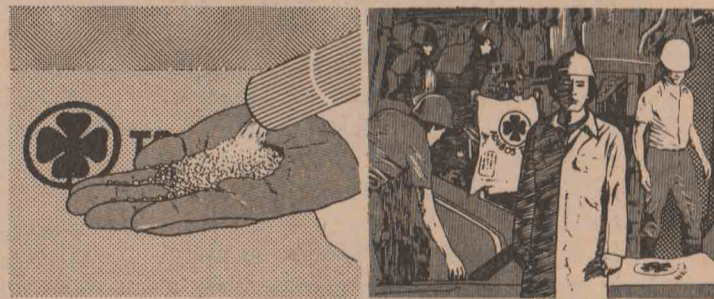
ZONEAMENTO AGROCLIMÁTICO EM SANTA CATARINA

A Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC), vem de lançar à venda o Zoneamento Agroclimático para o Estado de Santa Catarina, obra composta de um trabalho teórico e um atlas.

O livro tem tamanho 30x21 cm, com os seguintes capítulos: introdução, caracterização edafo-climática, metodologia; resultados para a cultura do arroz, da batata, cebola, alho, feijão, maçã, mandioca, milho, pêssego, trigo, cevada e uva.

O atlas que o acompanha tem tamanho 85x63,5 cm, possui 26 mapas, sendo: onze sobre dados climáticos, um sobre a rede meteorológica, 13 zoneamento das culturas já citadas e uma aptidão agrícola do Estado de Santa Catarina. Os interessados em adquiri-lo devem dirigir-se à EMPASC, em Florianópolis, Santa Catarina.

Adubos Trevo, há quase meio século à serviço da agricultura brasileira.



Adubos Trevo tem fábricas em Rio Grande, Porto Alegre, Paranaíba e Cubatão, produzindo fertilizantes com a garantia de uma fórmula sempre correta. Porque tem fábricas junto aos maiores portos exportadores do país e centros de distribuição



junto às principais áreas agrícolas, a Trevo garante uma vantagem extra aos nossos agricultores: os mesmos caminhões que levam as safras, podem voltar trazendo o fertilizante. Isso representa menos fretes e mais economia de custos.

ADUBOS TREVO
Indústrias Luchsinger Madörin S.A.

Escritório Central: Av. Júlio de Castilhos, 435
Fone: 25-5455 - Porto Alegre - RS

DO CONFRONTO DE IDÉIAS SURTIU CONSENSO GLOBAL

Já é tradição na COTRIJUI: sempre que se pretende adotar um novo sistema sócio-administrativo ou mudar atividade adaptando-a a uma realidade mais dinâmica e condizente com um determinado momento, a cooperativa consulta suas bases. Os técnicos em comunicação e educação vão a campo para ouvir os associados e esclarecer no que for possível.

Agora, por exemplo, quando se conclui pela necessidade de se capitalizar na soja, o que não ocorria ainda na região pioneira, foram promovidos encontros para debater o importante assunto. Do começo de setembro até fins de dezembro do ano passado, milhares de associados se manifestaram sobre o tema, dando oportunidade à direção da cooperativa de chegar a uma conclusão definitiva. A intenção inicial da cooperativa era reter três por cento para capitalização na soja, conforme ocorre nas novas re-



No trabalho em Grupo, a preocupação com os temas econômicos e a presença da mulher.

giões de atuação da cooperativa, como Dom Pedrito, onde a COTRIJUI passou a operar a partir de 1977. Porém, ouvidas as partes diretamente interessadas, o consenso indicou um percentual de dois por cento como o ideal, no momento.

Mas a cooperativa confia que em futuro pró-

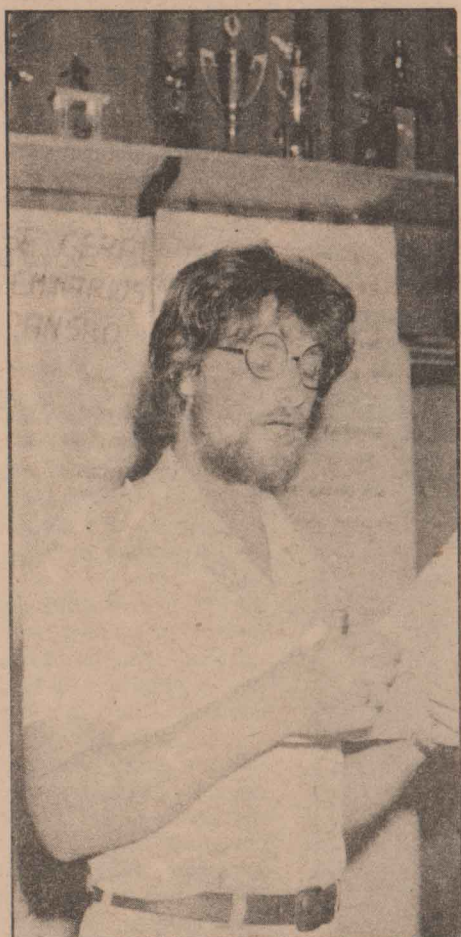
ximo esse percentual de retenção na soja possa ser ampliado para os três por cento, com o que se padronizará os descontos de retenção de capital em todos os produtos e em todas as regiões de operação da cooperativa.

No decorrer dos quatro meses em que ocorreram encontros visando a fi-

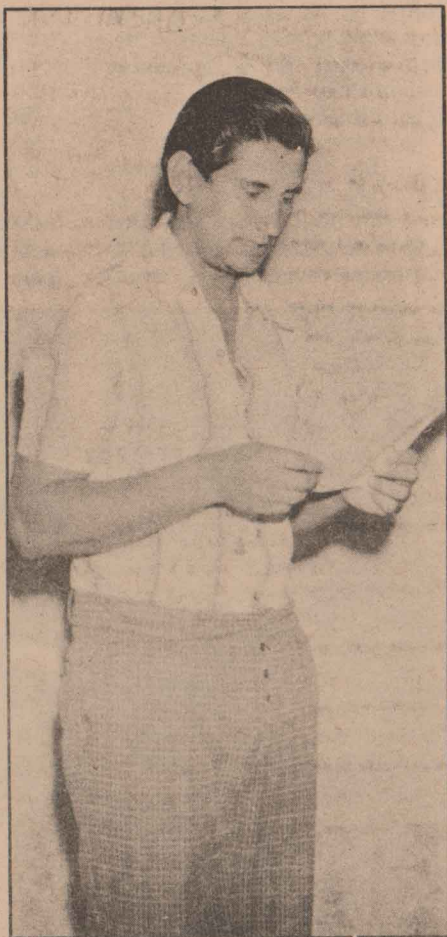
xação do percentual ideal para a capitalização, as sugestões variaram entre um e três por cento. Também foram expostas sugestões no sentido de vincular o capital às flutuações do salário mínimo e também enquadrá-lo ao próprio regime de propriedade da terra, dentre dezenas de outras sugestões, todas im-

portantes, pois demonstravam a capacidade dos associados em debater questões relevantes para seus interesses imediatos e para o cooperativismo em geral. Finalmente, conforme foi destacada antes, o consenso indicou que a fixação de dois por cento de retenção a partir da próxima safra de soja, era o mais realista para o momento em que vivemos.

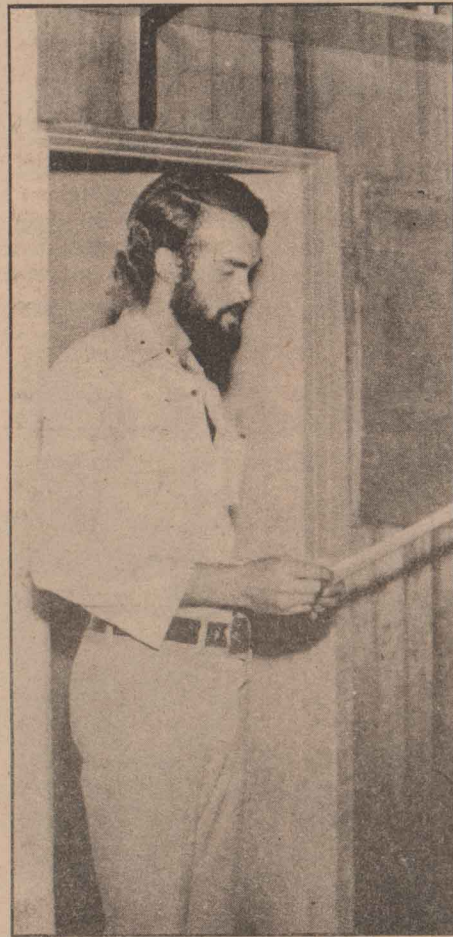
Paralelamente ao tema principal: capitalização, os seminários também debateram outros assuntos de grande relevância para o desenvolvimento do cooperativismo atual, como sejam, estrutura de poder, expansão e diversificação de culturas. E em todos os assuntos os associados da COTRIJUI demonstraram elevado índice de compreensão e espírito solidário. A seguir apresentamos a palestra do diretor presidente feita em um dos seminários e fotografias de alguns dos associados que mais se destacaram nos debates.



Lori A. Locatelli



Antoninho B. Lopes



Adão Ceolim

A ESTRUTURA FINANCEIRA



Wanda Maroski



Irani S. Amaral



Dari Bandeira

Quando do Seminário Central de Produtores, que reuniu em Ijuí dia 19 de dezembro mais de 100 associados da cooperativa para discutir temas como capitalização, estrutura do poder, expansão e diversificação, o dr. Ruben Ilgenfritz da Silva, diretor presidente da COTRIJUI, fez algumas colocações sobre a atualidade do sistema cooperativista. Reforçou o que vinha sendo discutido em termos de necessidade de capitalizar, fortalecendo as cooperativas, ou seja, viabilizando o produtor e fazendo frente às dificuldades econômicas, independizando mais aquele que gera a produção. A seguir, apresentamos uma síntese da fala do dirigente cooperativista que, por sua vontade, foi apartado diversas vezes pelos participantes ora solicitando maiores esclarecimentos, ora complementando conceitos ou informações emitidas.

"Inicialmente, queria dizer da importância de nós do quadro associativo, bem como a equipe de administração da COTRIJUI, não nos preocuparmos tão somente com os destinos da nossa cooperativa, mas sim do sistema cooperativista como um todo. A COTRIJUI tem seus problemas, mas de uma maneira geral, pode ser considerada uma cooperativa em bom condicionamento. Não vamos poder tomar conta de um todo, mas por um lado, começa a haver necessidade de nós, produtores, estarmos unidos. Se todas as cooperativas fizessem o que nós estamos fazendo, certamente teríamos o cooperativismo numa situação bem diferente do que temos hoje. Quando das incorporações das cooperativas de Dom Pedrito e Maracajú, foram as cooperativas que vieram nos procurar. Temos que inverter o problema, e procurar uma fórmula de ter um sistema cooperativista mais forte e mais organizado, e não uma ou duas cooperativas fortes. Há uma série de perspectivas de crescimento aqui em nossa região. O processo da diversificação em si, é um processo lento e que corre riscos. Nos hortigranjeiros estamos começando e para ter um lugar ao sol nisso aí não é fácil, pois existem estruturas bem montadas. Há gente que vai a São Paulo e Porto Alegre buscar verdura, por que quer ter a segurança de dispor do produto para venda o ano inteiro. Também na suino-

cultura há boas perspectivas. Estamos começando em conjunto com a Cooperativa Castilhense um trabalho conjunto buscando melhor remuneração pelo novilho precoce, pois sem o estímulo de preços ninguém produz. Quem sabe não está aí o embrião de mais uma cooperativa central, de segundo grau. Assim como criamos uma CCGL, uma CCGTEL, poderíamos, somando forças com a Castilhense viabilizar a idéia latente de um frigorífico, a começar pelo trabalho que a cooperativa de Julio de Castilhos já realiza, bem instalada e desfrutando de boa posição geográfica. Quem sabe não será melhor e mais econômico somarmos com a Castilhense do que construir um frigorífico novo?

Lembramos também, companheiros, que os quatro temas que vamos discutir durante esse seminário não irão encerrar, pelo contrário iremos acrescentando situações novas. A medida que formos discutindo, iremos elegendo temas novos dentro de cada assunto. Acho que 1978 foi o ano da tomada de decisões. Hoje está se discutindo os assuntos de forma global, mas voltaremos aos núcleos para reabrir o debate e achar formas de realizar assembleias, enfim, de exercer o voto secreto.

Em relação a capitalização, devemos nos definir, tomar uma posição, porque afinal a safra de soja está plantada, inclusive parte dela já está sendo

comercializada na modalidade soja futuro. No contrato já se prevê o desconto de capitalização.

Quanto a capitalização por unidade de área, expressando uma posição da direção da cooperativa, eu acho que a forma não dá estrutura suficiente e nem estamos ainda amadurecidos o bastante para isto. Além do que a cooperativa teria muita dificuldade em saber a área exata cultivada pelo associado, um por um. Nós temos um cadastro, que tem um peso muito grande a nível bancário. Basta dizer que o próprio Repasse este cadastro é usado. Tem inclusive validade legal para cada dois anos. E temos casos de um ano para outro, um aumentar, outro diminuir a produção. Por isso, é muito difícil a capitalização por unidade de área. Na minha opinião, a forma mais adequada é o percentual sobre o produto recebido. O produtor entregou, retém capital, não entregou, não retém o capital.

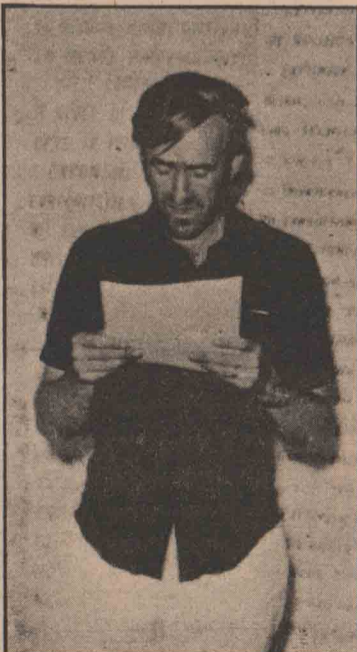
Se formos levar muito em consideração o problema se vão desviar ou não vão desviar a produção, se isso começar a acontecer, vai chegar o momento que a cooperativa vai desaparecer. Se olharmos a COTRIJUI como um todo, vemos que ela oferece bem mais vantagens que desvantagens. Quando da assembleia para decidir a construção do terminal, tínhamos quatro mil associados. Sem falar nas incorporações, ficando só na região pioneira, hoje somos 15 mil. Isso significa muito. Não podemos medir só pelo preço da soja ou do milho, que não teve seu preço reajustado. Há uma série de outras coisas que trazem benefícios e segurança para o associado. Por outro lado, é bem verdade que nós dependemos de recursos de terceiros. Com isso, em primeiro lugar, acabamos não sendo donos do nosso próprio destino; em segundo lugar, vamos trabalhar para os outros. Vejamos a mo-

dalidade soja futuro, como exemplo. Parece absurdo, mas foi a fórmula encontrada de nós, ao invés de estarmos dando dinheiro ao banco, tirar dinheiro dos bancos. A cooperativa, quanto mais tiver recursos próprios, mais condições terá de realizar seus objetivos sociais. Nós ainda estamos muito longe de dizer que realizamos tudo o que devíamos realizar. Está aí o processo de diversificação que vai exigir modificações e reformulações em termos de estrutura.

Não está se discutindo aqui, hoje, o que estamos fazendo fora da área pioneira. Em Dom Pedrito e Mato Grosso, fica como está, pois nessas áreas já existe o desconto de três por cento em todos os produtos entregues na cooperativa. E o que temos aqui? Já se desconta três por cento no trigo, três por cento sobre outros produtos, e no caso do Leite há inclusive uma divisão de 1,5% para capitalização e 1,5% para custeio de uma despesa mais específica que se tem na área para atendimento de um grupo específico de associados. Assim deverá ser feito nos grupos de hortigranjeiros, e em grupos de associados com atividades maiores. Mas isso é assunto que poderá ser discutido mais tarde.

Em resumo, o que temos até aqui é três por cento no trigo, e os mesmos três por cento em todos os outros produtos à exceção da soja. Analisando todos estes dados que estão aqui à frente (resumo dos seminários), que foram a razão de se ter realizado tantas e tantas reuniões, diríamos que o percentual para capitalização na soja deveria também ser de três por cento. A estória de dizer que o produtor vai desviar a produção, é mais uma forma de nós nos escondermos do problema, mesmo antes do problema acontecer. Nós não sabemos qual a dimensão desse "desvio". Em particular, acho que esses um, dois e três por cento não mudam a vida de ninguém. O pobre vai continuar pobre, e o rico continuará rico. Agora, pessoal, acontece o seguinte: há de se admitir que nós temos de começar — cada vez mais — ter definições a partir de um sentimento global das coisas. Não nos cabe vir aqui e decretar os três por cento.

Foi por isso que depois de muito discutir, em reuniões de núcleos e seminários nas unidades, se chegou a essa média de capitalizar dois por cento na soja a partir dessa safra. Não se trata então de uma decisão, de algo acabado, mas de uma definição a que os senhores chegaram para a safra que se aproxima. Não podemos nos culpar por termos chegado a essa situação. Se o agricultor não capitalizou a soja, é porque a cooperativa não reteve.



Arnaldo Hermann



Palomar Montagner



Arno Beck

APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DO DEBATE DE IDÉIAS

Na abertura de uma reunião que contou com a participação de grandes produtores da região de Ijuí, o diretor presidente da COTRIJUI, Ruben Ilgenfritz da Silva, chegou a considerar o ano de 1978, como o período em que se alcançou um certo aprimoramento na discussão de assuntos sobre cooperativismo. O dirigente cooperativista assim se expressou, levando em conta não só os congressos que se voltaram ao sistema, seminários a nível estadual e nacional, como e principalmente o grande esforço partido do quadro social da COTRIJUI no sentido de equacionar caminhos relacionados à capitalização, diversificação de culturas, forma de realizar assembléias e o crescimento da cooperativa.

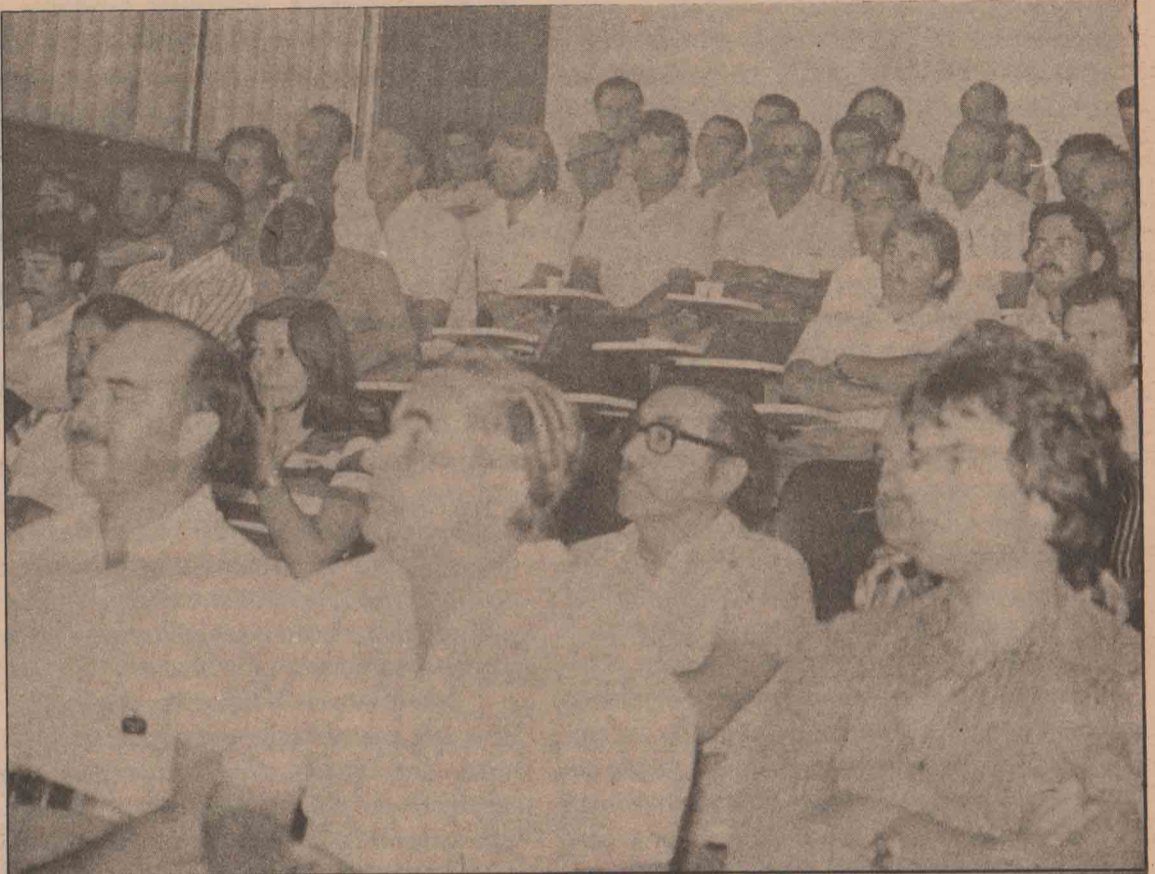
Nesse encontro, havido a 28 de dezembro, a diretoria executiva da COTRIJUI voltou à expor aos produtores idéias relacionadas aos quatro temas específicos, além de discorrer sobre a atuação da COTRIJUI em outras áreas, a saber: Dom Pedrito, Amazônia e Mato Grosso do Sul.

Dessa concorrida reunião, se atingiu ao final de algumas horas de franco debate e acatamento de sugestões, um consenso bastante aprimorado a respeito da capitalização na cul-

tura de soja a partir dessa safra. Além de corroborarem o índice de dois por cento proposto pelos participantes, dos seminários, os chamados grandes produtores reafirmaram a confiança de que para manter a estrutura e ser suficientemente fortes para enfrentar eventuais revezes, é preciso que a cooperativa tenha capital próprio.

Como o grupo reunido é detentor de parte expressiva do capital integralizado na COTRIJUI, a discussão foi além do percentual de desconto na soja para capitalização. Por sugestão de diversos agricultores, ainda é cedo para a fixação de um teto de capital a ser integralizado. Outros critérios terão de ser quantificados quando da tomada de uma posição. Não se poderá promover o achatamento dos chamados pequenos. Será levado em conta a área de cada um? O desconto significará uma certa quantia por hectare? Por maioria, se estabeleceu que o assunto capitalização, bem como os demais, deverão constituir pauta de muitos encontros de associados. Aliás, grandes produtores elogiaram o trabalho que a cooperativa vem fazendo junto aos núcleos, base que proporcionou atingir um consenso.

Ao final do encontro, ficou claro que os debates havidos ao longo de 1978



Vista parcial de reunião com grandes produtores de Ijuí, realizada a 28 de dezembro tendo por local o auditório da COTRIJUI-sede.

serviram para aumentar a certeza do associado quanto a necessidade de capitalizar, de ter na cooperativa recursos próprios. A partir desse ano então, é que através de novas reuniões, se buscará definir sobre o quanto, se haverá um teto de capital a ser integralizado. Assim como na capitalização, as posições adotadas pelos grandes produtores foi de que em 1979 se deverá continuar o debate sobre diversificação, forma de realização de assem-

bléias e crescimento da cooperativa.



Parcial do plenário do Seminário realizado em Ijuí.

Daqui prá frente, muita gente vai falar no piretróide.

Ambush é o inseticida piretróide de baixíssima toxidez aperfeiçoado pela ICI, que atua sobre amplo espectro de pragas, proporcionando ao agricultor melhores resultados com menores riscos. Graças ao baixo teor tóxico e alta eficiência, os piretróides são indicados e utilizados nas maiores potências agrícolas do mundo.



Piretróide é um novo grupo químico que surge em resposta às polémicas sobre a ecologia, em função dos destinos da fauna e da flora, seriamente ameaçadas por diversos inseticidas ainda hoje utilizados. Os piretróides destacam-se ainda mais pelo fato de, com baixas dosagens, acabarem com pragas já resistentes a outros inseticidas.

- É o novo e poderoso inseticida piretróide, de baixa toxicidade para o homem e animais.
- Apresenta resultados excelentes e comprovados sobre as pragas do algodão, café, soja e horticultura.

- É eficaz contra os insetos resistentes a outros inseticidas e tem grande controle residual, reduzindo o número de aplicações.

- Decompõe-se rapidamente no meio ambiente não deixando resíduos prejudiciais.



O PIRETRÓIDE



ALHO: ATUALIDADE E PERSPECTIVAS

Produção e abastecimento

O cultivo do alho (*Allium sativum*) no Brasil está a merecer uma preocupação crescente por parte de produtores, cooperativas, atacados e órgãos governamentais, no sentido de se alcançar o equilíbrio entre produção e abastecimento da população.

A região tradicional na produção de alho é o estado de Minas Gerais, que ocupa o primeiro lugar em produção no Brasil, seguido pelo estado do Rio Grande do Sul que apresenta a segunda maior produção, igualmente produzem alho em volume significativo os estados do Paraná, São Paulo, Bahia, Santa Catarina, Sergipe e Mato Grosso. A produção nacional totaliza em torno de 30.000 toneladas, representando aproximadamente 45% do consumo anual, o que significa a necessidade de importar 35.000t, que representa em termos econômicos a drenagem de US\$ 20.000.000 da economia brasileira com importação de alho.

As somas significativas com a importação de alho, levam a facilitar o incentivo à produção interna, com consequente abertura de novas áreas de cultivo em regiões as quais não possuíam maior tradição na cultura. Nesta busca de novas áreas a região sul do Brasil caracteriza-se como altamente promissora, pois o alho é uma planta que exige inverno definido com baixas temperaturas na fase intermediária de seu ciclo vegetativo, por outro lado é exigente em fotoperíodo, ou seja, necessita de dias com número crescente de horas de luz, para bulbificar e adquirir consistência para melhor resistir ao armazenamento, tendo que estas condições são as que existem na região sul do Brasil, salienta-se que nas regiões onde não existem estas condições também é possível produzir alho, todavia a produção obtida normalmente não apresenta condições para armazenamento por períodos mais longos devendo ser comercializados e consumidos mais rapidamente. Assim sendo os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina estão tendo considerável incremento na área cultivada e com crescentes volumes de produção, neste particular a região de Curitiba no Sul de Santa Catarina estão desenvolvendo esta cultura com objetivos comerciais e com volume significativo.

A diversificação agrícola em termos de Rio Grande do Sul no ano de 1978. Um grupo de 42 produtores associados da COTRIJUI desenvolveram esta cultura com finalidade comercial, com recursos do Crédito Rural e com colocação integral de sua produção junto a COTRIJUI. Este primeiro ano de produção de alhos por pequenos produtores no Noroeste do Rio Grande do Sul, com o objetivo de obter rendimentos econômicos em outras culturas agrícolas, além das tradicionais na região, pode não ter-se constituído em total sucesso financeiro para todos os participantes, mas sem dúvida serviu como marco para a correção dos problemas ocorridos e melhor adequação

Eng. agr. Hélio Ito POHLMANN

dos sistemas de produção para próximos cultivos.

A comercialização de alho como de todos os produtos hortigranjeiros exige estrutura muito eficiente por parte da organização responsável, pois estes produtos em função de sua perecibilidade exigem dinamismo comercial externo, pois do contrário perdem seu valor, gerando graves prejuízos à cooperativa ou organizações comercializadoras.

Ainda em termos de abastecimento de alho no País frequentemente ocorrem volumosas importações coincidentes com a produção nacional, com grave aviltamento dos preços e prejuízos aos produtores; esta situação, entre outras causas, tem no indivíduo da produção uma das más causas, pois o produto existe na região de produção mas não está organizado em qualidade e quantidade para atender os padrões exigidos, gerando assim uma oferta industrial, pelo que nos grandes centros consumidores vêm na importação a solução mais imediata ao abastecimento.

Importância Social: A produção de alho está concentrada em pequenos produtores, em função principalmente da alta exigência de mão-de-obra de produção, o que caracteriza os pequenos volumes individuais e consequente oferta pulverizada do produto não atingindo lotes que possam influenciar o mercado, para esta condição a única solução viável é o cooperativismo, de tal forma que a soma dos pequenos volumes individuais formem no todo uma quantidade suficiente para viabilizar uma estrutura comercial obtendo assim o produtor, além do mercado para o seu produto, também uma melhor remuneração pelo seu trabalho e o consumidor um produto de alta qualidade com preço compatível.

A concentração da produção em pequenas propriedades rurais, muito mais que consequência da alta necessidade de mão-de-obra na cultura do alho, deve ser objetivo na oferta de alternativas agrícolas para estas propriedades que tem na mão-de-obra o fator de produção mais significativo e neste sentido o cooperativismo desempenha importante papel, pois nele a origem da produção interessa juntamente com o volume de produção, não esquecendo que o excessivo valor conferido ao volume físico da produção pode modificar o processo produtivo e marginalizar os tradicionais pequenos produtores, os quais obtêm desta cultura os rendimentos para sua subsistência.

Qualidade: É importante observar que além das características citadas, o alho somente tem valor comercial quando for de boa qualidade, que implica nas seguintes condições: a variedade não deve ter como característica a formação de grande número de dentes pequenos (palitos), a película externa deve ser limpa, o bulbo deve estar bem curado, ou seja seco suficiente para armazenagem até a comercialização e consumo.

CULTURA DE ALHO EM SANTO AUGUSTO

O município de Santo Augusto, vem sofrendo transformação na forma de utilização do solo. No início predominava as matas, erva mate e o campo nativo. Aos poucos esta paisagem vem sendo transformada pelo cultivo mecanizado do trigo e soja, tornando a grande fonte de riqueza do município. Hoje muitos associados estão procurando através da cooperativa uma diversificação de culturas, como um meio de adequar as atividades de acordo com o potencial de sua propriedade envolvendo tipo de solo, declividade e mão-de-obra.

Entre as atividades introduzidas no município, destaca-se a bovinocultura do leite, novillo precoce e alho. A cultura do milho e suinocultura esta aumentando a cada ano.

A cooperativa buscou as variedades de alho em Minas Gerais, variedades estas com grande produtividade. A cultura de alho é plantada na mesma época do trigo, portanto o agricultor que não for plantar trigo, poderá se dedicar ao cultivo do alho.

Citamos como exem-

plo o associado Fernando da Silva Brasil, residente em Assis Brasil e Irineu Francisco Gonzatto, residente em São Luiz - Santo Augusto. Os mesmos plantaram em torno de 1/2 hectare cada um de alho, como introdução e adaptação da cultura em nosso município. O associado Fernando da Silva Brasil é proprietário de 7,6 has, onde cultiva 6,0 ha com soja e milho. Este ano o associado plantou 1/2 ha com alho como experiência, para não ficar sem plantar nenhuma cultura de inverno. Após a colheita o associado está muito contente, pois o seu serviço e de seus familiares estava recompensado pois, o mesmo obteve uma produção satisfatória e um lucro em 1/2 hectare de 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros), somente com serviços manuais. Para a próxima safra o associado pretende plantar 1,5 ha com alho.

Informação aos demais interessados, a Unidade de Santo Augusto está recebendo pedidos de sementes de alho para a próxima safra.



Contém
Toxaphene

Na hora de comprar
um inseticida,
exija este selo.

Toxaphene é um produto de origem vegetal, não persistente. Além de ser de moderada toxicidade, é biodegradável, isto é, não fica acumulado nos tecidos adiposos.

Toxaphene é rapidamente degradado e metabolizado, tanto no solo como na água, no ar e nos organismos vivos. Com Toxaphene você obtém um alto rendimento com um menor número de aplicações. Resultado: maior lucro por hectare. Se você trabalha com lavouras de algodão, soja, feijão, trigo, arroz, amendoim ou milho, e não tem usado inseticidas com Toxaphene, chegou a hora de você também usá-lo: sozinho ou associado com Malathion, Parathion, Monocrotofos, Phosalone e outros, em formulações em LVC ou em concentrados emulsionáveis.

Toxaphene, presente nos mais importantes inseticidas.



Produzido pela
AGROQUISA S.A.
Empresa do Grupo Matarazzo

Distribuído pela



HERCULES

OS CULTIVOS DO MÊS



FEIJÃO

O feijão tem nos meses de janeiro e fevereiro nova época de plantio, conhecido como cultivo de "safrinha". Este cultivo em relação as condições normais da produção da safra, apresenta rendimentos inferiores, todavia em função das condições climáticas esse rendimento pode ser mais compensador. Recomenda-se usar semente selecionada e fazer uma adubação em torno de 200 kg/ha da fórmula 5-20-10 ou mais concentrada, caso houver análise de solo seguir as recomen-



dações do Departamento Técnico.

Usar em torno de 15 sementes por metro linear, com 50 cm de espaçamento entre as linhas, usando aproximadamente 50 kg por hectare.

ALFACE

O cultivo de alface nos meses quentes do verão está diretamente relacionado com a disponibilidade de água para constante irrigação das plantas. É importante lembrar que o fornecimento de água deve ser constante para manter a qualidade do produto e o aproveitamento



comercial.

As sementeiras continuam sendo somente da variedades de verão, quais sejam: Aurélia, Maravilha de verão, Kograner.

CENOURA

O cultivo da cenoura no período de verão depende igualmente do adequado fornecimento de água; nesta cultura a melhor maneira de suprir água é por infiltração ou seja por canos que circulam no interior dos canteiros. É extremamente importante que o solo seja preparado com boa pro-



fundidade e bem detorroado, de tal forma que as raízes tenham desenvolvimento adequado para consumo e comercialização. Em termos de comercialização lembra-se que somente o produto de boas características alcança bom preço no mercado, em consequência é compensador dedicar mais atenção à cultura no sentido de obter um produto de melhor qualidade.

TOMATE

O cultivo do tomate nos meses de verão, quando ocorre a incidência de



sol forte, como no presente período, se torna relativamente difícil, pela facilidade da queima dos frutos e ocorrência de molestias. Para a proteção do sol não há práticas que sejam de fácil aplicação, eventualmente pode-se proteger os frutos com papel jornal, o que sem dúvida é difícil a medida que a área for maior. A irrigação também não deve ser descuidada, mantendo constante suprimento de água para assegurar o melhor tamanho dos frutos e consequente melhor cotação comercial ou valor para uso doméstico.

TRITICULTURA GAÚCHA COM ÓTIMA PRODUTIVIDADE

Na safra recém finda de trigo, agricultores que seguiram as recomendações da pesquisa, enfatizando os aspectos de rotação de área, aplicação de fungicida e demais técnicas de uso comum entre os triticultores gaúchos obtiveram bons resultados.

Pesquisadores do Centro Nacional de Pesquisa de Trigo — EMBRAPA em Passo Fundo, após realizarem um levantamento parcial a nível estadual, nas principais regiões produtoras de trigo, observaram que 29 triticultores com um total de área de lavoura de 2.209 hectares alcançaram uma média de rendimento de 2.321 kg/ha em 1978.

Entre esses agricultores que utilizaram toda a tecnologia recomendada pelas entidades de pesquisa do Rio Grande do Sul a produtividade mais elevada foi obtida na lavoura do sr. Vanderley Bacceglio, de



Passo Fundo, que em 40 hectares obteve um rendimento médio de 3.900 kg. Esse mesmo agricultor

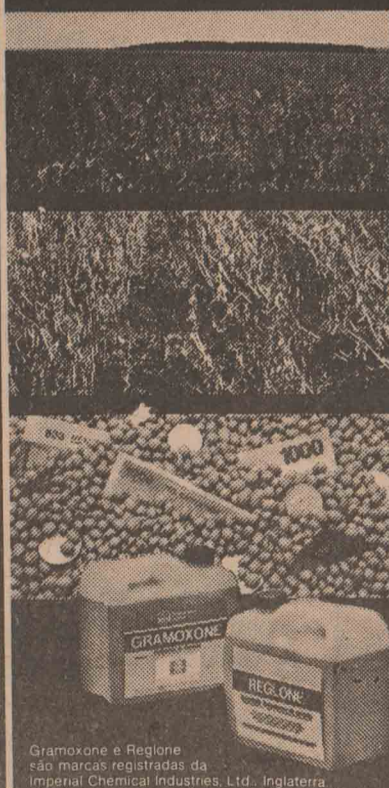
usando tecnologia idêntica havia colhido em 1977 2.700 kg/ha.

É necessário lembrar que nessa safra favorável de 1978 o rendimento médio do Estado deve ter alcançado 1.200 a 1.300 kg/ha. Assim os resultados obtidos por esses triticultores que usaram todas as recomendações técnicas da pesquisa servem para demonstrar o quanto ainda podem ser melhorados os rendimentos do trigo apenas pela utilização eficiente da tecnologia já disponível.

Na oportunidade que se comenta possíveis aumentos da área de trigo na próxima safra é importante enfatizar a necessidade de que essa ampliação de área de cultivo seja realizada seguindo toda técnica recomendada pela pesquisa sem o que o risco de produção de trigo, em nossas condições, é extremamente elevado.

Dessecação adianta.

Você colhe mais cedo, mais rápido e tem lucros maiores. Mesmo com a soja no limpo



Dessecação adianta na lavoura de soja, adianta a colheita da soja e adianta os lucros com a soja. Dessecação adianta em tudo. É a prática que começa com a redução rápida e uniforme do teor de umidade da lavoura, limpa ou suja de ervas daninhas, e termina com a colheita de mais sacas por hectare. Dessecação se faz com Gramoxone/Reglone, os dessecatantes de contato da ICI. Uma só aplicação, assim que os grãos estiverem fisiologicamente maduros, seca a lavoura por igual em poucos dias.

A colheita fica mais fácil. As colhedeiras trabalham rápido, gostoso, sem paradas e sem embuchamentos. E a soja vem limpa, bonita, quase totalmente livre de impurezas. Os grãos, com a dessecação, ficam mais graúdos, mais pesados, mais resistentes a fungos e quebram menos, muito menos; as sementes, atenção, revelam um percentual de germinação superior às não desseçadas. Faça dessecação em sua lavoura de soja. Use Gramoxone/Reglone, por avião ou trator, e comprove que dessecação adianta de fato. E muito.

ICI Departamento Agrícola

Gramoxone e Reglone são marcas registradas da Imperial Chemical Industries, Ltd., Inglaterra.

mercator

PRODUTOR JÁ TEM PREÇO PARA O TRIGO. QUANTO PAGARÁ O GOVERNO?

O Ministério da Agricultura e a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), já estão de posse do estudo de custo de produção da lavoura de trigo levantado pela Federação das Cooperativas de Trigo — FECOTRIGO. O documento foi levado em mãos às autoridades em Brasília pelo vice-presidente da entidade, sr. Ciro Dias da Costa.

O documento reivindica o preço de Cr\$ 387,68 por casa de 60 quilos do cereal. O valor representa um aumento de 31,42 por cento sobre o preço solicitado na safra passada, e que foi de Cr\$ 295,00. E sobre o valor fixado pelo Governo naquela safra, que foi de Cr\$ 249,00, o

percentual de aumento é de 55,69 por cento.

Pronunciando-se a respeito da solicitação da FECOTRIGO, o ministro Alysso Paulinelli achou razoável o preço, e afirmou que no que depender dele, irá fazer o possível junto ao Governo para que seja aprovado o referido valor. Destacou o Ministro que a fixação do preço não depende apenas dele mas principalmente do Conselho Nacional de Abastecimento.

O presidente da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, Seno Dreyer, acha que o preço estudado pela FECOTRIGO tem um valor realista, razão porque deverá ser aprovado no todo.

COMPORTAMENTO:

BRASILEIRO É MESMO MACACO DE IMITACÃO?

Etelvina, uma cabrocha do morro do Pinto, carioca daquelas que fala chiado e anda rebolando as ancas como se vivesse eternamente em roda de samba, aberta a campainha na entrada de serviço no palacete de Copacabana. O garoto, que brinca no jardim com dois indóceis Filas, acalma os imensos cães: quietos, vocês já vão passear, está chegando a "dog-sitter".

Nepomuceno Brasília-níssimo, funcionário paulistano, morador no bairro da Mooca, despede-se da esposa ao sair para a repartição. Esta faz-lhe várias recomendações: E não esqueça. As seis horas, passe na lanchonete do "shopping-center" e compre "hamburger eggs", uma "fried chicken", "hot dogs", "sausage and eggs", "milk shakes", "banana splits" e três porções de "ice-cream". Ah, não esqueça de passar no "stand" de revistas para trazer a última "Disney World". E traga o Fernando que a essa hora vai estar a sua espera no "playcenter" da praça Índio do Brasil.

Em Porto Alegre, um bando de jovens alegres

passam fazendo trejeitos engraçados, portando bandeiras coloridas e gritando lemas esportivos: "são os 'coligay", a torcida pé quente do Grêmio, diz um rapaz que toma coca-cola no "American Baar", da avenida Getúlio Vargas.

No Recife, Anarolino Cândido, cabra do sertão, do agreste; mas presente em disponibilidade na capital, pois é um dos sem terra que procura trabalho na cidade grande,

pára estarecido na praça do Mercado ao soletrar letra por letra as palavras estampadas no peito dos blusões expostos numa vitrina: Chicago, Boston, Food, Bronx. Sai maldizendo a má criação dos jovens da cidade: "Se é em Guaranhús — resmunga entre dentes — esses moleques não escrevem brandalheiras na minha frente".

O brasileiro será mesmo um macaco de imitação, conforme a qualifica-

ção dada por nossos vizinhos argentinos? Por que essa mentalidade inferior de validar como bom, bonito e elegante, apenas o que vem de fora? É estrangeiro, é bom; é brasileiro, não presta. Então, se for dos Estados Unidos, é o suprasumo, é o máximo.

O samba? Já era... Agora é o "rock'n rool" bicho... A calça é "lee", a camisa é bem estampada. A comida, que é "rango", tem este cardápio muito

comum em São Paulo e no Rio: "eggs salad", "cheese hot dog", "bacon tartare" (ou "bacon mayonese" and "fried eggs'n chips". Como bebidas, "refreshments" diversos: coca-cola, pepsi-cola, "seven up", "orange juice", "malted milk", etc.

Um jornalista paulistano, Frederico Branco, publicou em uma das últimas edições da revista "Visão", a odisséia que viveu um certo dia no centro da capital bandeirante para conseguir fazer uma refeição. Fazendo blague (e o tema evidentemente só pode ser analisado sob o ponto-de-vista anedótico), ele contou como se viu ante a figura de um "colored" fleugmático que só aceitava pedidos feitos segundo a melhor pronúncia em inglês, pois o cardápio era totalmente redigido na língua de Shakespeare.

É. Infelizmente chegamos a isso.

Camões, Herculano, Guerra Junqueiro, Machado de Assis, Coelho Neto, Lobato, Veríssimo, todos vocês, onde quer que estejam, olhai aqui para baixo e lutai para nos livrar da macaquice, amém.

A PORTA DOS FUNDOS

João Roberto VASCONCELLOS

Dizem que até nas portas se observam contrastes profundos, pois umas enfeitam a frente outras enfeitam os fundos.

Se a porta da frente, é reservada aos nobres convivas, a porta dos fundos se destina ao serviço e, infelizmente, ao segundo plano.

Na primeira entram as esperanças e as coisas boas e para a segunda, normalmente se reservam as mágoas e os desenganos.

E, o próprio mundo, hoje, tem duas frentes, aliás, uma frente, geralmente envidraçada e cortinada e a porta de lá, de pintura feia, sem graça e por onde furtivamente quem não consegue as honras da casa, faz a sua última e desesperada tentativa.

Claro, os dois pórticos levam ao interior, mas a diferença fundamental continua na maneira de entrar e consequentemente ser recebido.

E sempre será assim. Sempre haverá um agente divisor, separando a casta dos que conseguiram chegar lá pelos caminhos do bem, do progresso e do trabalho e, dos outros, que normalmente só chegam na hora de repartir, encontrando quase sempre o caminho feito pronto e bonito.

Dizem que no céu existem duas portas e que São Pedro não perdoa a tentativa de quem não apresenta uma folha corrida bem limpa, tentar chegar entre os eleitos.

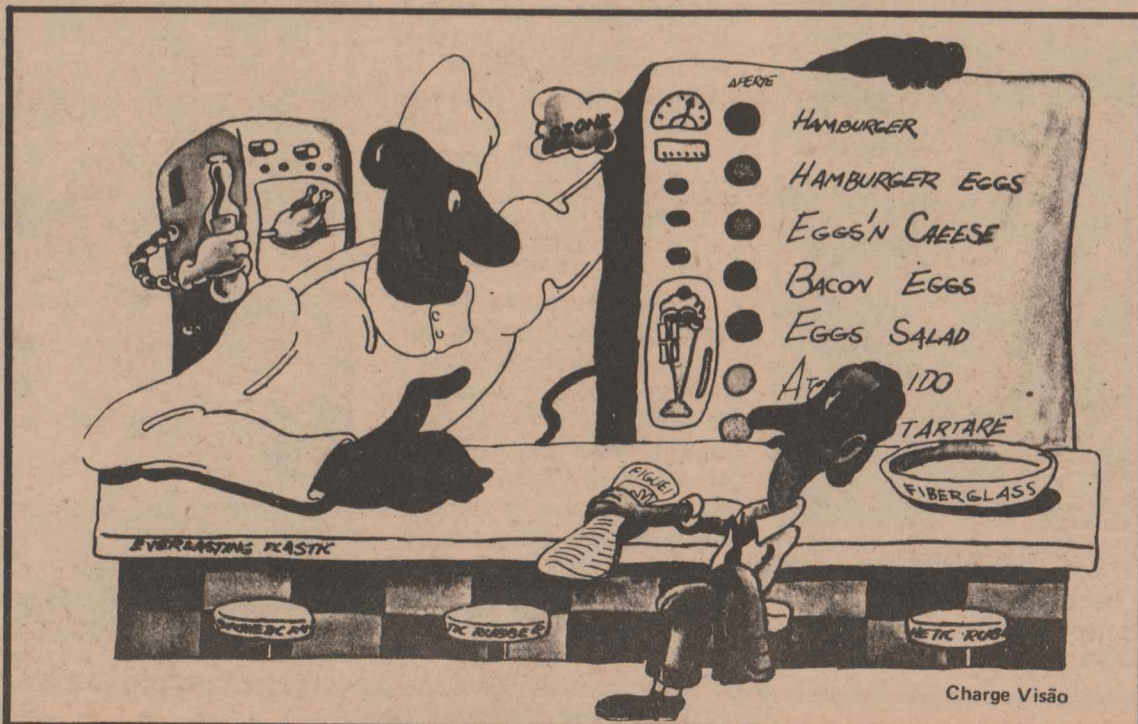
Mas diria aquele célebre espectador da vida

que hoje a coisa virou moda, pois quase tudo é política e a própria política acabou tirando a tranca da entrada dos fundos.

Recentemente, a sede do cooperativismo brasileiro, construída ao longo de todos estes anos com dedicação e orgulho, está para ter a sua planta modificada, com a inclusão de uma outra entrada, onde não será preciso prestar exame vestibular nem apresentar carteirinha de sócio.

O pior de tudo é que essa turma, que deseja entrar pelos fundos do movimento, com a rotulação de apenas pretender ser o que nunca foi, o que nunca vai ser, está pretendendo usufruir os direitos de quem amassou barro, de quem se manteve fiel ao esquema, aniquilando com tudo que se construiu até aqui. E, é quase certo, se conseguirem entrar, amanhã ou depois, já vão querer tomar conta da sala, vão querer elaborar o cardápio, na base de glicínios e depois, fatalmente vão tentar dormir na cama dos que até aqui só produziram e já sentem o cansaço natural de quem só dá e pouco recebe em recompensa.

A pergunta, então, surge ao natural. Vamos permitir que essa porta se abra para aventureiros que se destinam a quebrar a intimidade da nossa casa, ou vamos fechá-la com o ferrolho da descência, com a chave do trabalho, com a tranca do respeito e a corrente da cooperação?



COTRISOL

Janeiro de 1979

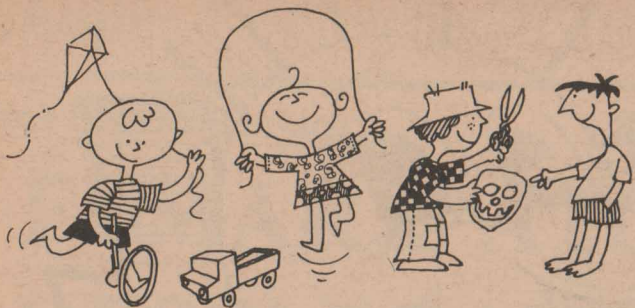


Há muito tempo atrás, vários países se uniram e formaram a ONU, que quer dizer, Organização das Nações Unidas. Criaram esta Organização com o objetivo de discutir e ajudar, quando for o caso, sobre os diversos problemas que afligem os povos, como as guerras, a fome, a saúde, as desgraças. Entre estes problemas não ficaram esquecidas as crianças, principalmente aquelas que são necessitadas.

Desta forma, os meninos e as meninas do

mundo inteiro são motivos pelos quais em 1959, a ONU proclamou a Declaração dos Direitos da Criança, considerando que as crianças necessitavam de proteção e cuidados especiais, antes e depois de nascer e para que toda a criança tivesse uma infância feliz.

Este ano que inicia — 1979 — foi declarado por todas as nações que são filiadas à ONU, o Ano Internacional da Criança. O Brasil ao participar desta comemoração declarou o Ano I da Criança Brasileira.

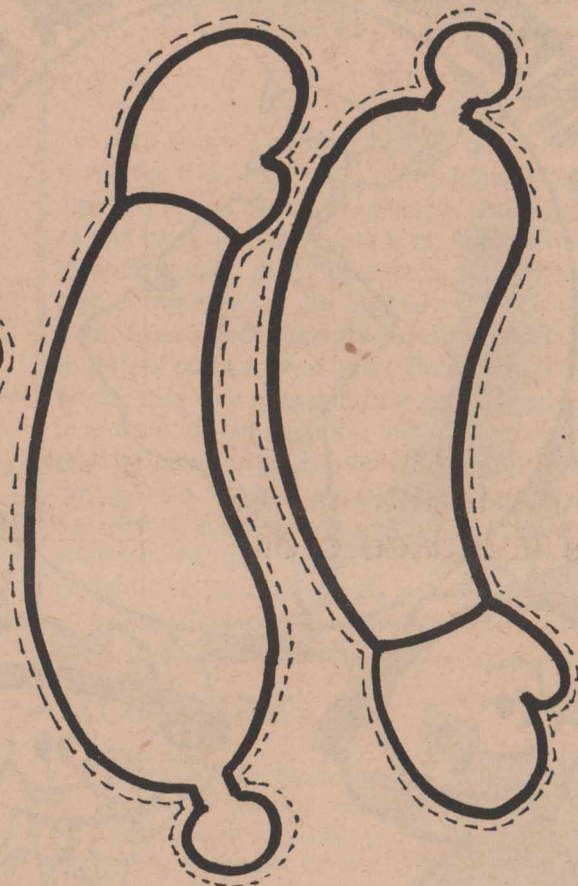
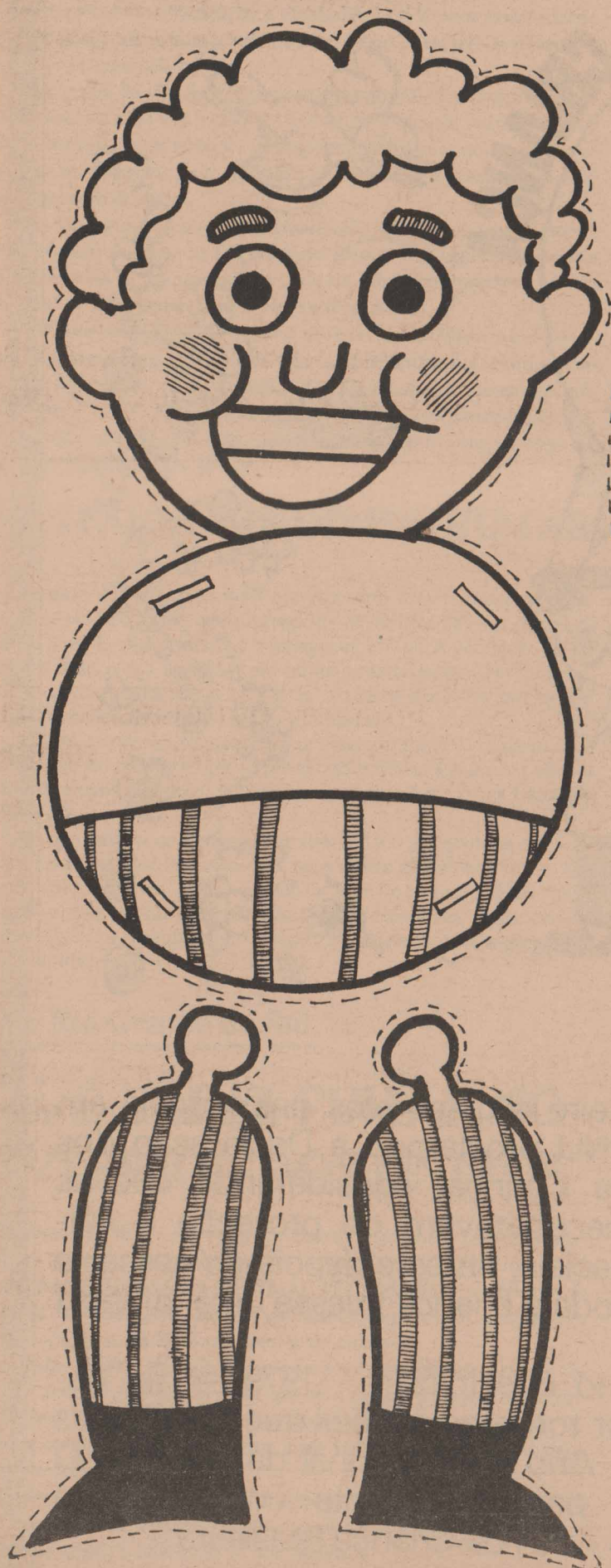


A PÁGINA É SUA

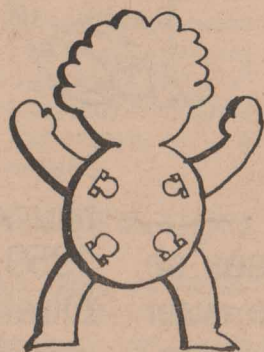


Armar e Montar

Para você se divertir neste mês de férias, arme este boneco e faça dele seu amiguinho. É só recortar as partes do boneco, colar num papelão e depois montar conforme indica a gravura. Ou então você poderá recortá-lo em madeira, usando uma serrinha. Depois de feito o boneco, você prende os braços e as pernas do boneco com cordão, prende depois um terceiro cordão aos cordões anteriores e você poderá movimentar seu boneco como quiser.



— PERFURAR
- - - RECORTAR



"Deixem-me crescer como sou
Tentem compreender por que desejo
Crescer como eu sou;
Não como minha mãe quer que eu seja
Nem como meu pai espera que serei
Ou meu professor pensa que eu deveria ser
Por favor, tente compreender-me
e ajude-me a crescer
ASSIM MESMO COMO EU SOU"

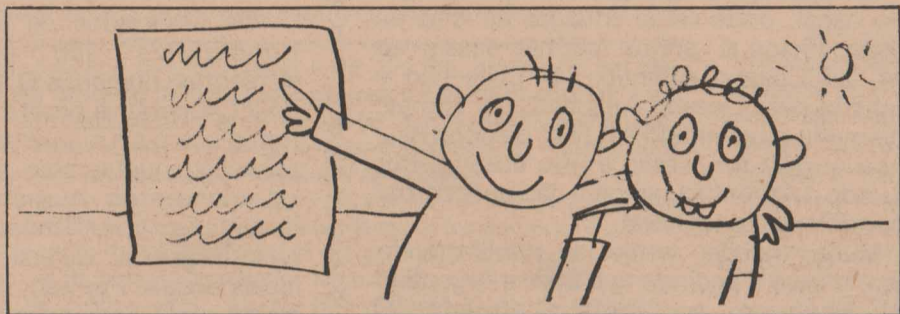
Recém passou o Natal e, portanto, vamos publicar uma poesia de uma colaboradora do Cotrisol. Seu nome é Eliane, tem 12 anos e faz poesia desde pequena. Agora ela já tem até um livro publicado que se chama "Gotas de Infância" e que vocês podem adquirir para conhecer o que a Eliane escreve. Hoje, publicamos a poesia *Natal*:

Acorda o menino rico
E vê brinquedos pendurados
no pinheirinho enfeitado.
Acorda o menino pobre
e vê vazia a meia
remendada
pendurada
na parede suja da choupana.
No rosto rosado do rico
um sorriso
No rosto magro e surrado do pobre
uma lágrima.
Talvez a única lágrima pura
corre por este rosto
suado.
O menino rico brinca
O pobre pede esmola
O menino rico
come feijão
O pobre come pão,
sentado no calçadão da
rua principal.
No rosto do menino rico
só se vê
orgulho...
Orgulho de quê?
Da exploração?
Por nascer num berço de ouro?
Por ter mil homens humilhados?
Onde ele é o centro?
Por ver um ser
humano
Ser humano?
A seus pés
esfarrapado?
Quem sabe...
O pai pobre
sente vergonha
Por quê?
Por estar desempregado?
Por não ter feijão na mesa?
Por ser objeto de exploração?
Por se ajoelhar diante do rico?
Por ser usado por um
ser vestido de ouro
numa casa de mármore?
Por tomar a cachacinha de rotina
em vez de *Scotch*?
Não sei...
De noite na mansão do rico é festa
orgulho
risadas
Scotch
Música americana?
Na cabana do pobre
O pai olha pro rosto magro do filho
E chora...
Lágrimas que correm pelo rosto enru-
gado...
Afinal
Natal é do rico...
Cinzas do pobre...
Por quê?

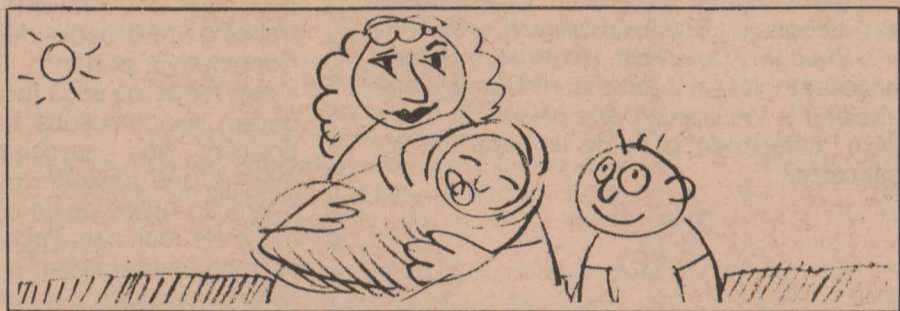


Direitos da Criança

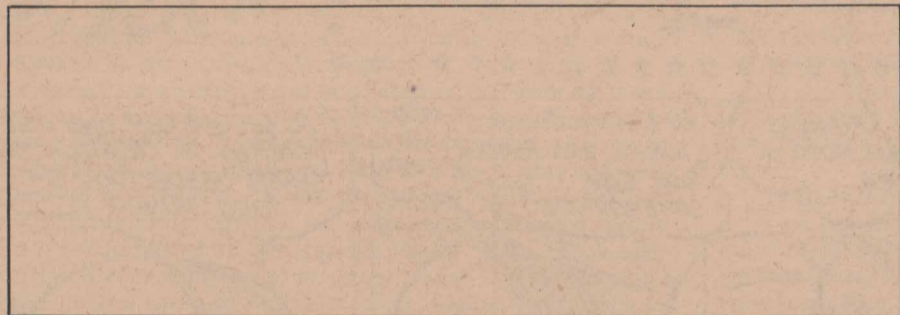
Vamos continuar desenhando para que depois de cada Direito da Criança fique uma bonita ilustração? Depois é só remeter os desenhos ao Cotrisol



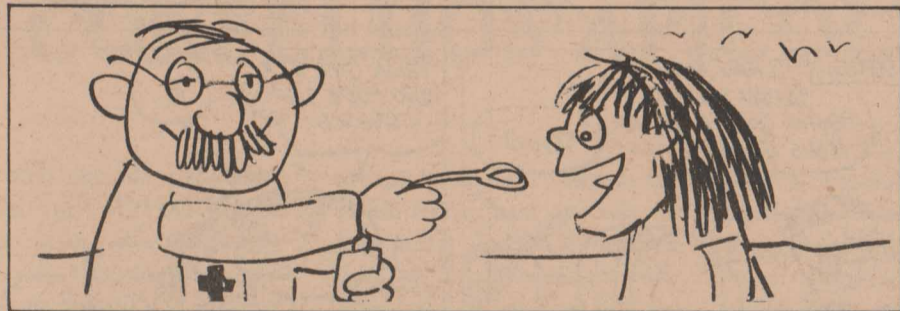
1. A criança gozará todos os direitos enunciados nesta Declaração, sem qualquer exceção, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, ou qualquer outra condição.



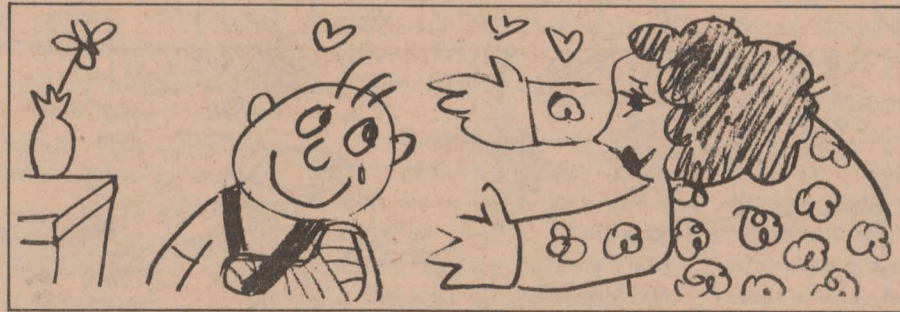
2. A criança gozará de proteção especial para atingir seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade.



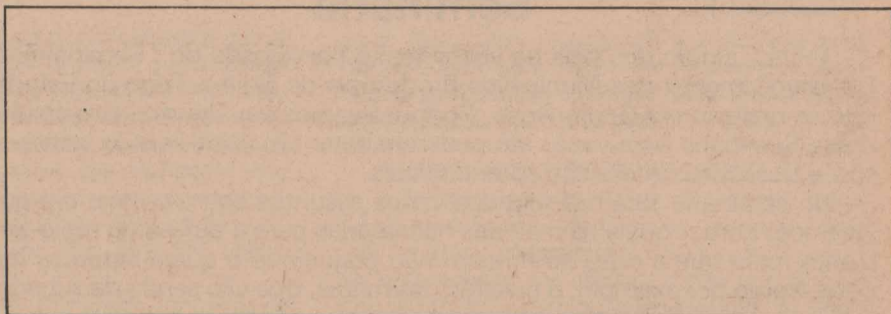
3. Desde o nascimento, toda a criança terá o direito a um nome e a uma nacionalidade.



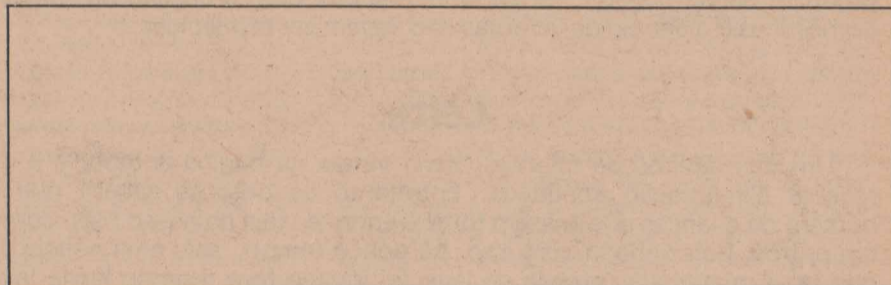
4. A criança gozará os benefícios da previdência social.



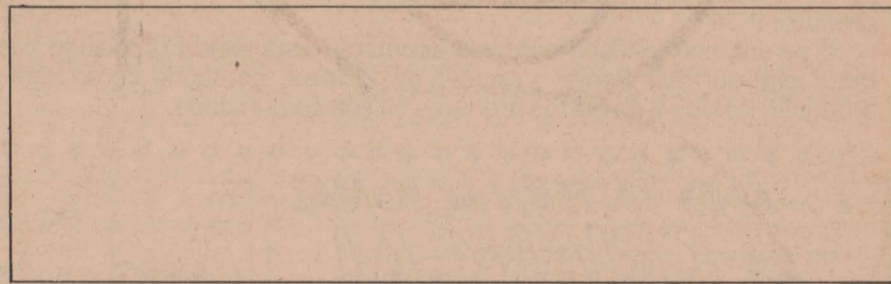
5. A criança incapacitada, física ou mentalmente, terá educação e cuidados especiais exigidos pela sua condição peculiar.



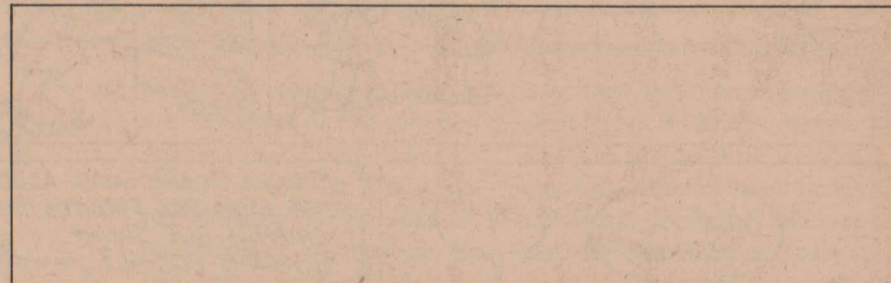
6. A criança precisa de amor e proteção. Criar-se-á sempre que possível sob os cuidados e a responsabilidade dos pais e sempre num ambiente de afeto e de segurança moral e material.



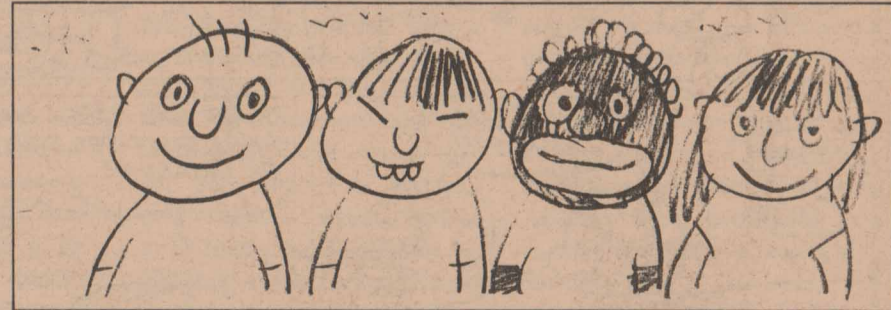
7. A criança tem direito à educação gratuita e obrigatória, pelo menos no grau primário.



8. A criança figurará, em quaisquer circunstâncias, entre os primeiros a receber proteção e socorro.



9. A criança deve ser protegida contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração, que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.



10. A criança gozará de proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza.

Gira Mundo

Seminário

Talvez, algum dos pais de vocês tenha participado do I Seminário de Desenvolvimento dos Municípios Produtores de Soja e Trigo do Estado, que se realizou em Santa Rosa. Portanto vamos ver algumas conclusões deste Seminário para vocês até poderem bater um papo com os seus pais sobre o assunto. Vocês vão aprender mais.

No seminário foram discutidos vários assuntos sobre o meio em que vivemos, como: quais as medidas necessárias para a defesa do meio ambiente, para que a ação do homem não prejudique o que a natureza fornece, como por exemplo, a questão das matas, que vão sendo derrubadas e não são plantadas outras.

Foi dito no Seminário e serve de aviso a você, pequeno leitor, que a população precisa mudar seus hábitos alimentares, devendo se alimentar também de produtos como peixes, milho, aves e carne suína para que não haja um consumo excessivo de alimentos mais difíceis de produção como a farinha de trigo e a carne bovina.

Também foi lembrado que é necessário plantar outros produtos, além da soja e do trigo, para que não se precise importar aquilo que podemos produzir. Nesse sentido, foi alertado também que a criação de animais domésticos e o plantio de verduras não devem ser esquecidas.

Leite

Um dos direitos da criança, como vimos na página anterior é o de receber alimentação adequada. Entretanto as pessoas sabem que o número de crianças que passam fome é enorme, seja no nosso País, como em outros. Relacionado com isso, há pouco tempo saiu uma notícia de que uma quantidade grande de leite foi jogada fora, porque havia leite demais e os produtores ficaram com medo que, se aparecesse muito leite para vender, eles teriam que vender o produto por um preço menor.

A regra em que os produtores se baseiam é a seguinte: quanto menor a quantidade de um produto, seja o leite ou outro, maior o seu preço. Ou ao contrário, quanto maior a quantidade existente menor o preço do produto.

E na sua comunidade com isto acontece? Está sendo produzido bastante leite ou não? Pense e escreva ao Cotrisol, contando como está a produção de leite e de outros produtos na sua comunidade.

CHILE E ARGENTINA

Dois países da América do Sul — a Argentina e o Chile — estão se desentendendo há muito tempo, a ponto de ficarem "em pé de guerra". A causa da briga entre estes dois países é o canal de Beagle, situado ao Sul destes dois países, como vocês podem ver no mapa.

Mas por que brigar por um canal? É que este canal, onde estão situadas as ilhas de Nueva, Picton e Lennox, permite acesso ao mar, ao Oceano Atlântico. O Chile não é banhado pelo Oceano Atlântico, por isto ele está muito empenhado em ficar de dono deste canal para ter acesso a este oceano. Por seu lado a Argentina também não quer perder o controle deste território.

Muitas nações estão se manifestando sobre o caso e pedindo que Chile e Argentina não cheguem ao conflito armado. O Brasil, que inclusive tem limites com a Argentina, também se manifestou no sentido de que os dois países em questão procurem entrar num acordo para resolver o problema e não entrar numa guerra.

Você sabe que a América do Sul é formada pelos seguintes países — Chile, Argentina, Uruguai, Brasil, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana Francesa, Inglesa e o Suriname? Que tal você completar a localização dos países no mapa abaixo, colocando o nome de cada um no lugar certo?



COOPERATIVISMO

Os associados de uma Cooperativa são seus elementos humanos. O que uma Cooperativa produz e a forma como ela mantém sua produção, juntamente com os elementos humanos, devem ser utilizados e orientados na defesa de ideais sociais. Por isso, dentro de uma Cooperativa tanto por seus associados como pela direção, devem ser reconhecidos e valorizados a vontade, o sacrifício, os esforços e a atividade de cada um, para que haja um ambiente de trabalho mais sadio. Numa Cooperativa, portanto, toda a sua renda, os seus lucros, devem ser colocados à disposição dos associados, mesmo que posteriormente a direção utilize de uma forma mais racional. Todo associado tem direito a receber uma parte dos lucros da Cooperativa.

